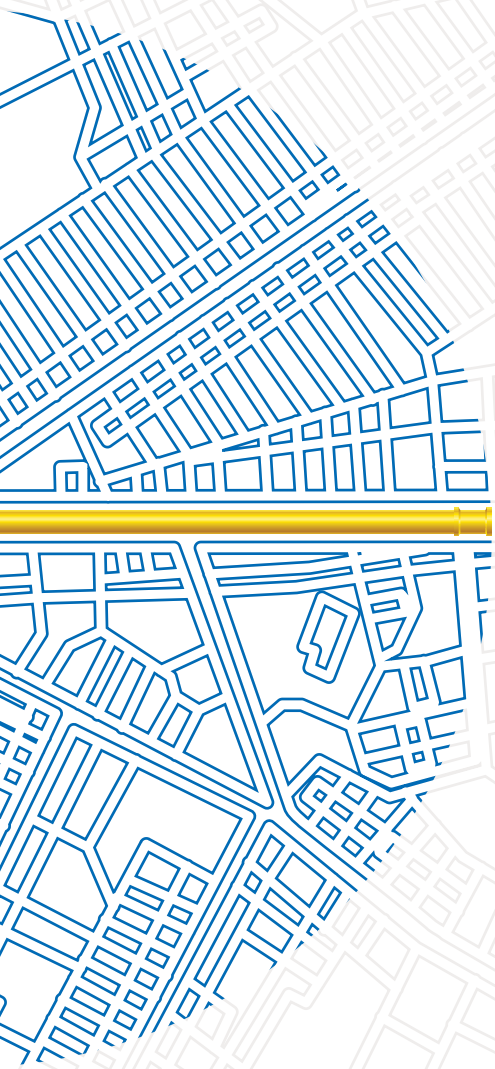


relatório anual **2010**

COMGÁS
Natural

PRINCIPAIS INDICADORES

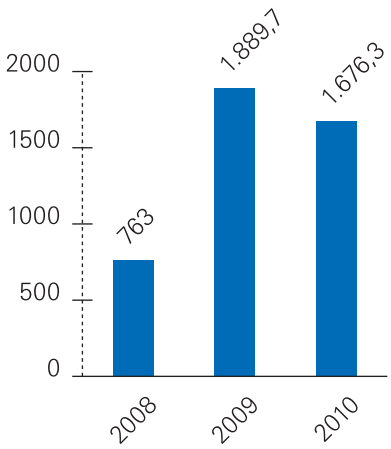
Em milhões de m³	2008 (IFRS - não auditado)	2009 (IFRS)	2010 (IFRS)
Volume total	5.253	4.261	4.910
Industrial	3.855	3.314	3.688
Residencial	136	144	163
Comercial	100	95	101
Veicular	525	369	318
Termogeração	333	21	308
Cogeração	304	318	332
Produtividade (milhões de m³/colaboradores próprios)	5,5	4,5	5,0

Número de clientes			
Residencial	765.103	869.138	977.750
Comercial	8885	9265	9760
Automotivo	401	373	367
Industrial	1004	973	982
Cogeração	20	23	23
Termogeração	2	2	2

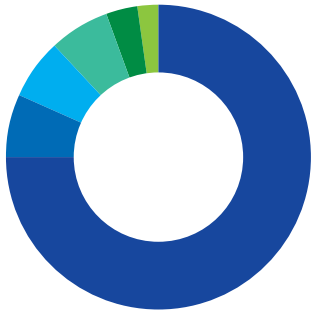
Em R$ milhões	2008	2009	2010
Patrimônio líquido	839	1.304	1.376
Ativo total	3.713	3.760	3.848
Investimentos	404	409	405
Receita bruta	5.016	5.161	5.101
Receita líquida	3.973	4.116	4.095
Lucro bruto	810	1.672	1.520
Lucro operacional (antes do resultado financeiro)	337	1.155	972
Lajida (Ebitda)	479	1.363	1.188
Lucro líquido	130	690	580
Dívida bruta	1.584	1.649	1.500
Dívida líquida	1.545	1.455	1.355

	2008	2009	2010
Número de empregados	952	948	979
Número de terceirizados	3.123	3.543	4170
Liquidez corrente	0,46	0,69	0,69
Retorno sobre o patrimônio líquido (%)	15,49	52,96	42,14
Dívida líquida/Lajida (%)	3.23	1,07	1,14
Margem bruta (%)	20,39	40,62	37,11
Margem Lajida (%)	12,05	33,13	29,01
Margem líquida	3,27	16,76	14,16
Lucro líquido por ação (R$)	4,19	5,76	4,84
Dividendos propostos (R$ milhões)	128,84	28,1	83,70
Remuneração total ao acionista (R$ milhões)	275,4	268,4	422,60
Dividendos pagos sobre resultado do exercício anterior (R$ milhões)	275,4	199,9	365,0
Juros sobre capital próprio líquido pagos sobre o resultado do exercício (R$ milhões)	–	68,5	57,60
Investimentos ambientais (R$ milhões)	ND	3,9	3,1
DVA (R$ milhões)	763,5	1.889,70	1.676,30

DVA (em milhões de R$)



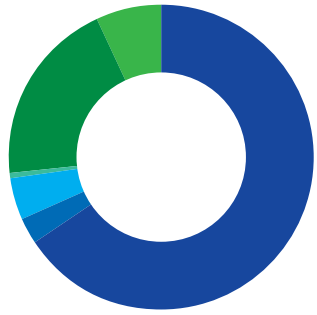
Volume distribuído por segmento



75,1% Industrial
6,8% Cogeração
6,5% Automotivo
6,3% Termogeração
3,3% Residencial
2,1% Comercial

Total: 4,91 bilhões de m^3

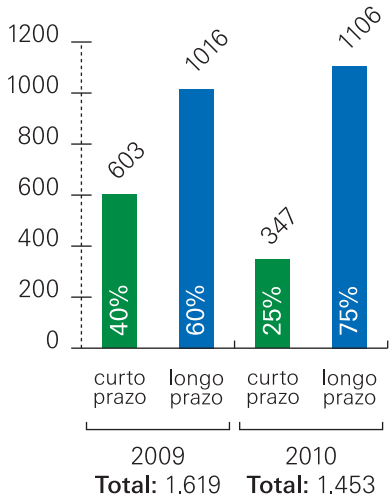
Margem de contribuição por segmento



65,8% Industrial
2,8% Cogeração
4,2% Automotivo
0,7% Termogeração
19,6% Residencial
6,9% Comercial

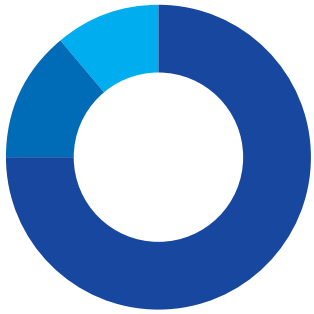
Total: R$ 1,5 bilhão

Endividamento total (em milhões de R$)



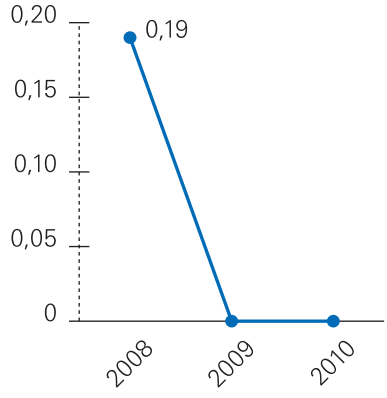
Total: 1.619 **Total:** 1.453

Composição do endividamento



75% BNDES
14% EIB
11% Outros

Frequência de incidentes com perda de tempo.



Área de concessão

Gás Brasiliano
Gas Natural São Paulo Sul
Comgás

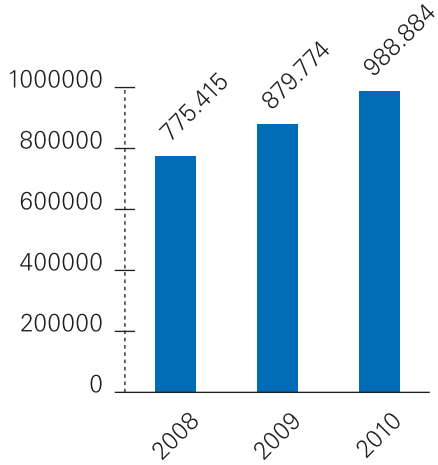
Área detém **27%**
do PIB do país

Clientes	
Residencial	977.750
Comercial	9.760
Industrial	982
GNV	367
Cogeração	23
Termogeração	2

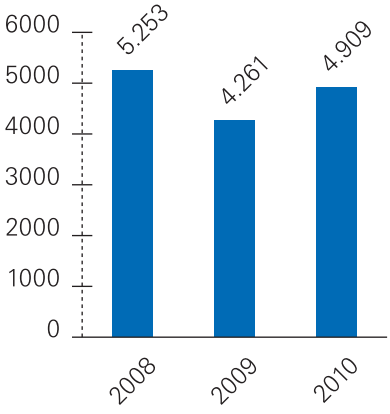
Características da área de concessão

Três fontes de suprimentos:
Gasbol, Gasan e Galpal
Proximidade da Bacia de Santos
Alta densidade demográfica

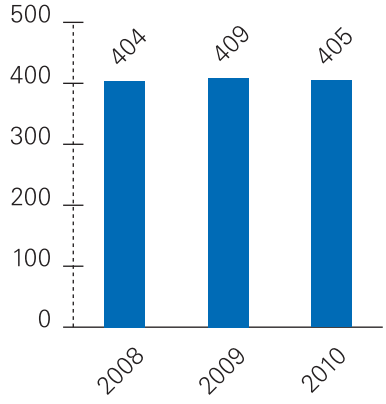
Clientes atendidos



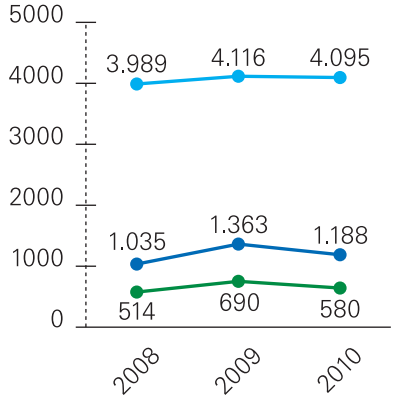
Volume distribuído (em milhões de m³)



Investimentos (em milhões de R$)



Evolução do resultado consolidado - lucro liquido, lajida e receita liquida (em milhões de R$)



Lucro liquido
Lajida
Receita liquida

relatório anual **2010**

COMGÁS
Natural

índice

07 SOBRE O RELATÓRIO
09 PERFIL INSTITUCIONAL
12 Missão, visão e valores
13 Mensagem do conselho de administração
14 Mensagem do presidente
17 GOVERNANÇA CORPORATIVA
23 ESTRATÉGIA E NEGÓCIOS
25 Estratégia e ferramentas de gestão
28 Mercado de gás no Brasil
28 Desempenho da Comgás
29 Mercado residencial
30 Mercado industrial
31 Cogeração
32 Mercado automotivo
32 Termogeração
32 Desempenho econômico-financeiro
35 Mercado de capitais
36 Gestão de riscos
39 Ativos intangíveis
43 RELACIONAMENTOS
44 Relacionamento com público interno
49 Relacionamento com fornecedores
51 Relacionamento com os clientes
52 Relacionamento com a comunidade
54 Relacionamento com governo e sociedade
57 GESTÃO AMBIENTAL
62 IBASE
65 SUMÁRIO GRI
69 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
126 INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

sobre o relatório

A publicação deste Relatório Anual de Sustentabilidade traduz o objetivo da Comgás de ser transparente e tornar cada vez mais evidente a todas as partes interessadas o compromisso com o desenvolvimento sustentável de suas operações. Desde a publicação relativa ao ano de 2005, o documento é elaborado com base nos indicadores e nas diretrizes do Global Reporting Initiative (GRI) – em sua terceira versão – e autodeclarado nível C de aplicação.

As informações aqui contidas referem-se ao período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2010. Os indicadores apresentados contemplam todas as unidades operacionais da Empresa. A coleta de dados e a consolidação deles e das informações envolveram colaboradores das principais áreas internas.

A sistemática de exposição segue basicamente a adotada no Relatório de Sustentabilidade anterior, publicado em abril de 2010. Porém, os dados financeiros sofreram alterações significativas em razão da adoção do modelo IFRS de demonstrações contábeis. Todos os números, incluindo os reportados no relatório anterior foram adaptados a ele, para assegurar a transparência na análise sobre sua evolução. A apuração dos resultados econômico-financeiros está de acordo com as normas vigentes no Brasil e foram auditadas pela empresa de consultoria PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

As informações mais relevantes para os públicos com os quais a Comgás interage foram priorizadas, seguindo rígidas metodologias de controle. Os dados sociais e ambientais são resultado de levantamentos e verificações internas, sem a participação de auditoria externa.

Para esclarecimentos e/ou sugestões sobre o conteúdo desta publicação, a Companhia coloca à disposição o e-mail relatorioanual@comgas.com.br. Os comentários e críticas por parte dos *stakeholders* são fundamentais para o aprimoramento das divulgações e alinhamento aos seus interesses.

1

perfil institucional

A COMGÁS É A MAIOR DISTRIBUIDORA DE GÁS NATURAL CANALIZADO DO BRASIL. SUA CARTEIRA É COMPOSTA POR 988.884 CLIENTES DOS SEGMENTOS RESIDENCIAL, COMERCIAL, INDUSTRIAL, VEICULAR E DE COGERAÇÃO E TERMOGERAÇÃO.

Em 2010, a Companhia distribuiu a eles 4,9 bilhões de metros cúbicos – o que representa participação de um quarto no mercado nacional –, por meio de uma rede de 6,9 mil quilômetros, que equivalem a 35,7% da malha de distribuição instalada no Brasil. Sua receita líquida foi de R$ 4,1 bilhões e o lucro líquido ficou em R$ 580 milhões.

A Empresa está sujeita às regras da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – Arsesp, com a qual mantém contrato de concessão desde maio de 1999, época de sua privatização. O acordo tem duração até 2029, podendo ser prorrogado por mais 20 anos, e refere-se à distribuição de gás natural canalizado para as Regiões Metropolitana de São Paulo, Administrativa de Campinas, Vale do Paraíba e Baixada Santista – área que abriga 177 municípios, responsáveis por 27% do Produto Interno Bruto (PIB). A Comgás atende clientes de 68 cidades.

A Companhia mantém uma sede administrativa e uma operacional na capital paulista e oito unidades regionais. Conduz seus negócios em sintonia com o lema Zero Lesão com Alta Performance, que traduz a estratégia de ampliar sua atuação e, ao mesmo tempo, zelar pela integridade de seus 979 empregados próprios e 4.170 terceirizados e de seus ativos.

Desde 1997, as ações da Comgás são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo – BM&FBovespa, registradas sob os códigos CGAS3 (ordinárias) e CGAS5 (preferenciais). O acionista controlador, com 71,9% do capital social, é a Integral Investments, composta pelo Grupo BG (BG São Paulo Investments B.V.) e Grupo Shell (Shell Gas BV), com participações de 83,5 % e 16,5% respectivamente. A Shell Brazil Holding BV detém 6,3% na composição acionária da Comgás e 21,8% dos papéis estão nas mãos de outros acionistas.

Em 2010, não foram realizadas alterações no controle acionário, no porte e na estrutura da Companhia.

ACIONISTAS

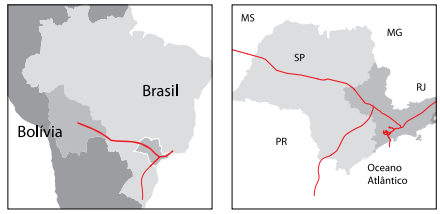
BG

O Grupo BG é um dos líderes mundiais no setor de energia. Presente em 25 países de cinco continentes, desenvolve atividades que abrangem toda a cadeia do gás natural, da exploração à distribuição. No Brasil desde a privatização da Comgás, em 1999, o Grupo BG expande constantemente sua presença no mercado de gás natural interno. Participou do desenvolvimento da infraestrutura necessária para a produção de gás na Bacia de Santos e hoje atua na exploração do pré-sal nas bacias de Tupi e Guará, entre outras. A BG foi pioneira no fornecimento do gás natural liquefeito para o país.

Shell

A Shell é uma empresa anglo-holandesa presente em 90 países. No Brasil, onde ingressou em 1913, atua no varejo e nos segmentos de combustíveis, lubrificantes, químicos, no suprimento e na distribuição. Na cadeia produtiva, desenvolve atividades nas áreas de exploração e produção, geração de energia e gás natural, mercado em que atua desde 1997 a partir da aquisição de ações da Comgás e de participação no Gasoduto Bolívia-Brasil.

SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL NA ÁREA DE CONCESSÃO



- Área de concessão da Comgás
- Municípios atendidos pela Comgás
- Rede Comgás de distribuição
- Redes em estudo
- Gasoduto de transporte
- *City-Gate*
- Principais rodovias

MISSÃO, VISÃO E VALORES

Missão

Manter a Comgás como patrocinadora de um crescimento sustentado, atendendo às expectativas dos acionistas quanto aos resultados, adotando as melhores práticas de gestão e cumprindo as obrigações regulatórias e legais.

Disponibilizar nossos serviços com confiabilidade e segurança, em condições competitivas, oferecendo soluções que superem as expectativas dos clientes.

Trabalhar com responsabilidade social e respeito ao meio ambiente, em um clima organizacional positivo, garantindo práticas seguras, baseadas em valores e princípios éticos.

Visão

Faremos da Comgás a maior e melhor distribuidora de gás natural da América Latina, disponibilizando o serviço, de forma eficiente, para tudo e para todos, sendo referência no mercado e gerando valor para nossos clientes, acionistas e a sociedade em geral.

Valores

- Ética
- Segurança
- Responsabilidade social
- Orientação para o cliente
- Trabalho em equipe
- Inovação
- Compromisso com resultados
- *Empowerment*
- Respeito às pessoas

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Encerramos o ano de 2010 celebrando a força dos nossos negócios. O período foi marcado pela recuperação financeira internacional e pela maturidade econômica, política e institucional do País, o que refletiu diretamente no desempenho da Companhia.

O cenário externo aliado aos nossos direcionamentos estratégicos trouxe bons resultados. Destacam-se a regionalização de nossas atividades comerciais e operacionais; a continuidade da aplicação das melhores práticas de governança corporativa, entre elas a adoção, desde o segundo trimestre, do modelo IFRS de demonstrações financeiras; e o alinhamento dos empregados e contratados à nossa ambição de atingirmos Zero Lesão com Alta Performance. Essas ações contribuíram tanto para o crescimento do negócio como para o fortalecimento de nossas ações no mercado.

As conquistas obtidas no exercício nos conferiram tranquilidade para cumprirmos o marco regulatório e as metas acordadas com a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - Arsesp. Em 2010, fomos auditados e aprovados em relação à última meta a ser cumprida na primeira década de concessão: a substituição de 312.950 medidores. Observamos essas questões com a máxima atenção, cientes de nossa responsabilidade ao administrarmos um serviço público. Assim, buscamos crescer de forma sustentável e contribuir direta e indiretamente para o desenvolvimento da área em que atuamos, que hoje concentra mais de 25% do Produto Interno Bruto (PIB).

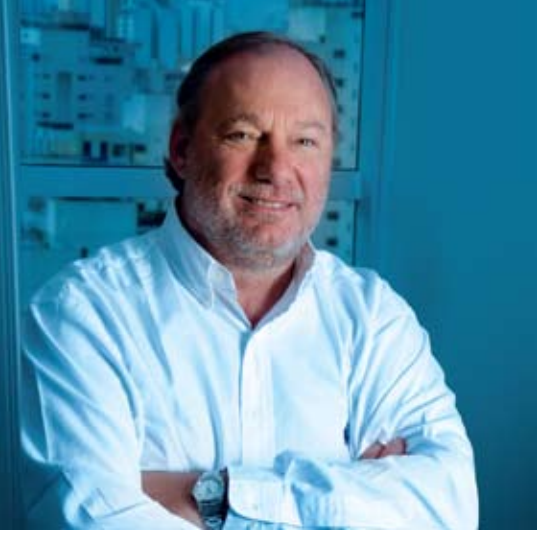
Ultrapassamos mais uma vez a ligação de 100 mil novos clientes residenciais no ano. Ao mesmo tempo, avançamos de maneira expressiva em setores como os de cogeração e climatização, o que revela nossa capacidade de identificar novos negócios.

A confiança transmitida pela Empresa ao mercado e aos investidores está traduzida também na obtenção do financiamento de 200 milhões de euros do European Investment Bank (EIB). Os recursos permitirão a continuidade de nosso plano de expansão, modernização e reforço da rede de distribuição de gás canalizado.

Nossa credibilidade decorre justamente do fato de colocarmos em prática as propostas feitas aos acionistas, com zelo pela integridade das pessoas e de nossos ativos. Fechamos mais um ano sem incidentes graves e continuamos a perseguir o objetivo de zerá-los. Essa é a nossa obsessão: realizar com a máxima segurança e eficiência o que acreditamos ser o melhor para o crescimento da Comgás e do mercado de gás natural no País.

Agradeço a todos os que nos apoiam nessa missão, em especial aos empregados, parceiros e acionistas, e os convido a continuarem a trabalhar conosco nos próximos anos.

Nelson Silva
Presidente do Conselho de Administração da Comgás



MENSAGEM DO PRESIDENTE

Em 2010, perseguimos com mais foco e determinação a utopia traduzida no lema Zero Lesão com Alta Performance, lançado no início do ano e difundido entre todos os nossos colaboradores e parceiros. Estamos convictos de que não basta aumentar o número de clientes, é necessário fazê-lo por meio de processos eficientes e operações absolutamente seguras, de forma que nosso crescimento seja sustentável e que nenhum profissional retorne ferido para casa. Estamos próximos da marca de 1 milhão de clientes, o que nos posiciona em um novo patamar. Já somos a maior distribuidora de gás natural canalizado do Brasil e referência no mercado. Essa condição implica o compromisso de sermos exemplo no zelo pelas pessoas e pelas nossas instalações.

Balizadas por essa crença, nossas iniciativas indicam aos *stakeholders* a empresa que almejamos ser e estamos conseguindo construir. Os números de 2010 traduzem as conquistas. Superamos, pelo segundo ano consecutivo, a marca de 100 mil novos clientes ligados, o que demandou a construção de 642 quilômetros de novas redes de distribuição. A chegada de nossos dutos a novos mercados e a retomada do crescimento da produção industrial resultou no incremento do volume de gás vendido, que chegou a 4,9 bilhões de m^3, ou seja, 15,2% mais do que no ano anterior. A participação da Comgás nos leilões de gás realizados pela Petrobras foi decisiva para oferecermos gás natural mais competitivo a nossos clientes. Atingimos em 2010 a marca de 11.113.737 horas/homem de trabalho e no período tivemos um incidente registrável. Isso atesta que nossa obstinação pela segurança está sendo assimilada e colocada em prática internamente e pelas nossas contratadas, mas devemos permanecer firmes na busca pelo zero incidente.

Temos mais de 4 mil profissionais contratados e atuamos fortemente para que estejam alinhados a nossos valores, principalmente em relação à segurança. Em 2010, lançamos o Programa de Monitoramento de Contratadas. Nossas principais parceiras são mensalmente avaliadas e o resultado possibilita a identificação de problemas, a adoção de melhorias e o reconhecimento de melhores práticas. As notas obtidas por elas baseiam ainda revisões contratuais ou, em último caso, o desligamento de nosso quadro de fornecedores. Os melhores avaliados, por outro lado, passaram a ser premiados no Dia do Parceiro Comgás, para evidenciar seu bom desempenho.

Nossos investimentos no ano ultrapassaram R$ 400 milhões e possibilitaram o avanço das atividades, especialmente no que se refere aos clientes residenciais e aos mercados de climatização e cogeração de energia. Estamos otimistas, portanto, em relação ao cumprimento da meta de incorporarmos, até 2014, mais 300 mil consumidores à nossa base, firmado com a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo -Arsesp.

No ano, também criamos a Academia da Expansão, programa de educação corporativa que visa capacitar profissionais para a execução do processo que envolve vendas, construção de rede, ramal e instalações

internas, até a efetiva ligação dos clientes. A iniciativa envolve gestores e técnicos, próprios e de contratadas, de forma a fortalecer a difusão dos nossos valores e objetivos corporativos.

Nesse cenário de conquistas, fomos desafiados pela necessidade de fazer ajustes para sanar dificuldades decorrentes da adoção, em 2009, de novas soluções do sistema de faturamento e adaptações de várias áreas da Companhia a uma plataforma integrada de sistemas de informática (CCS-SAP). Essa ferramenta passa a ser uma aliada nos avanços internos que planejamos para os próximos anos. As mudanças e a instabilidade dessa nova plataforma refletiram em ligeira queda do índice de satisfação dos clientes: passou de 86% em 2009, para 85%. Cientes de nossa responsabilidade lançamos mão de medidas práticas, incorporadas ao projeto DNA II, que visam acelerar o saneamento das dificuldades e, para isso, requerem medidas de ordem tecnológica, revisões de processos de negócio e capacitação de usuários. As ações nesse sentido já estão em curso e acreditamos que serão capazes de elevar, em pouco tempo, o índice de satisfação dos usuários.

O respeito aos consumidores e à comunidade também nos estimula a investir na área social. O Fundo Comgás de Patrocínio Sociocultural teve número recorde de projetos inscritos em sua quarta edição: 288. Em meados de 2011, será divulgada a lista dos selecionados para receber o investimento de R$ 1,5 milhão. O mesmo valor foi aplicado em 2010 em dez iniciativas promovidas em 14 cidades de nossa área de concessão, beneficiando cerca de 30 mil pessoas. O Fundo Comgás foi criado para incentivar a realização de projetos socioculturais, nas áreas de teatro, música, dança e literatura. Com essa ação, a Empresa estimula e valoriza a produção cultural nas diversas cidades onde atua.

Mantivemos o Programa Aprendiz Comgás (PAC), que capacita professores e incentiva estudantes de escolas públicas a desenvolverem projetos sociais em suas comunidades, em parceria com a ONG Escola Cidade Aprendiz. No ano, cerca de 200 jovens foram beneficiados diretamente pela iniciativa, tendo desenvolvido 22 projetos nas áreas de meio ambiente, cultura, comunicação, saúde, esporte, cidadania e educação, em nove cidades.

É justamente em razão das conquistas e das boas perspectivas que agradecemos a todos os nossos acionistas, fornecedores, contratadas e clientes, e, principalmente, aos colaboradores, cujos esforços e dedicação revelam nossa capacidade de lidar de forma competente com as responsabilidades – que crescem na mesma proporção da empresa e de sua base de clientes. O empenho e apoio dos *stakeholders* nos permitem afirmar, sem dúvida, que nada é impossível para a equipe da Comgás.

Luis Domenech
Presidente da Comgás

2

governança corporativa

A COMGÁS ESTÁ COMPROMETIDA COM A ADOÇÃO DE PRÁTICAS QUE ASSEGUREM CONFIABILIDADE E TRANSPARÊNCIA ÀS SUAS AÇÕES E À DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS AO MERCADO.

Segue recomendações previstas na Lei Sarbanes-Oxley, ainda que não esteja sujeita à sua obrigatoriedade. A governança corporativa da Companhia é exercida por meio de um sistema integrado de normas internas, compreendendo políticas, procedimentos padronizados e instruções, destacando-se o Código de Conduta. Ele rege o comportamento de todos os profissionais a serviço da Comgás e estabelece a forma de condução das atividades da Organização, baseada nos princípios corporativos que norteiam os compromissos com a sociedade, o negócio, a saúde, segurança e o meio ambiente. O Manual de Governança Corporativa compila os Regimentos dos Conselhos de Administração e Fiscal e do Comitê de Auditoria, assim como procedimentos referentes à disponibilização de informações relevantes aos mercados e negociação de ações da Companhia.

Em 2010, a Empresa adotou o padrão IFRS em suas demonstrações contábeis. Manteve ainda o *rating* Baa3, atribuído pela Moodys, e o *rating* de emissor Aa1.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

O órgão máximo de deliberação da Companhia é a Assembleia Geral de Acionistas, que ocorre ordinariamente uma vez ao ano, antes do dia 30 de abril, e extraordinariamente quando convocada. A instância determina o direcionamento da atuação da Companhia, discutindo e deliberando sobre propostas da Administração, investimentos e demonstrações financeiras – orientada por pareceres do Conselho Fiscal e pelos auditores externos – além de eleger e destituir os membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração. A estrutura inclui também Diretoria-Executiva e vários comitês de apoio.

Já ao Conselho de Administração cabe definir as estratégias e fixar a organização geral dos negócios e à Diretoria as diretrizes em busca de melhores resultados. A Companhia mantém ainda um Conselho Fiscal e um Comitê de Auditoria que apoiam o Conselho de Administração e também uma estrutura interna de Comitês de Aprovação e Comissões de Discussão.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

É composto por nove integrantes que cumprem mandato unificado de dois anos, sendo admitida a reeleição por igual período. As reuniões ocorrem bimestralmente de forma ordinária ou sempre que houver necessidade. Foram quatro encontros extraordinários em 2010.

Os empregados da Companhia têm direito de eleger um dos membros, o que ocorreu no período. Entre as funções dos conselheiros estão: fixar a orientação geral dos negócios; deliberar sobre questões estratégicas; e eleger e destituir os diretores, além de definir suas atribuições.

A remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração, atribuída por participação efetiva nas reuniões, é estabelecida anualmente na Assembleia Geral Ordinária. Com exceção do representante dos empregados, todos os demais membros renunciaram ao direito de receber remuneração pelo exercício do cargo no ano de 2010. A Companhia não remunera seus administradores com base em ações. Ao final de 2010, integravam o Conselho:

Nelson Luiz Costa Silva
Presidente

Luis Augusto Domenech
Vice-presidente

Conselheiros
Pedro de Andrade Faria
Sonia Maria Brotas Lima
Roberto Schloesser Junior
Alexandre Cerqueira da Silva
Benedict John Thorpe Wright
Marcelo Menicucci Esteves
Sidney Batista da Rocha

(Os perfis dos membros do Conselho de Administração podem ser conferidos no endereço eletrônico: www.comgas.com.br/investidores)

DIRETORIA-EXECUTIVA

É composta por sete membros, eleitos pelo Conselho de Administração para mandatos de dois anos, renováveis por igual período.

Cabe a eles adotar todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e propor diretrizes de gestão.

A Diretoria possui um *scorecard* anual devidamente aprovado pelos acionistas controladores, utilizado como critério para avaliação de desempenho. Em 31 de dezembro de 2010, integravam a Diretoria-Executiva:

Luis Augusto Domenech
Diretor-presidente

Sérgio Luiz da Silva
Diretor vice-presidente e Comercial, Planejamento e Suprimento de Gás

Carlos Eduardo Freitas Brescia
Diretor de Assuntos Regulatórios e Institucionais

José Carlos Broisler
Diretor de Operações

Leonardo Serra Netto Lerner
Diretor Jurídico

Marcus Vinicius Vaz Bonini
Diretor de Expansão, Marketing e Relacionamento

Roberto Collares Lage
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

(Os perfis dos membros da Diretoria-Executiva podem ser conferidos no endereço eletrônico: www.comgas.com.br/investidores)

CONSELHO FISCAL

Nomeado pela Assembleia Geral, é composto por cinco membros que cumprem mandatos de um ano e podem ser reeleitos. O órgão tem caráter permanente e entre suas atribuições estão fiscalizar a gestão dos negócios sociais, dar parecer sobre questões relacionadas à Comgás e informar os acionistas, e assegurar que os objetivos do Estatuto Social sejam atingidos com ética, equidade e transparência. Em 2010, o órgão era composto por:

Conselheiros
Thatiana Moura Meirelles
Guilherme Parente Caldas Barreto
Paulo Caio Ferraz de Sampaio
Vladimir Ferreira Francisco

(Os perfis dos membros do Conselho Fiscal podem ser conferidos no endereço eletrônico: www.comgas.com.br/investidores)

ÓRGÃOS DE APOIO

Conforme previsto em seu Estatuto Social, a Comgás mantém um Comitê de Auditoria, integrado por dois a cinco membros indicados pelo Conselho de Administração, com mandato de um ano, que se reúne obrigatoriamente três vezes ao ano. Entre suas atribuições estão dar suporte ao Conselho de Administração na análise do processo de submissão de demonstrações financeiras; na forma pela qual a administração da Companhia assegura e monitora a adequação dos controles internos de finanças; nas operações, *compliance* e procedimento de administração de riscos; na realização de auditorias internas; e em relação à escolha, destituição, pagamento e imparcialidade de atuação dos auditores externos.

Além do Comitê de Auditoria, a Empresa mantém os seguintes comitês não estatutários de Primeira Instância – níveis de Presidência e Diretoria:

- Comitê de Gerenciamento de Crise
- Comitê Central de SSMQ
- Comitê de Recursos Humanos
- Comitê de Ética
- Comitê Central de Integridade de Ativos

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Em linha com as melhores práticas de governança corporativa, a área de Relações com Investidores visa transmitir aos acionistas, investidores e ao mercado, informações sobre a Empresa com qualidade, consistência e transparência, em observância à legislação e às regras exigidas pelos órgãos reguladores.

O site de Relações com Investidores é um dos principais canais de divulgação de informações para o mercado e o público em geral. Por meio do endereço eletrônico www.comgas.com.br/investidores, pode-se acessar informações financeiras detalhadas, relatórios trimestrais e anuais e comunicados relevantes ao mercado.

A área de Relações com os Investidores mantém ainda um canal de comunicação exclusivo por email (investidores@comgas.com.br) para que os interessados possam contatar a Empresa, além de oferecer o serviço de alerta de email que remete automaticamente à caixa postal eletrônica do interessado informações sobre atualizações ocorridas nas seções selecionadas por ele.

Para prestar esclarecimentos e divulgar as informações pertinentes para analistas e profissionais do mercado, a área promove, além das conferências semestrais sobre os resultados do período, reuniões com o público interessado. Também participa de encontros e eventos organizados por instituições financeiras.

CANAL DE DENÚNCIAS

A Companhia mantém o Canal Aberto, que pode ser acessado por telefone (0800 7024080) ou email (canalaberto@comgas.com.br) por empregados, clientes, comunidade e fornecedores, para relato de suspeitas de fraude, má conduta ou qualquer outro fato contrário aos valores da Companhia. Não é necessário se identificar. Todas as demandas são encaminhadas ao *"Fraud Officer"* (leia mais em 38), que assegura o sigilo, a neutralidade e a independência na apuração.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
Nelson Luiz Costa Silva

Vice-presidente
Luis Augusto Domenech

Conselheiros
Pedro de Andrade Faria
Sonia Maria Brotas Lima
Roberto Schloesser Junior
Alexandre Cerqueira da Silva
Benedict John Thorpe Wright
Marcelo Menicucci Esteves
Sidney Batista da Rocha

Conselho Fiscal

Thatiana Moura Meirelles
Guilherme Parente C. Barreto
Paulo Caio Ferraz de Sampaio
Vladimir Ferreira Francisco

Diretor-presidente
Luis Augusto Domenech

Diretor Vice-presidente e Comercial, Planejamento e Suprimento de Gás
Sérgio Luiz da Silva

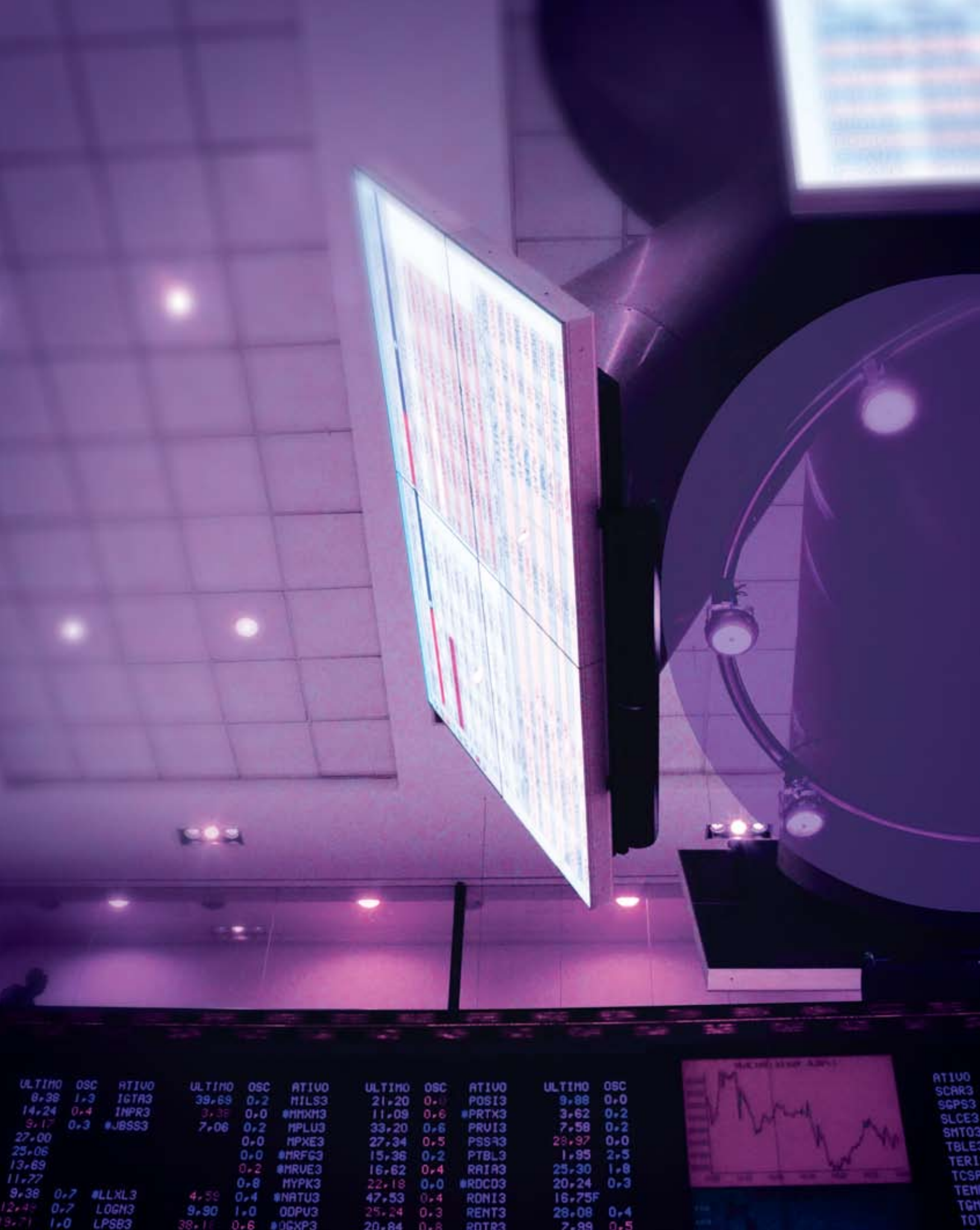
Diretor de Assuntos Regulatórios e Institucionais
Carlos Eduardo de Freitas Brescia

Diretor de Operações
José Carlos Broisler Oliver

Diretor Jurídico
Leonardo Serra Netto Lerner

Diretor de Expansão, Marketing e Relacionamento
Marcus Vinicius Vaz Bonini

Diretor de Finanças e de Relações com Investidores
Roberto Collares Lage


ULTIMO OSC ATIVO
8,38 1,3 IGTA3
14,24 0,4 INPR3
9,17 0,3 #JBSS3
27,00
25,06
13,69
11,77
9,38 0,7 #LLXL3
12,4? 0,7 LOGN3
?9,?1 1,0 LPSB3
ULTIMO OSC ATIVO
39,69 0,2 MILS3
3,3? 0,0 #MMXM3
7,06 0,2 MPLU3
0,0 MPXE3
0,0 #MRFG3
0,2 #MRVE3
0,8 MYPK3
4,59 0,4 #NATU3
9,90 1,0 ODPV3
38,1? 0,6 #OGXP3
ULTIMO OSC ATIVO
21,20 0,0 POSI3
11,09 0,6 #PRTX3
33,20 0,6 PRVI3
27,34 0,5 PSSA3
15,36 0,2 PTBL3
16,62 0,4 RAIA3
22,18 0,0 #RDCD3
47,53 0,4 RDNI3
25,24 0,3 RENT3
ULTIMO OSC
9,88 0,0
3,62 0,2
7,58 0,2
28,97 0,0
1,85 2,5
25,30 1,8
20,24 0,3
16,75F
28,08 0,4
ATIVO
SCAR3
SGPS3
SLCE3
SMTO3
TBLE3
TERI
TCSA
TEMP
TGMA
TOTS

3

estratégia e negócios

A ESTRATÉGIA DA COMGÁS PRIORIZA A AMPLIAÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS CANALIZADO E DA BASE DE CLIENTES, EM ESPECIAL DO SEGMENTO RESIDENCIAL.

O alcance desses objetivos considera o lema Zero Lesão, com Alta Performance, que preconiza a incorporação anual de 100 mil consumidores à base, com eficiência, agilidade, qualidade e total segurança.

Ampara também o compromisso de promover a universalização do gás natural, por meio da oferta de soluções atrativas para diferentes segmentos, e de cumprir as demais metas acordadas com a Arsesp no plano quinquenal (2009-2014).

Para analisar desafios e oportunidades, a Empresa colocou em prática o Projeto Evolução II, com a finalidade de eliminar possíveis gargalos e estabelecer as condições necessárias para o alcance da eficiência do negócio por meio da otimização e sinergia dos processos, sistemas e da estrutura organizacional, visando ao aprimoramento constante de sua estratégia. Um dos resultados dessa proposta foi a regionalização da atuação, que contemplou a criação, em 2010, de oito unidades de Expansão e Vendas, distribuídas pela área de concessão. A nova estrutura torna mais ágil a tomada de decisão e propicia atendimento diferenciado, que respeita as características locais.

Para assegurar o abastecimento de todas as regionais, a Comgás criou um sistema de Planejamento de Demanda. A partir de análises de mercado em cada área, é possível estabelecer níveis de materiais e mão de obra necessários à manutenção da operação e expansão, por meio de fornecedores confiáveis.

O objetivo foi incrementar a carteira de clientes com a oferta de soluções adequadas à realidade e às necessidades de cada localidade e com o reforço de atributos positivos do gás natural, como praticidade e segurança. Ações fundamentais para alcançar esse propósito foram o programa de educação corporativa Academia da Expansão, lançado em 2010, e a difusão das melhores práticas relacionadas à Segurança, Saúde, Meio Ambiente e Qualidade (SSMQ) às empresas contratadas.

A estratégia da Companhia está amparada ainda por outras duas iniciativas: o Projeto de Excelência Operacional, no âmbito do qual foram realizados revisão de processos e adequação para o crescimento nos períodos subsequentes, com foco no desenvolvimento de materiais e capacitação de mão de obra; e o Projeto de Excelência Comercial, em que a área de marketing pesquisou potenciais clientes, necessidades dos consumidores e o nível de satisfação com produtos e serviços. O trabalho envolveu treinamento com agentes de comercialização, estabelecimento de remuneração para empresas parceiras e novas estratégias de marketing.

Para enfrentar outros desafios, a Companhia revisitou sua estratégia de suprimentos, considerando a proximidade e as oportunidades decorrentes de eventos como a Copa do Mundo e o crescimento esperado da base de clientes. Foi delineado um mapa das necessidades de contratações de gás nos próximos dez anos e as maneiras de contemplar essa demanda.

BOA NOTÍCIA: SELO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA HABITACIONAL

A Comgás ganhou mais uma aliada em sua estratégia de ampliar a participação no mercado residencial e aumentar o consumo de gás por unidade. Em 2010, a Eletrobrás e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro, com o apoio do Procel Edifica, lançaram a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia, para residências e edifícios, concedida no âmbito do Programa Brasileiro de Etiquetagem. Ela identificará o nível de eficiência energética nas residências, nos condomínios e nas áreas de uso comum desses empreendimento com base na capacidade de instalação de recursos alternativos ao consumo de energia elétrica. De acordo com o volume de energia consumida, as instalações serão classificadas de "A" a "E", sendo "A" a mais eficiente. A inovação pode representar oportunidade de novos negócios, em razão de os edifícios residenciais projetados com o uso de gás natural no sistema de aquecimento de água possivelmente se enquadrarem no nível máximo de eficiência. Essa solução está diretamente relacionada aos resultados do projeto "Análise do Conceito de Edificação Eficiente do Ministério de Minas e Energia procurando destacar o uso do gás natural", desenvolvido no contexto do Programa de Pesquisa & Desenvolvimento da Comgás em parceria com o Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP.

FERRAMENTAS

Para monitorar sua atuação, a Comgás utiliza o *scorecard,* que abrange objetivos traçados para os temas segurança, desempenho financeiro, excelência operacional e metas estratégicas. A ele está atrelado o programa de Participação nos Lucros e Resultados (leia mais na página 47). A gestão de pessoas, com o estabelecimento de contratos de performance, também considera esses objetivos e o papel de cada um para seu alcance.

A decisão sobre novos investimentos é amparada pela metodologia *Value Assurance Framework (VAF),* que permite avaliar riscos e oportunidades e, por meio de grupos multidisciplinares, optar pelas alternativas que agreguem mais valor à Companhia. Os comitês constituídos também dão suporte à tomada de decisões.

A Empresa migrou recentemente seus sistemas para a plataforma SAP. O trabalho de estabilização, convergência e complementação, com novas funcionalidades, teve continuidade no decorrer do ano. A nova plataforma assegura condições para a Comgás suportar com qualidade e eficiência seu processo de expansão.

Além disso, em 2010, por intermédio do Radar Estratégico, os gestores estabeleceram 20 temas considerados prioridades-chave da Companhia. Eles estão distribuídos em seis grandes áreas: SSMQ e Integridade de Ativos, Expansão, Regulatório e Institucional, Suprimento de Gás, Relacionamento e Fidelização e Pessoas.

A Sala de Emergência, estabelecida em 2009, recebeu melhorias como a adoção de novos *softwares.* Nela estão centralizados dados de clientes e do consumo de gás natural e o mapa das redes de gasodutos da Companhia, o que permite a gestão ágil do atendimento às emergências – 97,29% dos quais foram realizados, no ano, em até uma hora. A estrutura composta por 11 bases operacionais que contemplam toda a área de concessão da Comgás, também possibilita prestar serviço de forma mais rápida e eficaz.

Já a frota somava 376 veículos ao final de 2010. Para ampliar a eficiência dos deslocamentos para atender emergências, a Comgás conta com o apoio de tecnologia GPS. Assim encaminha a viatura que está mais próxima ao local da chamada. Até o final de 2011, todos os veículos devem estar dotados do equipamento.

A Companhia também substituiu o odorante adicionado ao gás natural. O novo produto químico é mais estável em contato com o gás e amplia a segurança de que o produto não perderá o cheiro ao reagir com ele. Além disso, passou a utilizar um localizador de tubulações de polietileno, o Gas Tracker, dotado de tecnologia semelhante à de um sonar. O novo equipamento reforça os trabalhos de inspeção de rede e auxiliará na redução de danos à tubulação.

Foram ainda feitos testes para introdução do Relatório Diário de Obra Eletrônico, que possibilita o preenchimento dos indicadores e seu envio imediato e a distância ao setor responsável. Além de tornar mais ágil o processo, a medida visa reduzir o consumo de papel, digitalizar o acervo de relatórios e facilitar o envio de documentação da obra para os canteiros.

MARKETING

A estratégia de marketing da Comgás está alinhada ao seu processo de regionalização. As campanhas desenvolvidas estão focadas em divulgar a Empresa, o serviço e os benefícios de cada segmento nas localidades atendidas.

As ações são balizadas por levantamentos de mercado e entre os clientes. Antes de ingressar em um mercado, por exemplo, elas são realizadas para ajudar a conhecer melhor os moradores das cidades ou bairros, seus hábitos e comportamentos e seus conhecimentos e percepção em relação ao gás natural. Nas novas regiões de casas em que a Empresa ingressa, sua marca e os benefícios do gás natural são estampados em caixas de pizza, cartazes, banners e folhetos, entre outros materiais, em estabelecimentos comerciais, como salão de beleza e farmácias. O objetivo é proporcionar um primeiro contato dos futuros clientes com a Companhia, familiarizando-os com a marca.

Outra iniciativa para ampliar o contato foi o lançamento das revistas Seja + e Meu Momento. A capa das publicações é sempre ilustrada pela apresentadora Ana Maria Braga, contratada como garota-propaganda em razão da empatia com público-alvo. A escolha levou em conta pesquisas que apontam a relação da imagem da profissional aos atributos liderança, confiabilidade, estilo e glamour. A Seja + foi elaborada em parceria com a Editora Abril e enviada a potenciais clientes de casas. Já a Meu Momento

é direcionada ao mercado de venda de aquecedores para moradores de prédios habitados.

A Empresa também desenvolveu o conceito de comunicação Vale + ter Comgás. O objetivo foi apurar diferenciais que vão além dos apresentados pela concorrência, para reforçar que a Companhia é a melhor opção para os consumidores, além de tornar seus atributos a eles. Foi criado ainda a página da internet www.valemaistercomgas.com.br.

Em todas as ações de marketing, a Comgás preza pelo respeito aos seus públicos, atuando voluntariamente de forma alinhada às recomendações do Conselho Nacional de Autorregulação Publicitária (Conar). No ano, a Empresa não foi denunciada ao órgão.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Na área de Tecnologia da Informação, o principal projeto em 2010 foi o DNA II, que dá continuidade à estratégia de convergência e estabilização dos sistemas de *Costumer Relationship Management (CRM)* e gestão comercial na plataforma SAP. O trabalho aprimorou processos de negócios e envolveu questões relacionadas à capacitação das áreas para uso dos novos recursos. Soluções da plataforma SAP importantes para o negócio da Comgás também foram implementadas, como a de gestão de tesouraria. Em relação ao CRM, a Empresa mapeou todos os pontos que interferem no atendimento e definiu planos de ação para sanar deficiências. O trabalho envolveu a Arsesp, a quem a Comgás reportou continuamente informações sobre as melhorias e os resultados alcançados.

Outras ações de TI destacadas no período foram:

• Adoção do modelo de *business process outsourcing* na área de Recursos Humanos, de terceirização da gestão da folha de pagamentos a uma empresa que também utiliza a plataforma SAP.

• Introdução de gestão de portfólio de projetos, que permite melhor visibilidade de todos os processos demandados à área de Tecnologia da Informação.

• Aplicação do Geogás Online, funcionalidade que agrega valor ao sistema de informação geográfica. Com a ferramenta, os profissionais podem acessar remotamente informações sobre a malha da Empresa e, assim, analisar a viabilidade técnica de novas instalações, via *notebook.*

• Desenvolvimento do projeto Comvias, em parceria com a Prefeitura de São Paulo. O objetivo é prover informações sobre a rede da Comgás para agilizar processo de aprovação de ampliações.

• Melhorias nas instalações do centro de processamento de dados, reduzindo a possibilidade de uma falha elétrica provocar interrupção nas atividades vitais da Companhia. Foram introduzidas soluções como três fontes distintas de alimentação elétrica, no-breaks que alimentam simultaneamente todos os equipamentos do CPD, chave estática e identificação de todos os circuitos. Também foram conduzidos vários testes de simulação de falhas.

O MERCADO DE GÁS NO BRASIL

De acordo com a Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), em 2010 o consumo de gás alcançou média de 52,9 milhões de metros cúbicos/dia – avanço de 35,5% na comparação com 2009 –, e a rede de distribuição chegou a 19,3 mil quilômetros, crescimento de 6,3% em relação ao período anterior, quando totalizava 18,2 mil quilômetros. Os clientes passaram de 1,7 milhão, no período anterior, para 1,8 milhão – incremento de 7,52%. O avanço no volume distribuído foi impulsionado pelo setor industrial – cujo consumo cresceu 20,2%, totalizando 26,2 m^3/dia – e pelo significativo aumento no despacho de termelétricas que avançou 171%. No segmento residencial, o consumo chegou a 768,9 mil m^3 diários, com alta a 7,2% em relação a 2009, enquanto no setor comercial o avanço foi de 6,62%, atingindo 652,8 mil m^3/dia. O segmento automotivo teve queda, de 4,72%, passando para 5,7 milhões m^3/dia. A retomada de crescimento em quase todas as áreas decorre da recuperação da economia global e do fortalecimento da economia brasileira.

O ano foi marcado ainda pela regulamentação da denominada Lei do Gás, que, entre outros dispositivos, instituiu o Plano Decenal de Expansão da Malha de Gasodutos – PEMAT e regulamentou o acesso de terceiros aos gasodutos de transporte e à troca operacional de gás (swap). As medidas permitirão que novos agentes ofertem gás natural ao mercado brasileiro, o que deve ampliar a competitividade do segmento, além da regulamentação do período de exclusividade. O estabelecimento de regras claras também deve atrair mais investimentos para o setor. O último dado sobre a participação do gás natural na matriz energética natural é do Balanço Energético Nacional 2010, que traz informações referentes a 2009, quando o setor enfrentou dificuldades em razão da crise internacional. Segundo o documento, a participação foi de 8,7%, queda de 1,6 ponto percentual na comparação com o ano anterior.

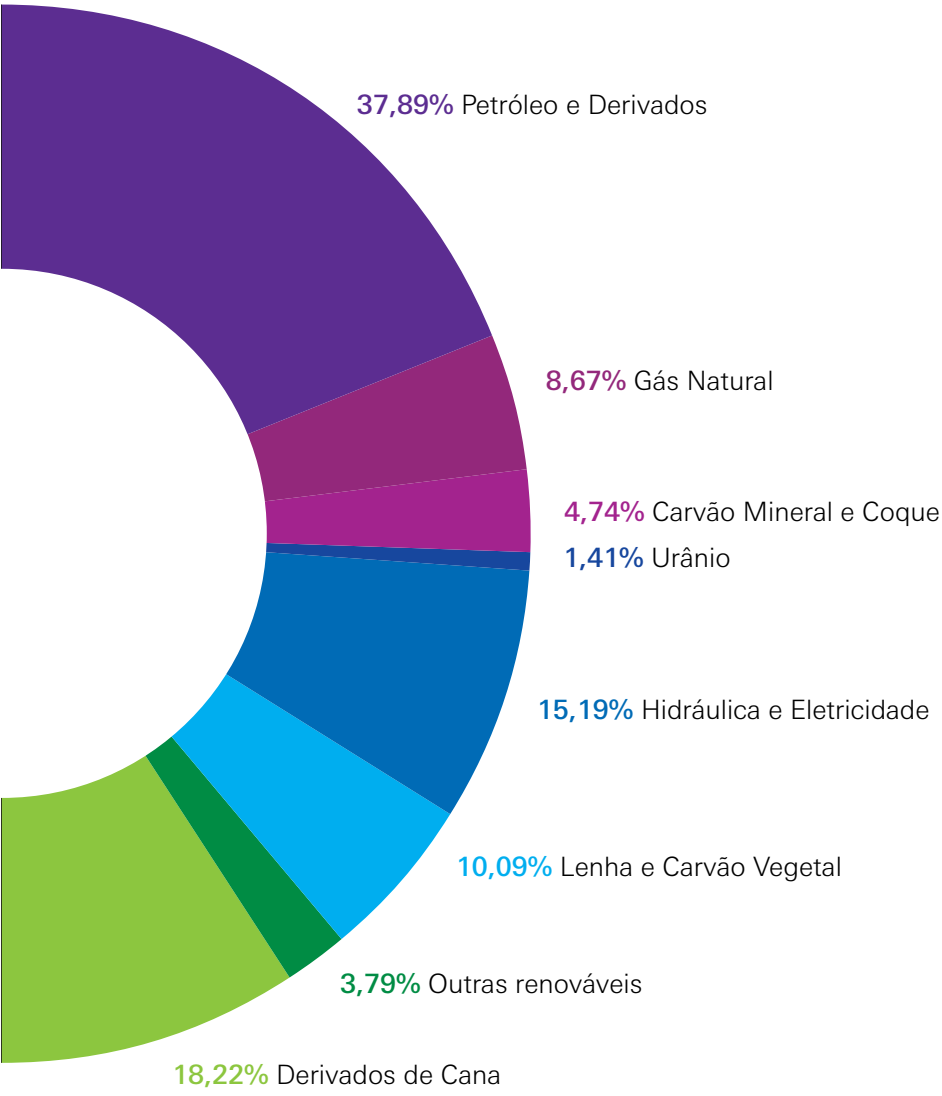
Mercado do Gás no Estado de São Paulo

O Estado de São Paulo tem três áreas de concessão para distribuição do gás natural canalizado. Além da Comgás, atuam a Gas Natural São Paulo Sul e a Gás Brasiliano. A Comgás é a mais antiga distribuidora do Estado de São Paulo e a segunda do Brasil. Sua fundação data de 28 de agosto de 1872. A Empresa responde por cerca de 90% de todo gás natural distribuído no Estado e sua área de concessão responde por 27% do PIB brasileiro.

Desempenho da Comgás

Em sintonia com o cenário nacional, a Comgás apresentou crescimento de vendas: o volume de gás distribuído pela Companhia em 2010 foi 15,2% maior que o registrado em 2009, passando de 4,3 bilhões de m^3 para 4,9 bilhões de m^3. A recuperação está atrelada à retomada da produção industrial e à expressiva expansão de sua base de consumidores residenciais. Pelo segundo ano consecutivo a Comgás conectou

Matriz energética brasileira



Fonte: BEN 2010

mais de 100 mil novos clientes no ano e no primeiro semestre de 2011 deverá superar a marca de 1 milhão de consumidores. O número de medidores instalados na área de concessão, em todos os mercados, cresceu de 703.084 unidades, no exercício anterior, para 767.214. O número de clientes supera o de medidores pois um único aparelho pode atender a um conjunto de apartamentos residenciais.

O ano foi marcado ainda pelo investimento de R$ 405 milhões, aplicados principalmente na ampliação da rede. No período foram construídos 642 quilômetros de redes. Além de ampliar a malha de distribuição os recursos foram também destinados a reforços em todo o sistema, renovação da rede antiga e troca de medidores e de estações de redução de pressão.

Mercado residencial

Estratégico para o crescimento da Empresa, em 2010, o mercado residencial incorporou 108.612 clientes à base da

Comgás, o que a levou a atingir a marca de 977.750 consumidores. O volume de gás distribuído alcançou 163 milhões de m³, avanço de 13,1% na comparação com 2009.

Teve continuidade o Projeto Varejo, cujo objetivo é agregar casas à rede da Companhia. No ano, 19.141 unidades foram incorporadas – crescimento de 35% na comparação com o ano anterior. A Empresa ampliou sua atuação para conquistar mais espaço no segmento de *new housing* (novas habitações), cuja expansão é significativa em razão do estreito relacionamento da Comgás com construtoras, projetistas e incorporadoras, participando e contribuindo com o bom momento vivenciado pelo setor de construção civil.

A Empresa está ampliando o número de clientes residenciais na cidade de São Paulo e também em São Bernardo do Campo, Osasco, Guarulhos, Campinas, Santos, Americana, Mogi das Cruzes e Alphaville, entre outros. Para isso, investe em comunicação e marketing (veja mais na pág. 26). Também atua na retenção de clientes e no incremento do consumo médio por unidade, incentivando o uso do gás em equipamentos além dos usados para cozinhar.

Mercado comercial

Também reflexo da estratégia de regionalização e da forte expansão da Comgás, o segmento comercial avançou 6,1% em volume no período. Assim, totalizou 101 milhões de m³ distribuídos, 6 milhões de m³ mais do que em 2009. A carteira de consumidores saltou de 9.265 para 9.760 – crescimento de 5,3%.

O segmento comercial acompanha o crescimento da rede residencial e adota uma série de estratégias de marketing diferenciadas para reforçar o potencial da Empresa para atender diferentes perfis de empreendimentos. O ano teve como destaque uma ação de relacionamento com os principais clientes, com intuito de estabelecer com eles contato contínuo, mesmo após o fechamento do contrato.

Mercado industrial

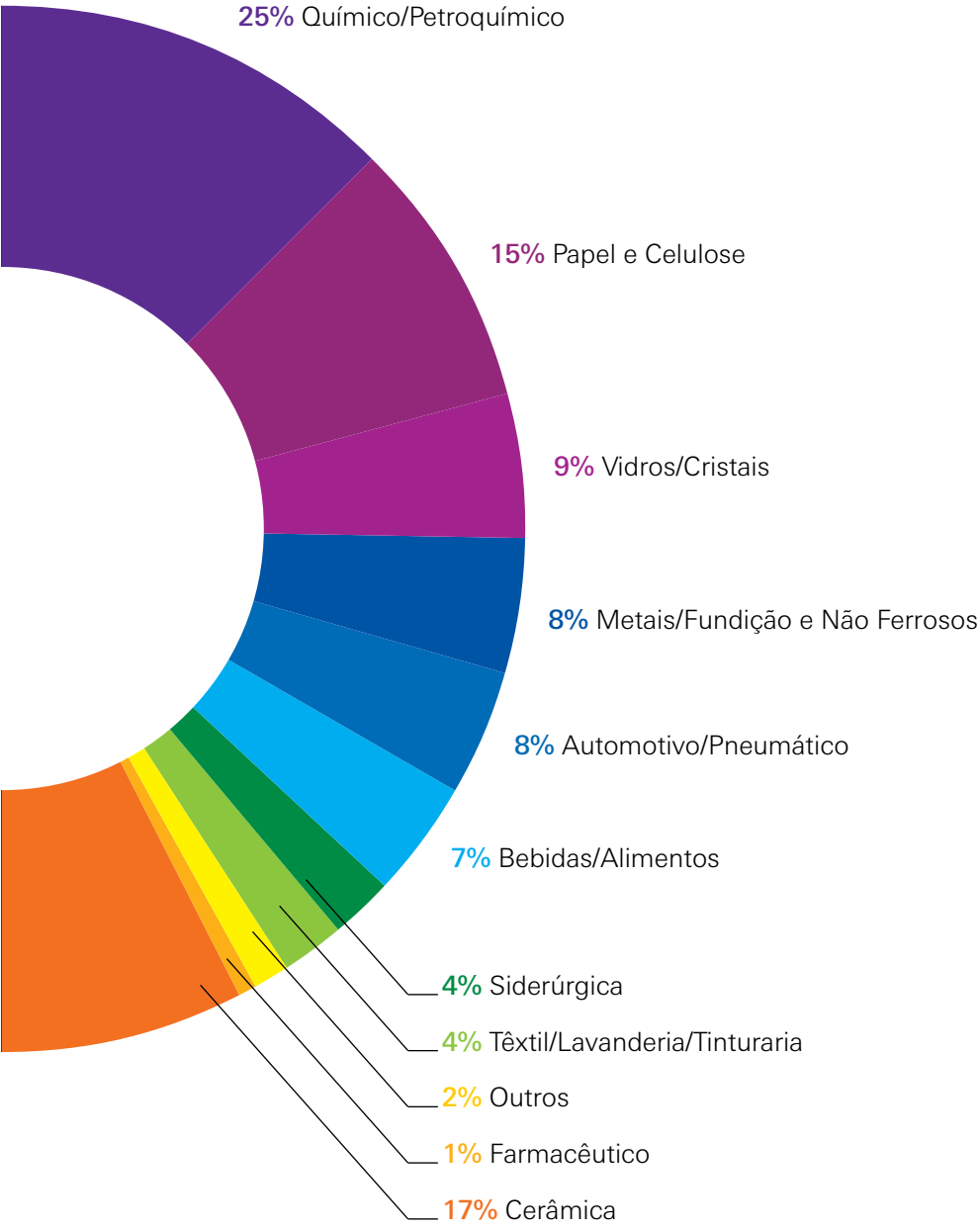
Os resultados da Comgás no segmento, responsável por mais de 70% do volume distribuído, avançaram em comparação ao ano anterior. O volume passou de 3,3 bilhões de m³ para 3,7 bilhões de m³. O relacionamento de forte parceria com os clientes durante a crise de 2009, foi fundamental para a superação daquele difícil momento, não impedindo a renovação de todos os contratos, que representa na prática a renovação da confiança nas Comgás por parte destes grandes consumidores. Destaque foi o segmento cerâmico, com expressivo aumento de demanda.

A Companhia também promoveu reestruturação interna para melhor qualificar o atendimento à indústria. Fortaleceu sua área dedicada exclusivamente aos grandes consumidores, assim como a superintendência voltada para o relacionamento com as demais empresas e suporte ao mercado. A mudança ampliou os negócios B2B, fortalecendo as relações comerciais, com melhores condições para desenvolvimentos e estudos voltados à competitividade dos segmentos.

Climatização e cogeração

O volume de gás distribuído para o mercado de cogeração teve crescimento de 4,5% na comparação com 2009, passando de 318,1 milhões de m³ para 332,6 milhões de m³. No mercado de cogeração, geração de ponta e climatização para estabelecimentos comerciais o consumo chegou a subir 37%, fruto da estratégia de foco neste segmento, ajudado pela criação da Tarifa de Refrigeração, anunciada em 2009. O resultado proporcionou o ingresso em inovadores mercados em que a Companhia até então não atuava, como o bancário (climatização)

Participação das Indústrias em 2010



e de restaurantes (cogeração). Na busca de ampliar seu portfólio de fornecedores, representantes da Comgás realizaram viagem ao Japão e Coréia para apresentar o potencial do mercado brasileiro e buscar novos fabricantes de equipamentos e prestadores de serviços. Como resultado, duas empresas japonesas passaram a comercializar equipamentos no Brasil e outras duas já buscam representantes no País. Tal condição ampliou a confiabilidade dos investidores em adotarem soluções a gás natural.

A Empresa também tem procurado viabilizar linhas de financiamento, via terceiros, que estimulem o mercado. Em 2011, deve intensificar o contato com fabricantes, empreendedores e projetistas para difundir informações sobre o mercado de gás, novas tecnologias e eficiência dos equipamentos nacionais.

Também foram concluídos estudos sobre o potencial do mercado de climatização em São Paulo, com a identificação de oportunidades de negócios equivalentes a 300 mil TRs (Toneladas de Refrigeração). Como principais benefícios, a Comgás apresenta, entre outros, a redução de custos na comparação com a climatização que utiliza energia elétrica e a diminuição em até 91% do consumo de eletricidade dos equipamentos de ar-condicionado.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Mercado automotivo

Em 2010, a Comgás distribuiu 317,7 milhões de m^3 de gás natural veicular (GNV), volume 13,9% menor que o registrado no ano anterior. A frota de veículos abastecidos com o gás natural, na área de concessão da Companhia, é estimada em 200 mil. A Comgás fechou o ano fornecendo gás para 367 postos de GNV.

Destaque do período foi a publicação da deliberação 165/2010 da Arsesp, de regulamentação dos procedimentos que permitem às concessionárias de distribuição de gás natural do Estado de São Paulo destinarem parcela do volume de gás natural adquirido em leilões promovidos pela Petrobras, para o segmento, o que aumentou a competitividade do GNV em relação aos outros combustíveis: a redução da tarifa do produto foi de 25,3%. Esta foi uma grande e esperada notícia para o mercado em geral, que abre novos horizontes para 2011.

Em relação ao desenvolvimento tecnológico, em Campinas a Comgás realizou testes de uso do GNV em um ônibus de uma empresa de transporte público, cujos resultados técnicos tem sido satisfatórios. No cronograma de testes o veículo movido 100% a gás natural vem realizando as provas em campo, em uma linha normal do transporte. O prazo de experimentos deve ser estendido por mais seis meses para uma melhor avaliação técnica e financeira, período em que a Comgás avançará os estudos para garantir maior autonomia ao veículo. A Companhia vem trabalhando para realizar parceiras com empresas da capital que operam Veículos Urbanos de Carga (VUCs), para que eles passem a utilizar GNV. Tais desenvolvimentos se mostram promissores e estão integrados a política do Estado de São Paulo de fomento a novos consumos e mercados para o gás natural.

Termogeração

As termoelétricas brasileiras foram regularmente despachadas em 2010 pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), sem prejuízo na oferta de gás natural para os demais segmentos, o que ocasionou crescimento de mais de 15 vezes no volume de gás distribuído pela Comgás à usina Fernando Gasparian. Há um contrato de suprimento de gás específico para esse abastecimento. Os demais contratos de fornecimento de gás da Empresa atendem aos outros segmentos de mercado, sem restrições.

O volume de gás comercializado pela Comgás em 2010 avançou 15,2% – de 4,2 bilhões para 4,9 bilhões de m^3 –, graças à recuperação do segmento industrial e à incorporação de 108,6 mil consumidores residenciais à base de clientes.

Os resultados nas demonstrações financeiras foram impactados pelo novo padrão contábil com a convergência das regras brasileiras para o International Financial Reporting Standard (IFRS). Nesse contexto, a conta-corrente regulatória mantida com a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Arsesp) deixou de constar do balanço. Ela representava as diferenças entre o custo de gás pago aos fornecedores – que varia todo mês - com o custo de gás embutido nas tarifas aos clientes.

Antes da migração para o IFRS, o saldo da conta-corrente regulatória era expresso como ativo ou passivo. A exclusão do dado das demonstrações financeiras tem como consequência uma oscilação maior dos resultados, refletindo mais rapidamente os eventos de oscilações do preço de aquisição do gás natural. Para fim de comparação, a Comgás apresenta também dados equalizados, considerando os valores que estariam na conta-corrente regulatória.

Outra mudança decorrente da adoção do IFRS está relacionada à Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ICPC 01, segundo a qual a concessionária tem o direito de operar a infraestrutura de serviços públicos, sem, no entanto, deter a propriedade dos ativos. Isso porque eles são revertidos ao poder concedente ao final do período de concessão.

Com a regra, a Comgás deixa de apresentar saldos dos ativos fixos e passa a reportar tais direitos de exploração na conta de ativos intangíveis. Além disso, passa também a reconhecer no Demonstrativo de Resultado, para fins de divulgação, a receita de construção e o seu custo associado na ampliação da rede de distribuição de gás.

Resultado equalizado do efeito da conta-corrente regulatória (em R$ milhões)

	2008	2009	2010
Movimento conta-corrente regulatória	578	(493)	(260)
Lucro bruto	1.388	1.147	1.266
Lajida (Ebitda)	1.057	838	934

O lucro bruto do exercício foi de R$ 1,5 bilhão, recuo de 9% na comparação com 2009, quando chegou a R$ 1,7 bilhão. Se fossem considerados os efeitos da conta-corrente regulatória, o resultado seria de R$ 1,3 bilhão, 10,87% acima do apurado no período anterior, de R$ 1,2 bilhão.

Em 31 de maio as tarifas da Comgás passaram por reajustes ordinários estabelecidos pela Arsesp. No segmento residencial, a variação foi de 0,5% para mais e 0,5% para menos; no segmento industrial, a redução média foi de 0,3%; no mercado automotivo, o decréscimo médio foi de 0,5%; e no segmento comercial, o aumento médio foi de 0,6%. Em dezembro houve novo reajuste, extraordinário, que não teve impacto significativo sobre o resultado bruto do exercício em razão da incidência por curto período.

Apesar do acréscimo nos preços do gás comprados da Bolívia e no Brasil, nos primeiros cinco meses do ano, a participação da Comgás nos leilões realizados pela Petrobras permitiu que a Empresa reduzisse o custo de aquisição.

Lajida (Ebtida)

O lucro antes do pagamento de juros, impostos, depreciações e amortizações foi de R$ 1,2 bilhão, decréscimo de 12,87% em relação ao período anterior. Se fossem observados os efeitos da conta-corrente regulatória, o resultado em 2010 teria sido 11,44% superior ao do ano anterior, totalizando R$ 934 milhões ante R$ 838 milhões.

O VOLUME DE GÁS COMERCIALIZADO PELA COMGÁS EM 2010 AVANÇOU 15,2% – DE 4,2 BILHÕES PARA 4,9 BILHÕES DE M^3 –, GRAÇAS À RECUPERAÇÃO DO SEGMENTO INDUSTRIAL E À INCORPORAÇÃO DE 108,6 MIL CONSUMIDORES RESIDENCIAIS À BASE DE CLIENTES.

Lucro líquido

O lucro líquido registrado em 2010 foi de R$ 580 milhões. O resultado representa uma redução de 15,99% na comparação com o ano anterior.

DVA

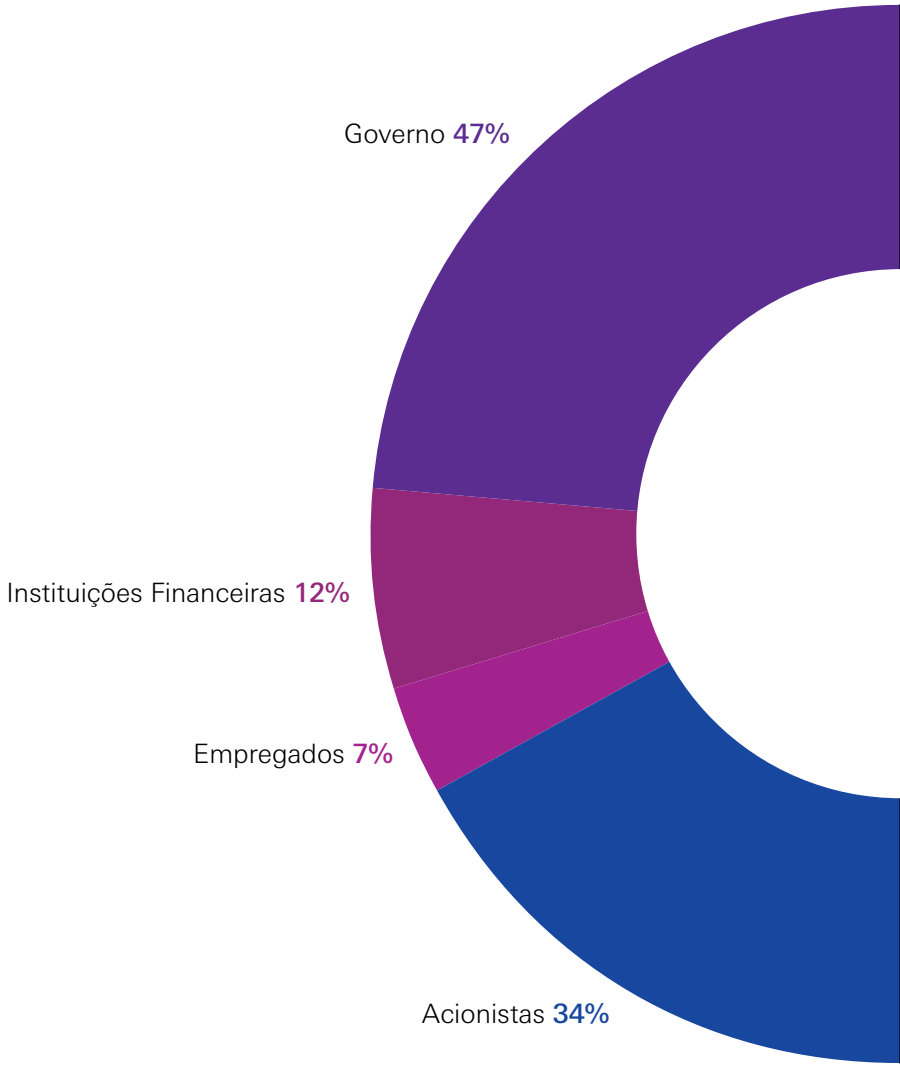
O Valor Adicionado – indicador da riqueza agregada à sociedade – totalizou R$ 1,68 bilhão em 2010. Ele é representado pela diferença entre as receitas obtidas e o custo de aquisição de gás e serviços de terceiros, além de depreciações e amortizações.

Investimento

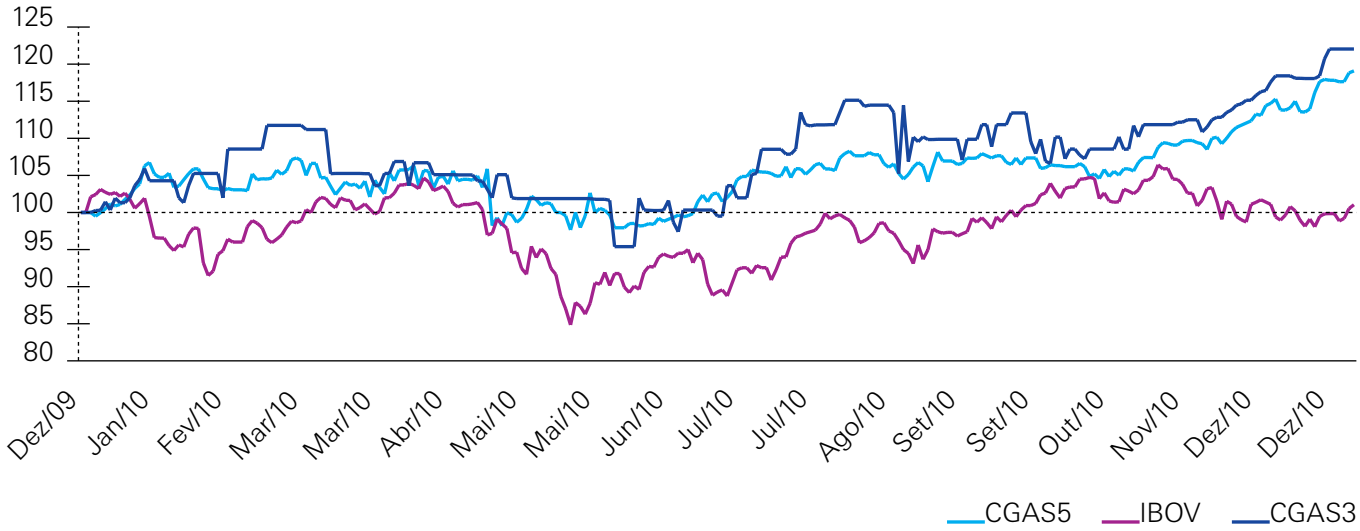
A Comgás deu continuidade à estratégia de contratar e manter financiamentos em linhas de longo prazo. Destaque no ano foram os contratos de empréstimos com valor total de 200 milhões de euros firmados com o Banco Europeu de Investimento (BEI), dos quais o equivalente a 100 milhões de euros já foram desembolsados. Os recursos destinam-se à expansão, modernização, ao reforço da rede de distribuição de gás canalizado e a outras ações de suporte às operações. Essa dívida tem prazo de pagamento de dez anos e período de carência de quatro anos.

Os novos recursos somam-se aos já contratados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que tiveram desembolsos realizados no período de, aproximadamente, R$ 183 milhões e como base a variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). O prazo médio da dívida manteve-se em três anos, com custo médio abaixo de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

DVA



	2008	2009	2010
Empregados	96.255	101.639	114.578
Governo	366.016	879.654	787.338
Instituições financeiras	171.257	218.060	194.480
Acionistas	129.981	690.393	579.979
Total	763.509	1.889.746	1.676.375



MERCADO DE CAPITAIS

O capital da Comgás foi aberto em 1996 e suas ações estão listadas na Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros de São Paulo (BMF&Bovespa) desde 1997. É constituído por 119.822.797 ações, das quais 93.910.898 são ordinárias (ON) e 25.911.899 são preferenciais classe A (PNA). Desse total, 78% pertencem ao acionista controlador.

O público investidor tem acesso às ações preferenciais e ordinárias, que representam 22% do capital acionário total da empresa *(free-float).*

Em 2010 o Ibovespa teve leve alta de 1,04%. Apesar do fraco desempenho do índice, as ações preferenciais da Comgás (CGAS5) encerram o período cotadas a R$ 40,49, valorização de 19,1%, com volume médio diário negociado de R$ 1,2 milhão. Já as ações ordinárias (CGAS3) finalizaram o ano com cotação unitária de R$ 37,00, valorização de 22%.

A Companhia pagou R$ 365 milhões em dividendos, relativos ao exercício findo de 2009. Além disso, ainda foram pagos R$ 57,6 milhões em juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2010, perfazendo o montante de R$ 427,3 milhões como remuneração total ao acionista. No período as ações da Comgás apresentam um *dividend yield*(1) de 9,5%, enquanto o *payout* (2) foi de 74%.

A aceitação das ações da Comgás por parte de estrangeiros permanece alta, sendo que 30% das ações estão em mãos de investidores internacionais - mesmo patamar registrado em 2009.

(1) Dividend Yield: Índice criado para medir a rentabilidade dos dividendos de uma empresa em relação ao preço de suas ações, possibilitando a comparação de rentabilidade dos dividendos entre companhias.

(2) Pay-out: taxa de distribuição do lucro da empresa para os acionistas na forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio.

GESTÃO DE RISCOS

PARA MITIGAR AMEAÇAS DE INTERRUPÇÕES EM SEUS SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO, A COMPANHIA DEDICA ATENÇÃO ESPECIAL À SEGURANÇA E INTEGRIDADE DE SEUS ATIVOS, ADOTANDO BOAS PRÁTICAS DE ENGENHARIA E FERRAMENTAS DE GERENCIAMENTO, DIVULGADAS A TODOS OS EMPREGADOS E PRESTADORES DE SERVIÇOS.

A Comgás mantém comissão permanente dedicada à identificação e ao monitoramento de seus riscos estratégicos e operacionais. Integrada por representantes de todas as diretorias, ela se reúne mensalmente para revisar tópicos e estabelecer planos de ação. Desde 2006, a Companhia detém também um sistema *online* de Gestão de Riscos que permite a interação com os gestores. Além disso, adota no dia a dia uma série de comportamentos que evitam a exposição de suas operações a eventos negativos.

Risco de mercado – Grande parte do volume de gás natural distribuído pela Comgás está concentrada no mercado industrial. No entanto, o portfólio de clientes inclui empresas de diferentes segmentos econômicos, o que reduz a exposição a uma eventual redução de demanda de determinado setor. A ampliação significativa da base de consumidores, especialmente no segmento residencial, e o desenvolvimento de soluções atrativas – em cogeração e climatização, por exemplo – diluem ainda mais essa possibilidade.

A Empresa desenvolve também campanhas de incentivo ao uso do gás natural e divulga informações sobre seu potencial, sua comodidade, segurança e eficiência, bem como sobre os benefícios ambientais, para fortalecer a imagem do produto entre os consumidores.

Risco operacional – Para mitigar ameaças de interrupções em seus sistemas de distribuição, a Companhia dedica atenção especial à segurança e integridade de seus ativos, adotando boas práticas de engenharia e ferramentas de gerenciamento, divulgadas a todos os empregados e prestadores de serviços. Um dos recursos nesse sentido é o Sistema de Gestão da Integridade de Ativos, que estabelece diretrizes, estratégias e metas para garantir a eficiência e segurança no fornecimento de gás natural aos clientes. Ela contempla as gestões de risco, de dados, de mudança, de conhecimento, de treinamento e capacitação, prevenção de danos, resposta a incidentes, continuidade operacional e melhoria contínua.

Também coloca em prática, desde 2003, o Plano de Prevenção de Danos (PPD), baseado em ações de comunicação e no treinamento de outras concessionárias, zeladores e comunidades que vivem perto das redes de gás. Assim, conscientiza sobre procedimentos para escavação próxima a gasodutos, para preservar a segurança das pessoas e do meio ambiente, assegurando também o fornecimento de gás dos clientes. O PPD inclui a oferta de mapas de rede aos terceiros e outras concessionárias. Foram mais de 10 mil acessos realizados em 2010. Também foram realizados treinamentos, que no ano beneficiaram 3,2 mil pessoas, ações motivacionais em canteiros, capacitação de zeladores de condomínios e atividades culturais.

A Empresa adota ainda outras medidas, como a Sala de Emergência, que centraliza dados de clientes, do consumo de gás natural e seu mapa das redes de gasodutos; a Revisão e Atualização de Normas e Padrões Técnicos; o Programa de Monitoramento das Contratadas; o Projeto Reportabilidade, para avaliação dos incidentes relativos à SSMQ e integridade de ativos; o Sistema de Gestão de Corrosão de Tubos de Aço; e a Recuperação de Valores por Danos ou Ressarcimento por Danos Sofridos, no sentido de mapear e dimensionar as principais ocorrências.

No ano, a Companhia foi auditada pelo Grupo BG em relação ao Safety Case, documento elaborado para assegurar que todos os riscos são conhecidos e mapeados e que a operação das redes é segura, um requisito obrigatório em relação ao acionista. O objetivo é informá-los sobre o gerenciamento dos riscos operacionais envolvidos em suas atividades.

Risco de suprimento – Além de manter uma área de Planejamento da Demanda e revisar constantemente suas estratégias de suprimento, a Comgás busca o fortalecimento dos fornecedores e o desenvolvimento e ingresso de novos parceiros no mercado nacional. O objetivo é ampliar a competitividade e reduzir sua dependência – e dos clientes – a poucos provedores. A Empresa também realiza processo de homologação e qualificação técnica dos contratados, o que inclui a formação de mão de obra especializada para dar suporte ao seu plano de expansão.

Em relação ao suprimento de gás natural, as recentes descobertas do recurso no Brasil minimizam ainda mais a possibilidade de desabastecimento.

Para reduzir cada vez mais o preço do gás natural, participa de leilões de gás promovidos pela Petrobras, o que resultou na queda no valor da tarifa aos consumidores.

Risco ambiental – A Empresa cumpre sua Política de Segurança, Saúde e Meio Ambiente e as legislações vigentes. Suas ações direcionadas a clientes e fornecedores minimizam os riscos de acidentes que podem afetar o meio ambiente.

Quanto ao risco de clima/ desastre, a manutenção de Matriz de Riscos inerentes aos negócios determina a contratação de apólices de seguro com companhias de primeira linha. Além disso, está em vigor um

Plano de Prevenção a Desastres que inclui a garantia de que as principais informações e sistemas possam ser retomados em um prazo máximo de quatro horas, se houver sinistro. A Empresa também realiza exercícios simulados para assegurar sua capacidade de gestão de crise.

Riscos de controle, fraude e reputação – Em 2010 a Comgás manteve a certificação ISO 14001. Iniciativas como o Plano de Prevenção de Danos (PPD) e Monitoramento das Contratadas contribuem para a difusão de boas práticas e menor exposição a riscos que possam ferir sua imagem. A Empresa detém o *"Fraud Officer"*, responsável pela gestão de riscos de fraude, para apurar fatores que a expõem e analisar ocorrências ou suspeitas referentes a qualquer ação que tenha o objetivo de extrair benefícios ou ganhos injustos ou ilícitos seus e de terceiros. Abrange desde o desvio de recursos da Companhia até a apropriação indébita de seus ativos – materiais ou intelectuais. As denúncias podem ser recebidas por telefone (0800 702 40 80) ou e-mail (canalaberto@comgas.com.br), que garante o anonimato do denunciante.

Risco de regulamentação – A Diretoria de Assuntos Institucionais trabalha ativamente com governos, órgão regulador, associações e entidades, no sentido de aperfeiçoar ou formular políticas setoriais. Diante da maturidade regulatória nacional nos últimos anos e do respeito aos contratos de concessão pelos governos, a Empresa não acredita em mudanças capazes de comprometer seus planos nos próximos períodos.

Riscos financeiros – A Política de Gerenciamento de Riscos Financeiros ampara a Empresa nas medidas relativas à liquidez, taxa de juros, crédito e câmbio, na medida em que: valida as alternativas de captação para o aproveitamento das melhores oportunidades e a garantia de *mix* adequado de fontes de financiamento; evita concentrações de vencimentos em um mesmo período, estabelecendo limites de 30% do endividamento de longo prazo com condições de refinanciamento para os 12 meses seguintes, de 50% do endividamento total com condições de refinanciamento em três anos, e de 80% do endividamento total com condições de refinanciamento em cinco anos; possui estrutura adequada para acompanhamento e cumprimento de obrigações assumidas em instrumentos contratuais, principalmente em determinados *financial covenants;* busca sempre operar com taxas de juros pós-fixadas em reais; protege o caixa e os resultados por meio de *swaps, forwards* e opções, e mantém *hedge* mínimo de 75% do valor contratado para quantias que superem US$ 500 mil. Para minimizar riscos de crédito, avalia trimestralmente e aprova anualmente as contrapartes com as quais negocia operações de *cash management, floating,* câmbio, investimentos financeiros, arrecadação bancária e operações de derivativos, atribuindo preventivamente a cada instituição financeira um limite máximo de exposição.

EM 2010 A COMGÁS MANTEVE A CERTIFICAÇÃO ISO 14001. INICIATIVAS COMO O PLANO DE PREVENÇÃO DE DANOS (PPD) E MONITORAMENTO DAS CONTRATADAS CONTRIBUEM PARA A DIFUSÃO DE BOAS PRÁTICAS E MENOR EXPOSIÇÃO A RISCOS QUE POSSAM FERIR SUA IMAGEM.

ATIVOS INTANGÍVEIS

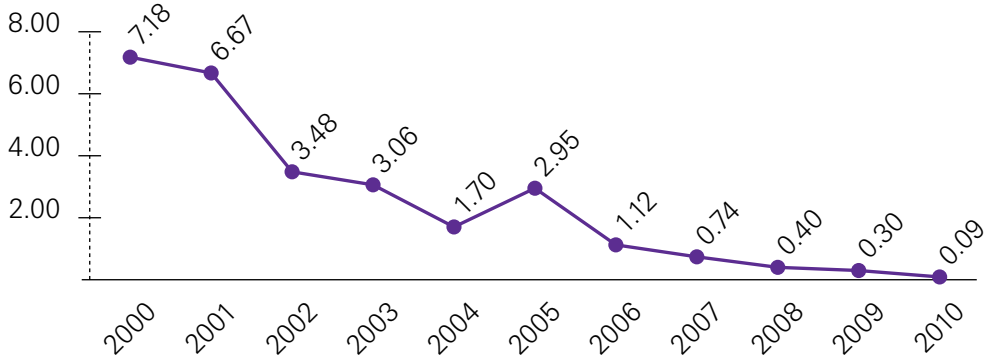
A Comgás mantém e desenvolve ativos que agregam valor aos seus negócios, mas cujo resultado não pode ser mensurado – caso, por exemplo, da difusão e preservação do conhecimento e das certificações obtidas.

Segurança

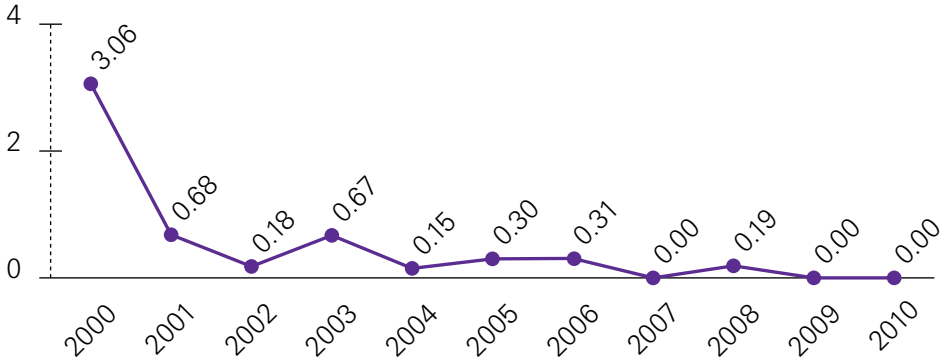
Para garantir que todos os empregados voltem para casa em segurança, a Empresa desenvolve ações de conscientização e garante os recursos materiais e as competências necessárias para a prática do objetivo Zero Lesão com Alta Performance, o que está traduzido ainda no lema Faça com Segurança ou não Faça. A área de Segurança, Saúde, Meio Ambiente e Qualidade (SSMQ) adota iniciativas para o correto gerenciamento dos riscos e impactos das operações. Um dos instrumentos é o BBS – Segurança Baseada no Comportamento, que visa reforçar práticas seguras com foco na mudança definitiva de atitude por meio da observação de comportamentos inseguros. Em 2010, foram realizadas em média 2.000 observações mensais.

Em 2009, a BG revisou o procedimento de gestão de SSMQ de contratadas para alinhar os conceitos e requisitos das normas e diretrizes. A partir do

TRCF
Comgás + Contratadas
TRFC – Frequência total de casos registráveis.



LTIF
Comgás + Contratadas
LTIF – Frequência de incidentes com perda de tempo



trabalho, as empresas do grupo fizeram um autodiagnóstico, ajustando as diretrizes originais às suas realidade, para garantir a assertividade na gestão. A identificação da necessidade de maior homogeneidade na gestão das contratadas determinou o treinamento dos atuais gestores de contratos. A Comgás sediou os eventos que abrangeram as empresas da região das Américas para a formação de facilitadores desses conceitos e, na Companhia, 85 gestores de contrato foram capacitados em relação ao tema, sobre os elementos que formam o ciclo de gestão de contratadas.

Gestão do conhecimento

A Comgás trabalha para ter as pessoas certas no lugar certo. Essa ideia é reforçada continuamente por meio de programas de treinamentos e atualização, muitos deles estendidos a funcionários das empresas contratadas. Cada vez mais a Companhia difunde ideia de *accountability,* especialmente entre as lideranças. Isso significa tornar claras as atribuições para a conquista dos objetivos delineados e resultados esperados.

O mapeamento das competências necessárias para o exercício das funções também favorece o aprimoramento e a disseminação do conhecimento, o que assegura a continuidade dos negócios em diferentes cenários. Além disso, a manutenção de ambiente qualificado de trabalho, a preocupação com o bem-estar, o respeito à diversidade e o reconhecimento pelo empenho são fatores de estímulo para o crescimento contínuo dos profissionais, dentro e fora da Companhia.

Inovação

No âmbito da inovação, destaca-se o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e de Conservação e Racionalização do Uso do Gás Natural que, no ciclo 2009/2010, recebeu investimento de R$ 3,8 milhões. O valor destina-se a iniciativas nas áreas de eficiência energética, normalização, capacitação profissional, divulgação e conscientização, interesse socioambiental e pesquisa e desenvolvimento. Elas têm como foco inovação e ganhos de competitividade por meio do conhecimento científico, e são conduzidas em parceria com centros de pesquisa e universidades, como Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), Universidade Federal de São Carlos, (Ufscar) e Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT).

Desde a sua criação, em 2004, a área de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), contabiliza 74 projetos, dos quais 30 estavam em andamento em 2010.

Investimentos em P&D (por ciclo)

Período	Em R$ milhões
2004/2005	1,8
2005/2006	2,2
2006/2007	2,8
2007/2008	3,0
2008/2009	3,8
2009/2010	3,8
2010/2011	4,0

Conheça os projetos de P&D no endereço eletrônico www.comgas.com.br/hotsites/pesquisaedesenvolvimento

NO ÂMBITO DA INOVAÇÃO, DESTACA-SE O PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E DE CONSERVAÇÃO E RACIONALIZAÇÃO DO USO DO GÁS NATURAL QUE, NO CICLO 2009/2010, RECEBEU INVESTIMENTO DE R$ 3,8 MILHÕES.

Os colaboradores são constantemente estimulados a buscar oportunidades para aperfeiçoar as operações e os negócios. Duas premiações internas são mantidas nesse sentido. Além disso, no dia a dia, apresentam ideias para atender demandas de clientes e/ou reduzir custos. Exemplo desse comportamento em 2010 foi a homologação de sanca em EPS (poliestireno e poliuretano de alta densidade), fixada com cola à base de água, para contornar a rejeição de clientes a aquecedores de água a gás em razão de a tubulação ficar aparente. Também foi desenvolvida, em parceria com fornecedores, uma maleta para transporte de equipamentos de proteção e ferramentas pelos gasistas que resultou em melhores condições ergonômicas, ganho de tempo e redução de custos.

Prêmios e reconhecimentos

No ano, a Comgás foi a grande vencedora da segunda edição do Prêmio Petrobras de Reconhecimento às Distribuidoras de Gás Natural – **Top Gás.** Três trabalhos foram vencedores nas categorias Segurança, Excelência Operacional e Desenvolvimento de Mercado. Na categoria Responsabilidade Social, recebeu menção honrosa. Além disso, dois de seus profissionais foram homenageados pela colaboração no Fórum Top Gás, que debate temas relacionados à área de distribuição de gás natural.

A Empresa foi ainda reconhecida, em 2010, por meio do recebimento dos seguintes prêmios:

MasterInstal – Quatro prêmios foram conquistados: dois na categoria "Projetos para a execução de instalações" e dois na "Métodos e processos na execução de instalações". O evento evidencia iniciativas que destacam o setor de instalações pelo pioneirismo e as melhores práticas e é organizado pelo Sindicato da Indústria de Instalação (Sindinstalação) e pela Associação Brasileira pela Conformidade e Eficiência das Instalações (Abrinstal)

Mundo Cerâmico – Na nona edição do prêmio, organizado pela revista Mundo Cerâmico, a Comgás foi reconhecida como Fornecedora do Ano 2010 na categoria Energia.

Innovation Awards – O prêmio promovido pelo Grupo BG foi concedido à Empresa na categoria Aplicação da Tecnologia, com o trabalho "Mitigação dos desvios de gás no segmento automotivo",.

Consumidor Moderno – Pelo quinto ano consecutivo a Companhia figurou como a que mais respeita o consumidor no setor de gás encanado. O prêmio é organizado pela revista Consumidor Moderno.

Safety Achievement Award – O prêmio foi concedido pela *American Gas Association* (AGA) pelo fato de a Empresa ter obtido o menor índice de incidentes registráveis, que envolvem perda de tempo, trabalho restrito ou transferência de função (DART, em inglês).

4

relacionamentos

EM 2010, O GRANDE DESAFIO DA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS FOI DAR SUPORTE AO PROCESSO DE REGIONALIZAÇÃO DA COMGÁS, POR MEIO DA DIFUSÃO DE SUA CULTURA E DA CAPACITAÇÃO DOS COLABORADORES PARA TRABALHAREM ALINHADOS À PREMISSA ZERO LESÃO COM ALTA PERFORMANCE.

Uma das iniciativas lançadas para isso foi a Academia da Expansão, de educação corporativa, direcionada a superintendentes e gerentes de Vendas e Expansão. Os primeiros beneficiados foram 60 gestores, que participaram de treinamentos focados nas necessidades mapeadas para os macroprocessos de construções e ligações, operações e manutenção da rede, e relacionamento com o cliente, ministrados por profissionais da Empresa especializados nos temas. Em 2011, no âmbito da Academia, serão oferecidos módulos presenciais para técnicos e módulos virtuais para trabalhadores terceirizados.

Outro instrumento de alinhamento profissional é o Portal ColaborAtivo, nova intranet da Companhia, que incorporou ferramentas e já está integrado ao sistema SAP. Entre as novidades estão a Rede de Relacionamento Comgás, em que cada empregado e estagiário pode criar seu perfil profissional; a Central de Notícias; o sistema de buscas por arquivos e por páginas na intranet; a ferramenta Cartões de Agradecimento; as Comunidades Virtuais, em que os funcionários podem trocar ideias e informações; o Portal do Gestor; e a página de Saúde, Segurança, Meio Ambiente, Qualidade e Integridade de Ativos, com alertas, lições aprendidas, gestão de riscos, indicadores e outras informações sobre a proposta Zero Lesão com Alta Performance.

O Portal RH também foi ampliado e dotado de novas funcionalidades. A folha de pagamento também passou a ser gerida via Portal.

Essas ações revelam o respeito da Comgás por seus profissionais e se somam a outras de valorização, como os prêmios Excelência Comgás e Comgás Inovação, que evidenciam pessoas e/ou equipes autoras de trabalhos relacionados à segurança, ao meio ambiente e à integração com as comunidades. Em 2010, eles evidenciaram nove iniciativas e concederam menção honrosa a outras três. Os prêmios baseiam também a seleção de candidatos ao *BG Chairman's Awards* e ao *BG Innovation Awards,* organizados pela controladora da Empresa. Em 2010, um colaborador da Comgás venceu o *Innovation Awards.*

Para checar o grau de satisfação dos profissionais em relação à sua forma de gestão, a Companhia realizou, no ano, mais uma edição da pesquisa de clima organizacional. O levantamento teve a participação de 92% do quadro funcional, e apontou 65% de satisfação.

Perfil dos colaboradores

No final do período, a Comgás mantinha 5.277 empregados (incluindo temporários), sendo 19% próprios e 81% terceirizados. O total é 15% superior ao registrado no ano anterior em razão das contratações feitas no âmbito do processo de expansão, especialmente no segmento residencial. Todos atuam na área de concessão da Companhia. Os estagiários somavam 90, dos quais 71 ingressaram em 2010 por meio do Programa de Estágios.

Do quadro de profissionais, 85% são cobertos por acordos de negociação coletiva firmados com o Sindicato da Produção, Transporte, Instalação e Distribuição de Gás Canalizado do Estado de São Paulo e com o Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo. A Empresa não faz qualquer restrição à adesão dos funcionários às suas entidades de classe. Em 2010, nenhuma parada dos empregados foi registrada.

Quadro de colaboradores	2008	2009	2010
Período integral			
Por prazo indeterminado ou permanente	952	948	979
Por prazo determinado ou temporário	107	84	90
Terceirizados			
Por prazo indeterminado ou permanente	3.123	3.543	4.170
Por prazo determinado ou temporário	55	13	38
Total	**4.237**	**4.588**	**5.277**

Rotatividade	2008	2009	2010
Variação de quadro			
Número de admitidos	156	88	100
Número de demitidos	59	92	69
Taxa de rotatividade	6,52%	9,68%	7,05%
Rotatividade por gênero			
Homens	3,2%	5,5%	4,7%
Mulheres	3,3%	4,2%	2,4%
Rotatividade por faixa etária			
Até 30 anos	1,9%	2,7%	3,1%
De 30 a 50 anos	4,2%	6,1%	3,4%
Mais de 50 anos	0,4%	0,8%	0,6%

Abrangência de acordos coletivos	2008	2009	2010
Nº total de empregados	952	948	979
Nº de empregados abrangidos por acordo coletivo	863	864	834
% sobre total de empregados	90%	91%	85%

Indicadores de diversidade	2008	2009	2010
Categoria funcional			
Executivos	89	84	87
Coordenação	58	53	58
Profissionais e Engenheiros	314	294	318
Administrativo	99	90	100
Operacional	320	349	337
Vendas	72	78	79
Gênero			
Homens	67,5%	69,2%	68,3%
Mulheres	32,5%	30,8%	31,7%
Cor / raça			
Branca	89%	89%	89%
Negra	10%	10%	10%
Amarela	1%	1%	1%
Indígena	0%	0%	0%
Faixa etária			
Até 30 anos	35%	27%	30%
De 30 a 50 anos	57%	62%	59%
Mais de 50 anos	8%	11%	11%

Além de oferecer ao público interno oportunidades de desenvolvimento e ascensão profissional, a Comgás o estimula a respeitar a diversidade – prática que a levou a conquistar, em 2010, o Selo Paulista da Diversidade, na Categoria Pleno, concedido pelo Governo do Estado de São Paulo.

Capacitação e desenvolvimento

Aos colaboradores próprios, a Comgás aplica avaliações de desempenho que identificam oportunidades e defasagens em relação às competências requeridas por seus negócios e Valores, e baseiam a elaboração de Planos de Desenvolvimento Individual. Em 2010, 98% dos contratados foram avaliados formalmente. Todos preenchem um Contrato de Performance para 12 meses – processo que, no ano, pela primeira vez, foi conduzido no âmbito do Portal RH – e, a partir do estabelecimento dos objetivos de sua área e do *Scorecard* da Empresa, definem os objetivos individuais, em consenso com os gestores. Esses objetivos devem contemplar os desafios da inovação, da melhoria de processos e, ao mesmo tempo, da promoção do desenvolvimento pessoal e profissional. Eles são estipulados com base no modelo SMART (sigla em inglês que representa as expressões: específico, mensurável, variável, focado em resultados e cronologicamente orientado), capaz de facilitar o alcance das metas e a análise de sua qualidade.

Ao final do período, os profissionais fazem autoavaliações de competência e, com seus gestores, verificam o alcance dos objetivos. Via Portal RH, o gestor reporta os resultados individuais e as notas da Avaliação de Competência – que também é parâmetro para o Programa de Distribuição de Lucros e Resultados (leia mais na pág. 47). Em 2010, a sistemática passou a incluir a opção de empregados e gestores comentarem qualitativamente os resultados.

Outra etapa do processo é a Rodada do Mapeamento 360º, para identificar as necessidades de desenvolvimento dos gestores em relação aos Valores da Comgás. Ele considera autoavaliação, avaliação do gestor e avaliação de três subordinados e de três fornecedores ou clientes internos. O trabalho é conduzido via internet por consultoria externa, o que assegura confidencialidade e preservação da identidade dos avaliadores.

A Empresa promove ainda reuniões com as gerências para analisar o potencial de todos os empregados e traçar possíveis caminhos para suas carreiras. São considerados o desempenho e a capacidade dos profissionais de assumir novas responsabilidades ou migrar para outras áreas e funções.

Os direitos humanos são tema de capacitação específica. Em 2010, eles foram abordados nos treinamentos Código de Conduta e Integração de Novos Empregados, que envolveram 18,4% do quadro funcional (180 pessoas, incluindo todos os que atuam na área de segurança) em 610 horas de atividades.

Também para intensificar a formação de seus colaboradores, a Empresa oferece apoio financeiro para o aperfeiçoamento fora de

suas unidades. Em 2010, lançou a segunda edição do programa de *Master Business Adminsitration (MBA),* ministrado pela Fundação Instituto de Administração (FIA). O curso passou a ser denominado Gestão de Projetos e Inovação e beneficiou 35 funcionários.

Já a concessão de bolsas de estudo de ensino médio profissionalizante e de graduação, por meio das quais a Comgás arca com 50% do valor das mensalidades, favoreceu 33 colaboradores no período, e está em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho firmado com o Sindgasista.

São oferecidos ainda subsídios para cursos e materiais didáticos no âmbito do Programa de Idiomas, que, em 2010, beneficiou 45 profissionais. A bolsa tem duração de três anos ininterruptos, sendo que o contemplado pode escolher a instituição onde irá aperfeiçoar seus conhecimentos.

Via intranet, os empregados também têm acesso a ferramentas de *e-learning*. O destaque do exercício foi o lançamento do curso *online* Código de Conduta – A prática dos Princípios Comgás, concluído por todos os contratados e estagiários. Estão disponíveis ainda módulos sobre conscientização ambiental, ergonomia, nova ortografia, matemática financeira e programas de computador.

Essas e outras iniciativas, assim como o incentivo à participação, são temas constantes nos diversos canais de comunicação mantidos pela Empresa para estreitar o relacionamento com o público interno. Além do Portal ColaborAtivo, eles incluem os boletins Telegás Semanal e Telegás Especial, a revista Comgás Total, o Jornal Mural e o Programa Vale + Ser Comgás. Outro canal, que possibilita o contato dos funcionários com a alta direção, é o Blog do Presidente, que expõe as principais ações da Companhia e convoca os colaboradores a integrá-las.

Remuneração e benefícios

A Comgás adota o monitoramento constante do mercado para assegurar o pagamento de salários fixos compatíveis com as médias aplicadas. Em 2010, a proporção entre o menor salário pago pela Empresa e o salário mínimo vigente foi de 2,32 vezes.

Média de horas de treinamentos – 2010

Categoria funcional	Horas	Horas/ empregado
Nível técnico	14.030	78
Nível operacional	14.031	89
Gerentes e supervisores	11.748	85
Administrativo	3.026	30
Profissionais	3.043	8
Diretoria	112	16

A Companhia coloca ainda à disposição dos profissionais o Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), cujas bonificações são definidas de acordo com o desempenho individual e o da Companhia. No ano, o montante distribuído por intermédio da iniciativa totalizou R$18,6 milhões.

Já o leque de benefícios concedidos vai além das determinações legais: contempla auxílio-doença/ acidente, assistências médica e odontológica, auxílio aos filhos portadores de necessidades

Proporção do menor salário pago pela empresa em relação ao salário mínimo

Ano	2008	2009	2010
Cidade de São Paulo	2,06	1,96	2,32
Campinas	3,46	2,82	5,28
Região Metropolitana de São Paulo	6,34	6,15	5,79
Vale do Paraíba	3,46	2,82	2,89
Baixada Santista	3,46	2,82	3,94

	2008		2009		2010	
Salário-base (R$)	**Homens**	**Mulheres**	**Homens**	**Mulheres**	**Homens**	**Mulheres**
Categoria funcional - Proporção de salário base entre homens e mulheres						
Executivos	1,29	1,00	0,93	1,00	1,12	1,00
Coordenadores	0,99	1,00	1,01	1,00	1,08	1,00
Técnicos	0,78	1,00	1,17	1,00	1,01	1,00
Operacionais	1,20	1,00	0,99	1,00	1,01	1,00
Profissionais/Eng.	1,08	1,00	0,95	1,00	0,98	1,00
Vendas	1,09	1,00	0,95	1,00	1,01	1,00

especiais, auxílio-creche, auxílio para compra de material ortopédico e óculos, auxílio-farmácia, empréstimo de férias, orientação vocacional para os filhos dos empregados e seguro de vida – com cobertura por incapacidade e invalidez. Inclui também o Plano de Aposentadoria da Comgás (PLAC), de previdência privada, no modelo de Contribuição Definida. Em 2010, ele abrangia 92% do quadro de profissionais, que podem destinar até 4% do valor bruto do salário ao fundo. A Comgás deposita duas vezes a quantia destinada pelo funcionário. São permitidos aportes adicionais esporádicos – sem contrapartida da Companhia –, por meio da utilização parcial ou integral do valor recebido no Programa de Participação nos Lucros e Resultados. Ao final de 2010, o PLAC acumulava patrimônio de R$ 60 milhões. Além disso, o programa Mais Viver na Maturidade, lançado no exercício, favorece empregados em período de pré-aposentadoria. Os profissionais com mais de 50 anos que desejam planejar o pós-carreira são orientados por uma consultoria especializada sobre temas como qualidade e estilo de vida, finanças, saúde física, mental, emocional, social e familiar. No ano, 45 empregados participaram da iniciativa, que promoveu nove encontros.

RELACIONAMENTO COM FORNECEDORES

Em 2010 houve a consolidação dos processos de desenvolvimento e qualificação de fornecedores. O sistema de monitoramento de desempenhos desses parceiros para as atividades consideradas mais importantes e críticas para o negócio da Comgás foi ampliado e entendido por eles como uma ferramenta de desenvolvimento. A base de empresas monitoradas passou de 22 para 34.

O sistema de monitoramento de fornecedores também foi reconhecido pelo Grupo BG com a concessão do prêmio *Chairman's Awards 2010* na categoria Segurança, e pela Petrobras no prêmio Top Gás 2010, categoria Excelência Operacional.

Em relação às novas contratações, o ano foi marcado pela colocação em prática dos conceitos de regionalização e parcerias de longo prazo estabelecidos como direcionadores para garantir a sustentabilidade e o crescimento dos negócios da Companhia. Vários projetos de expansão tiveram suas contratações direcionadas a essa estratégia (mais de 15 foram contratados desta forma), regionalizados e por prazos entre três e cinco anos. Assim a Empresa continua a buscar o desenvolvimento do mercado local com o estabelecimento de relações de longo prazo e estimulando a contratação de mão de obra da região. Em 2010, 100% do orçamento dos processos de compra de bens e serviços mais importantes foram destinados a fornecedores do Brasil.

Um dos instrumentos utilizados com esse intuito é o Comitê Central de SSMQ, no âmbito do qual foram realizadas 12 reuniões em 2010. Os eventos, comandados pelo CEO da Companhia, reúne diretores de contratadas e subcontratadas para a discussão e o compartilhamento de melhores práticas e o estabelecimento de metas e planos de ação relativos aos temas. A ideia é ampliar a conscientização e motivar os fornecedores a incorporá-los à sua estratégia de gestão.

No ano foi retomado o Programa de Monitoramento de Contratadas, coordenado pela área de Suprimentos. Ele consiste na avaliação mensal dos fornecedores em relação a aspectos estipulados em conjunto por diferentes áreas da Companhia. O levantamento permite identificar as melhores práticas, introduzir melhorias e verificar e adotar planos corretivos, entre outros benefícios. A nota global da contratada é usada como referência para tomadas de decisão – o que inclui rescisão de contatos – e introdução de parâmetros nas concorrências, que não privilegiam apenas os preços. No âmbito da proposta, foi reativado o Dia do Parceiro Comgás, em que os fornecedores destacados são reconhecidos por meio de premiação.

No mesmo sentido, foi conduzido o programa de Auditorias Técnicas. Um grupo de 80 profissionais da Comgás recebeu treinamento especial – que inclui normas de sistemas de gestão averiguados nas certificações ISO 9001, ISO 14000 e OSHAS 18000, análises de não conformidades e planos de ação e estudo de caso – para monitorarem a atividade de contratadas e averiguar seu grau de engajamento em relação à Política de SSMQ. No ano foram feitas 30 verificações nos principais fornecedores.

O programa de Auditorias Técnicas contempla o programa de Excelência em Contratadas, no qual os diretores e superintendentes de diversas áreas da Comgás, integrantes da equipe de auditoria técnica colaboram para a aproximação da Companhia com suas contratadas. Além da auditoria, os profissionais também discutem oportunidades de melhoria nos processos da Empresa e das terceiras, envolvendo o gestor do contrato e a direção da contratada.

Seleção e valorização

Na seleção de seus parceiros, a Comgás avalia a capacidade organizacional para atender aos padrões almejados e coloca à disposição ferramentas necessárias para que possam desenvolver habilidades e adotar os procedimentos requeridos. Posteriormente, realiza visitas de campo para o acompanhamento de atividades e a comprovação da capacidade técnica e instalada das candidatas. Caso haja necessidade, elabora planos de adequação. Em 2010, foram realizados dois *workshops* para a capacitação de potenciais fornecedores: um direcionado à manutenção de redes e outro às principais categorias ligadas a atividades do varejo. Para aperfeiçoar o processo, todos os formulários utilizados na escolha foram revisados em conjunto com as áreas gestoras. Os fornecedores ativos são avaliados periodicamente em relação aos aspectos de saúde financeira e regularidade fiscal e trabalhista.

NO ANO FOI RETOMADO O PROGRAMA DE MONITORAMENTO DE CONTRATADAS, COORDENADO PELA ÁREA DE SUPRIMENTOS. ELE CONSISTE NA AVALIAÇÃO MENSAL DOS FORNECEDORES EM RELAÇÃO A ASPECTOS ESTIPULADOS EM CONJUNTO POR DIFERENTES ÁREAS DA COMPANHIA.

O contrato padrão da Comgás contém cláusula que compromete a contratada a conduzir seus negócios segundo os patamares éticos mais elevados e a observar as leis aplicáveis ao combate à fraude e corrupção e as normas da Companhia, em especial a Declaração de Princípios e o Código de Conduta. A Declaração de Princípios expressa o apoio integral da Empresa à Declaração Universal de Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas (ONU), observada nas operações empresariais. Já o Código de Conduta determina que ela não tolera nos fornecedores a utilização de trabalho forçado ou de trabalho infantil e que a parceira deve respeitar as recomendações de acordos e convenções nacionais e internacionais que condenam o trabalho infantil e todo tipo de trabalho forçado.

Também para valorizar o empenho de seus fornecedores, a Comgás participa do Programa de Certificação de Empresas Instaladoras (Qualinstal), cujo objetivo é assegurar serviços de instalação de gás com qualidade e segurança. Depois de auditadas, as empresas parceiras recebem um selo de Conformidade de Instalação. Por meio da certificação, a Comgás garante que o produto final entregue ao consumidor esteja de acordo com as normas brasileiras de instalação e em perfeitas condições de uso.

RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES

A Comgás mantém vários canais de atendimento aos clientes para responder de forma ágil às demandas e fazer dos contatos oportunidades de aproximação e identificação de melhorias.

Em 2010, para enfrentar o desafio da migração de seus sistemas de CRM e faturamento para a plataforma SAP a Empresa ampliou suas equipes de atendimento, tanto no Contact Center como na Ouvidoria. A mudança dos sistemas, no entanto, refletiu nos resultados da pesquisa de satisfação realizada anualmente pela Arsesp: embora 85% dos clientes de gás natural tenham aprovado os serviços da Comgás, o índice – um dos melhores entre as concessionárias de serviços públicos – ficou um ponto percentual abaixo do registrado em 2009.

Contact Center

Principal canal de atendimento ao consumidor – pelo telefone 08000 110 197 –, o *Contact Center* é operado pela empresa Algar Tecnologia, que em 2010 promoveu 4.562 horas de treinamento às equipes, em salas instaladas exclusivamente para esse fim na Comgás, dotadas de recursos audiovisuais.

Em caráter experimental, foi realizado o monitoramento de redes sociais, com o intuito de identificar possíveis dúvidas e reclamações de clientes. Os mecanismos de buscas das redes permitiram a resolução de demandas de forma proativa. O trabalho será aprimorado em 2011 com a contratação de empresa especializada para efetuar o acompanhamento.

Outra ação do ano foi a introdução de Célula de Soluções, cujo objetivo é minimizar impactos negativos na relação com os clientes. Para reverter eventuais insatisfações, a equipe da Célula avalia todo o histórico de contatos dos consumidores e dá prioridade àqueles cujas demandas são mais urgentes.

No mesmo sentido, teve continuidade o programa Ligado no Cliente, por meio do qual os empregados têm acesso a linhas telefônicas para acompanhar, em tempo real, o contato dos clientes com a Empresa. O propósito é estimular a reflexão sobre a realidade dos usuários e o desenvolvimento de soluções para aprimorar o relacionamento.

Já para contribuir com a melhoria do uso da gramática nos atendimentos e reforçar o hábito da leitura, a Companhia coloca à disposição dos atendentes uma biblioteca com livros, revistas e gibis.

Atendimento presencial

A Empresa mantém postos de atendimento na capital (no Centro Operacional da Região Metropolitana, localizado no Brás, e na Avenida Paulista), em Campinas (no Shopping D. Pedro, onde há um *showroom* que permite verificar as aplicações do gás natural em uma residência) e em Santos, no escritório regional.

Ouvidoria

Atua no atendimento das demandas que não puderam ser solucionadas pelo *Contact Center.* Também recebe sugestões relativas a serviços, atendimentos, desempenho e atuação da Empresa. Para contatar a Ouvidoria, os clientes têm à disposição o telefone 08000 16 16 67 e o e-mail ouvidoria@comgas.com.br.

A COMGÁS INCORPORA A RESPONSABILIDADE SOCIAL ÀS SUAS ATIVIDADES, O QUE INCLUI A AVALIAÇÃO DOS POSSÍVEIS IMPACTOS DE SUAS OPERAÇÕES EM DETERMINADA REGIÃO.

Internet

Pelo portal da Comgás na internet é possível solicitar a instalação de gás natural e acessar vários serviços, como emissão da segunda via de conta. São encontrados ainda dados sobre o gás natural e suas aplicabilidades e vantagens; dicas de economia e segurança; informações sobre treinamentos oferecidos a públicos específicos, como zeladores; relação de empresas cadastradas para a instalação e reparo na rede interna de gás e colocação de kit GNV em veículos; e orientações em casos de reforma e construção. Além disso, há a indicação de todos os canais de contato da Companhia com seus consumidores, incluindo o Canal Aberto, destinado ao recebimento de denúncias sobre possíveis fraudes, má conduta ou qualquer fato contrário aos seus valores, com a garantia de anonimato do denunciante.

RELACIONAMENTO COM A COMUNIDADE

A Comgás é uma Empresa que trabalha com foco em sustentabilidade. Assim, participa de discussões que envolvem políticas relacionadas ao desenvolvimento do mercado de gás natural e sempre atua com a preocupação de ser social e ambientalmente responsável.

Na área social, preocupa-se com o desenvolvimento artístico e cultural das cidades em que atua. Em 2010, a Empresa direcionou R$ 849 mil em recursos próprios e R$ 5,4 milhões por meio de leis de incentivo ao desenvolvimento de projetos em 19 cidades de sua área de atuação.

Além de apoiar iniciativas, a Companhia incorpora a responsabilidade social às suas atividades, o que inclui a avaliação dos possíveis impactos do início de suas operações em determinada região. Por meio de parcerias e contatos com líderes comunitários e entidades representativas, busca identificar as necessidades locais e as ações capazes de supri-las. Os programas adotados são acompanhados e avaliados periodicamente, com vistas ao aprimoramento.

A Empresa realiza o mapeamento para identificar populações localizadas em áreas que estão sobre suas redes ou sujeitas a outros riscos de segurança. Em 2010, identificou uma família nessa condição, o que resultou na sua remoção, providenciada pela Prefeitura de Campinas com a anuência dos envolvidos, para a cidade de origem, São José do Rio Pardo.

No âmbito do Programa de Prevenção de Danos, foram realizadas ações para informar a comunidade sobre a presença de gasodutos nas proximidades das residências. Houve distribuição de materiais informativos, como um gibi de fácil entendimento com explicações sobre o que é o gás natural e suas aplicações, além dos cuidados necessários a serem tomados para evitar incidentes. Também aconteceram atividades culturais, como peças de teatro e sessões de cinema itinerante, cujos temas abrangiam questões de segurança, em ação promovida pela Associação Bezerra de Menezes, no bairro Jardim Helena, em São Paulo.

Em 2010, a Companhia deu continuidade também às suas principais iniciativas para o desenvolvimento social:

Programa Aprendiz Comgás (PAC) – Completou 11 anos, período em que capacitou mais de 3.100 jovens e 222 professores de 101 escolas, o que proporcionou a aplicação de 711 projetos elaborados pelos estudantes. Desenvolvido em parceria com a ONG Cidade Aprendiz, o programa transmite a eles conhecimentos para a criação e efetivação de projetos sociais e articulação de parcerias que beneficiem suas comunidades.

A iniciativa é dividida em duas frentes: FormAção, que capacita diretamente os jovens do Município de São Paulo e beneficiou 37 deles em 2010, responsáveis pela consolidação de sete projetos; e o DisseminAção, que forma professores da rede pública do interior do Estado de São Paulo para desenvolverem a autonomia dos estudantes por meio do aprendizado das ferramentas. No período, 60 professores de 15 escolas integraram o DisseminAção, o que resultou no atendimento de 161 alunos.

Na busca de maior interação dos jovens e da Comgás com a Associação Cidade Escola a sede do PAC migrou para a ONG Cidade Aprendiz, no bairro Vila Madalena, na capital paulista.

Fundo Comgás de Patrocínio Sociocultural – Em sua terceira edição, em 2010 o Fundo beneficiou dez projetos socioculturais, selecionados entre 278 - aumento de 33% em relação ao número de inscritos de 2009 – com R$ 1,5 milhão. Eles se enquadram na Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet) e foram desenvolvidos em 14 municípios paulistas da área de concessão da Comgás. A Empresa mantém página na internet com todas as informações a respeito do Fundo e das iniciativas selecionadas: www.fundocomgas.com.br.

Memória do Gás – A Companhia mantém em seu Centro Operacional da Região Metropolitana de São Paulo (CORMSP) –tombado pelo Conselho Municipal de

GOVERNO E SOCIEDADE

Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp) e pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) – a exposição permanente "Memória do Gás: O futuro sempre presente."

No local os visitantes – mais de 4.700 em 2010 – podem conhecer o acervo da Casa dos Medidores e da Casa dos Compressores, a Cápsula do Tempo (enterrada por antigos colaboradores) e painéis com fotos e documentos que registram a história da Companhia.

A exposição é resultado de parceria com a Fundação Energia e Saneamento do Estado de São Paulo. Em 2010, 40 professores de escolas técnicas de São Paulo foram capacitados para trabalharem o tema Energia e Meio Ambiente, graças a uma parceria com o Centro Paula Souza. Além disso, a exposição foi incluída em projeto das secretarias estaduais da Cultura e da Educação, que previu o acesso de docentes e estudantes da rede pública a museus, centros culturais, institutos de arte e parques.

A Comgás participa da formulação e execução de estratégias e políticas que fortalecem o setor de gás natural. Foi ativa, por exemplo, nas discussões referentes à Lei nº 11.909/09 (a chamada Lei do Gás), que trata da produção, logística e do estoque do gás natural no Brasil. O dispositivo confere ordenamento jurídico ao setor ao estabelecer um marco regulatório claro, favorável à ampliação dos investimentos. Sacramenta, por exemplo, o disposto no artigo 25 da Constituição brasileira, segundo o qual "cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação".

No ano foram concluídos também os trabalhos da Comissão Especial de Petróleo e Gás Natural do Estado de São Paulo (CESPEG), composta por 14 secretarias estaduais, prefeituras do litoral paulista, institutos de ensino e pesquisa e empresas. O objetivo da CESPEG foi analisar o impacto da exploração dos

recursos naturais descobertos na Bacia de Santos e estabelecer alternativas sustentáveis para aumento da participação do gás na matriz energética estadual. Os resultados dos estudos, que abrangeram diversos aspectos, foram compilados na publicação "Petróleo e Gás no Estado de São Paulo: panoramas, desafios e polícias públicas, com levantamentos, análises e propostas para o desenvolvimento do setor". Em agosto de 2010, decreto do governo paulista lançou o Programa Paulista de Petróleo e Gás, resultado direto das atividades da CESPEG.

Na segunda quinzena de novembro, por meio da Cátedra do Gás - projeto de P&D da Empresa (leia mais na página 40), a Comgás participou ativamente da realização do *workshop* Plano Governamental para o Desenvolvimento do Mercado de Gás Natural. Durante todo o dia foram discutidas questões relativas ao gás e identificadas as barreiras que precisam ser vencidas para ampliar o consumo do gás natural no Estado de São Paulo. O *workshop* contou com representantes da Secretaria de Energia, da Arsesp e das demais distribuidoras de gás natural do Estado, entre outros participantes.

A Empresa também atua nos municípios de sua área de concessão em tratativas sobre temas como o estabelecimento de códigos que obriguem projetos de novas edificações a preverem o abastecimento com gás, bem como sobre a redução ou eliminação da cobrança de taxa de uso de subsolo, aplicada por algumas prefeituras. Desenvolve ainda para a introdução do GNV no transporte público e contribui com estudos e propostas relativas a certificações de prédios ecoeficientes, que usam gás natural.

A Companhia integra também as principais entidades setoriais: mantém representante no Comitê Executivo da *International Gas Union (IGU)* e responde por uma diretoria na Abegás. Participa ainda do Conselho de Decisões Estratégicas da Associação Brasileira de Infraestrutura (ABDIB), entidade em que responde por uma vice-presidência, da CIESP/FIESP e do Sindicato das Empresas de Energia no Estado de São Paulo SIESP).

A COMGÁS PARTICIPA DA FORMULAÇÃO E EXECUÇÃO DE ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS QUE FORTALECEM O SETOR DE GÁS NATURAL. FOI ATIVA, POR EXEMPLO, NAS DISCUSSÕES REFERENTES À LEI N° 11.909/09 (A CHAMADA LEI DO GÁS), QUE TRATA DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E DO ESTOQUE DO GÁS NATURAL NO BRASIL.

As políticas e os treinamentos anticorrupção integram a sistemática de capacitação e desenvolvimento dos colaboradores. O tema é contemplado nos princípios da Empresa, que incluem Dicionário de Valores da Companhia, Manual de Princípios Corporativos e Código de Conduta. Além disso, uma série de Procedimentos Comgás –(PC) que envolvem o tema está disponível na intranet para todos os empregados. Em 2010, 100% do quadro funcional participou de treinamentos anticorrupção.

4

gestão ambiental

O SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL DA COMGÁS, RECERTIFICADO EM 2010 COM A ISO 14001, ESTABELECE AS PRÁTICAS A SEREM REALIZADAS POR TODAS AS ÁREAS INTERNAS PARA REDUZIR OS IMPACTOS DAS OPERAÇÕES SOBRE O MEIO AMBIENTE.

Envolve desde ações para racionalização de recursos até a priorização de áreas antropizadas (modificadas pela ação do homem) para instalação de gasodutos, ainda que a interferência resultante dessa prática seja indireta e pouco significativa. No ano, as iniciativas nesse sentido envolveram investimentos de R$ 35.478.

As intervenções da Comgás em áreas protegidas são raras, mas, se necessárias, passam por avaliação da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais, Departamento de Uso e Ocupação do Solo e Fundação Florestal. A Empresa apresenta relatórios e laudos técnicos com a caracterização e contabilização da flora existente no local, elaborado por profissional da área de Licenças após vistoria. Sempre que possível, é sugerida a alteração do traçado ou do método construtivo como medida de minimização do impacto. Caso as obras exijam travessias de córregos ou rios, são preferencialmente executadas de acordo com o método de furo direcional, que não provoca impacto nas Áreas de Preservação Permanente (APP).

Em 2010, a Comgás firmou cinco Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA), a serem cumpridos em até dois anos, por ter interferido em APPs. Dois deles já estão em andamento.

Apesar de as obras de instalação de redes de gasodutos não resultarem em danos à vegetação, a Companhia realiza a compensação por meio de plantios de espécies nativas da Mata Atlântica. Desde 2006, mantém parceira com a Fundação SOS Mata Atlântica, com a qual definiu que os plantios fossem realizados em um único local, para assegurar resultados, acompanhamento e manutenção efetivos por meio de manejo sustentável. A partir de então, 35 hectares já receberam aproximadamente 58 mil mudas de espécies nativas. Para ampliar a relevância ambiental de suas ações, a Empresa pretende firmar parceria também com o Programa Mata Ciliar do Governo de São Paulo, cujo propósito é recuperar as matas ciliares degradadas do Estado.

Adicionalmente à obrigação legal, adota com os municípios compromissos voluntários de compensação, de forma a promover a recomposição vegetal nas localidades.

APESAR DE AS OBRAS DE INSTALAÇÃO DE REDES DE GASODUTOS NÃO RESULTAREM EM DANOS À VEGETAÇÃO, A COMPANHIA REALIZA A COMPENSAÇÃO POR MEIO DE PLANTIOS DE ESPÉCIES NATIVAS DA MATA ATLÂNTICA. DESDE 2006, MANTÉM PARCEIRA COM A FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA.

Também no ano foi removida uma válvula existente no Parque Estadual da Serra do Mar. A intenção foi diminuir o impacto decorrente da manutenção constante requerida, com a adoção de medidas previamente aprovada pelo gestor da área.

	Habitats suprimidos (km²)	Habitats protegidos (km²)	Habitats em revegetação (km²)	Habitats em revegetação (km²)
Floresta Amazônica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Floresta Atlântica	0,000014	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Cerrado	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Mangue	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Pampa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Outros	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Localização das redes de gasodutos*

	Área (km²)	Atributo (valor da biodiversidade)	Localização (município/ estado)
Dimensão das áreas próprias, arrendadas ou administradas em áreas protegidas e/ou de alto índice de biodiversidade	0,00007258	Área de Preservação Permanente (APP) em área antropizada	Vias públicas dos municípios da área de concessão, no Estado de São Paulo
Dimensão das áreas próprias, arrendadas ou administradas adjacentes às protegidas e/ou de alto índice de biodiversidade	Vias públicas	Área de Proteção (APA), Área de Proteção de Mananciais (APM) e Parque Estadual (PE) da Serra do Mar	Amparo, Barueri, Bragança Paulista, Cajamar, Cubatão, Embu-Guaçu, Itaquaquecetuba, Jaguariuna, Jundiaí, Cambreúva, Mogi das Cruzes, Osasco, São Paulo, São Bernardo do Campo, Rio Grande da Serra e Suzano

** Redes de gasodutos instalados em áreas de APM, APP e PE desde o início das operações da companhia*

Consumo

Para tornar eficiente o uso de recursos como água, energia e papel, a Empresa promove campanhas internas de conscientização ambiental. No ano, o consumo de energia nas unidades foi de aproximadamente 3 milhões de Kwh, provenientes de fontes hidrelétricas, e 1,2 milhão de Kwh, a partir da geração a gás natural. O consumo de gás para essa finalidade cresceu 129% em volume na comparação com o ano anterior, em decorrência da migração de aproximadamente 250 pessoas do escritório da Empresa na Vila Olímpia, em São Paulo, para o CORM-SP, onde há sistema de cogeração de energia. Esse sistema é responsável por cerca de 80% do consumo de energia da unidade.

Já o consumo de água cresceu 10,7% no ano, apesar de medidas como a instalação de torneiras com dispositivos de temporizador e o reaproveitamento de água proveniente de fonte pluvial. No período, 2,1 mil m³ foram reutilizados em bacias sanitárias

no CORM-SP e, em maio, foi instalado hidrômetro para medição do consumo de água de reuso. O acréscimo no consumo de água no período foi decorrente do longo período de seca, da continuidade da remediação do solo da unidade Mooca e de vazamento na rede de incêndio da unidade CORM-SP.

O consumo de combustível pela frota da Empresa também avançou no ano, em consequência da ampliação do número de veículos e de quilômetros percorridos – fruto da expansão das operações. A Companhia estimula a Carona Solidária entre os empregados. Eles podem consultar na intranet a lista de adeptos da iniciativa, que visa reduzir o número de carros em circulação e a emissão de poluentes, melhorar as condições de trânsito e proporcionar economia – de combustível e despesas com estacionamento.

Outra medida adotada para evitar a emissão de gases na atmosfera é a renovação da rede de ferro fundido. Em 2010, a Comgás investiu R$ 35,6 milhões, o que possibilitou renovar 54,8 quilômetros de rede. A rede de ferro fundido pode apresentar trincas e rachaduras e, assim, causar os escapes de gás natural. Com a renovação, a Companhia deixou de emitir na atmosfera o equivalente a 4.756,3 toneladas de CO_2.

Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia

Ano	Hidrelétrica (kWh)	Gás Natural (m³)
2008	3.195.682	288.911
2009	3.003.987	156.806
2010	2.986.882	359.113

Consumo total de água

Ano	Volume (m³)
2008	15.571
2009	16.188
2010	17.915

Total de emissões de GEE da Comgás (toneladas equivalentes de CO_2)

Ano	
2008	111.420*
2009	119.418
2010	113.203,575

**Valor final, no Relatório de 2008 foi informada uma estimativa*

Emissões de metano (tonelada)	
2008	5.237*
2009	5.629
2010	5.272,55

**Valor final. No Relatório de 2008 foi informada uma estimativa*

Consumo da frota Comgás – 2010	
Gasolina (l)	99.558
Álcool (l)	317.880
Diesel (l)	95.060
GNV (m³)	230.784
Total km percorridos	6.232.141

Resíduos e efluentes

A Comgás promove a coleta seletiva de resíduos sólidos, inclusive nos canteiros de obras, e mantém um grupo de funcionários responsável pela triagem dos materiais descartados, posteriormente vendidos para a empresa Multilixo. Os recursos obtidos são aplicados no lixo classe 1 (pilha, bateria de celular, lâmpadas fluorescentes, entre outros), encaminhado a uma central de coprocessamento conveniada, a Contencom, no Rio de Janeiro. Na região de Campinas e na Baixada Santista, a coleta também é realizada pela Multilixo, que promove o descarte adequado. Nas unidades do Vale do Paraíba, parcerias com prefeituras locais resultam na destinação correta.

Os processos produtivos da Companhia provocam alguns resíduos classificados como perigosos, remetidos para coprocessamento (queima) em alto forno por indústrias de cimento. Os principais são o pó resultante da limpeza dos filtros, resíduos de mercaptana, pilhas e baterias, materiais contaminados com óleo, graxa, tinta e solventes, lâmpadas, reagentes de laboratório, resina anaeróbica e efluente de lavagem

dos filtros. Nos termos da Convenção da Basileia, a Comgás não transporta resíduos considerados perigosos. No ano, destinou à rede pública da Sabesp 118 m³ de água com resíduo orgânico proveniente da limpeza de fossa e 49 m³ com resíduo industrial resultante de lavagem de filtros.

Na unidade CORM-SP, o esgoto recebe tratamento ecológico, com eficiência de 80% a 95% na remoção de matéria orgânica. O processo é basicamente biológico, ou seja, dispensa o uso de produtos químicos e maquinários complexos, além de ter manutenção bastante simples. Após o tratamento, o esgoto é reutilizado no reservatório da água de reuso ou descartado na rede pública de esgoto, dependendo do nível dos reservatórios e período de chuvas. O sistema não possui hidrômetro para medir o volume descartado.

Despesas ambientais – 2010

	Valores (R$)
Resíduos e efluentes	
Tratamento e deposição de resíduos	353.343,25
Custos de limpeza, incluindo remediação de derramamentos	1.737498,55
Subtotal Resíduos e efluentes	2.090.841,8
Prevenção e gestão ambiental	
Certificação externa de sistemas de gestão	10.477,91
Pesquisa e desenvolvimento	956.250,00
Subtotal Prevenção e gestão ambiental	967.727,91
Total	**3.057.569,10**

Resíduos sólidos gerados em 2010 por peso e disposição

	Quantidade (t)	Método de disposição
Resíduos perigosos	3,8	Co-processamento
Resíduos perigosos	0	Aterro Industrial Classe I
Resíduos perigosos	0,035	Incineração
Resíduos perigosos	4,64	Reprocessamento
Resíduos não perigosos (considerando entulho de obras)	375,4	Aterro Industrial Classe II
Resíduos não perigosos (sem considerar o entulho)	238,6	Aterro Industrial Classe II
Entulho de obras –	136,8	Aterro Industrial Classe II
Recicláveis	242,7	Reciclagem

TI Verde

Após a transferência de parte do pessoal da Vila Olímpia para o CO-RMSP, cerca de 30 km de cabo CAT.6 foram retirados do site da Vila Olímpia e inseridos no Programa IT Green da Furukawa, que aproveita as matérias primas que compõe o cabeamento para reciclagem e uso por outras indústrias. A Furukawa é a parceira da Comgás para infraestrutura de acesso. A obra da Comgás recebeu o "Selo Verde" do fabricante. Ao todo, com o reaproveitamento dos 30 km de cabos e acessórios, houve uma redução de extração de 1,4 tonelada de cobre da natureza, 134 toneladas de minério de ferro, 705 kg de outros materiais não recicláveis e uma redução de 13.480 kWh em gastos com energia elétrica, o suficiente para alimentar 90 residências durante um mês.

Segundo a Furukawa, cabos e acessórios, de gerações anteriores, possuem em sua composição PVC (cloreto de polivinila), PE (polietileno) e metais pesados como chumbo, cobre e cádmio. Quando descartados sem o devido tratamento, ou mesmo queimados, estes componentes, reconhecidamente nocivos, são liberados contaminando o ar e o solo. O programa Green IT coleta esses materiais após sua retirada pelos integradores. Tudo é acondicionado em embalagens especiais que são transportadas por empresas especializadas e entregues em outras empresas de reciclagem homologadas, que por fim transformam lixo em matéria prima para outras indústrias.

A Furukawa também garante que os novos produtos instalados na Comgás e em todos os seus clientes já estão livres de componentes nocivos, pois atualmente tudo o que é fabricado pela indústria está de acordo com a diretiva européia RoHS.

INDICADORES IBASE

1. Base de cálculo	2010 Valor (mil R$)	2009 Valor (mil R$)
Receita líquida (RL)	4.095.343,00	4.116.279,00
Resultado operacional (RO)	971.826,00	1.155.368,00
Folha de pagamento bruta (FPB)	127.000,00	111.770,00

2. Indicadores sociais internos	Valor (mil R$)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil R$)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	8.461,00	6,66	0,21	7.819,00	7,00	0,19
Encargos sociais compulsórios	34.016,00	26,78	0,83	28.146,00	25,18	0,68
Previdência privada	4.010,00	3,16	0,10	3.873,00	3,47	0,09
Saúde	13.634,00	10,74	0,33	11.439,00	10,23	0,28
Segurança e sa úde no trabalho	-	-	-	-	-	-
Educação	-	-	-	-	-	-
Cultura	-	-	-	-	-	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.110,00	0,87	0,03	1.922,00	1,72	0,05
Creches ou auxílio-creche	180,00	0,14	0,00	179,30	0,16	0,00
Participação nos lucros ou resultados	18.600,00	14,65	0,45	17.700,00	15,84	0,43
Outros	-			1.003,00	0,90	0,02
Total - Indicadores sociais internos	**80.011,00**	**63,00**	**1,95**	**72.117,00**	**64,49**	**1,75**

3. Indicadores sociais externos	Valor (mil R$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil R$)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	856,00	0,09	0,02	1.020,00	0,09	0,02
Cultura	-	-	-	-	-	-
Saúde e saneamento	-	-	-	-	-	-
Esporte	-	-	-	-	-	-
Combate à fome e segurança alimentar	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Total das contribuições para a sociedade	856,00	0,09	0,02	1.020,00	0,09	0.02
Tributos (excluídos encargos sociais)	-	-	-	-	-	-
Total - incadores sociais externos	**856,00**	**0,09**	**0,02**	**1.020,00**	**0,09**	**0,02**

4. Indicadores ambientais	Valor (mil R$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil R$)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	26,00	0,02	0,00	21,00	0,00	0,00
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	-	-	-	-	-
Total dos investimentos em meio ambiente	26,00	0,000	0,000	21,00	0,00	0,00

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	não possui metas [x] cumpre de 51 a 75% [ ] cumpre de 0 a 50% [ ] cumpre de 76 a 100% [ ]	não possui metas [x] cumpre de 51 a 75% [ ] cumpre de 0 a 50% [ ] cumpre de 76 a 100% [ ]

5. Indicadores do corpo funcional	2010	2009
Nº de empregados(as) ao final do período	979	948
Nº de admissões durante o período	100	88
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	3912	3543
Nº de estagiários(as)	90	78
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	226	215
Nº de mulheres que trabalham na empresa	310	291
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	28,28	24,8
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	25	98
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0	1,5
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	40	40

6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2010	2009
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	59,7 vezes maior	57,4 vezes maior
Número total de acidentes de trabalho	1	0
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	direção [ ] direção e gerência [x] todos os empregados [ ]	direção [ ] direção e gerência [x] todos os empregados [ ]
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	direção e gerência [x] todos os empregados [ ] todos + Cipa [ ]	direção e gerência [x] todos os empregados [ ] todos + Cipa [ ]
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	não se envolve [ ] segue as normas da OIT [ ] incentiva e segue a OIT [x]	não se envolve [ ] segue as normas da OIT [ ] incentiva e segue a OIT [x]
A previdência privada contempla:	direção [ ] direção e gerência [ ] todos os empregados [x]	direção [ ] direção e gerência [ ] todos os empregados [x]
A participação nos lucros ou resultados contempla:	direção [ ] direção e gerência [ ] todos os empregados [x]	direção [ ] direção e gerência [ ] todos os empregados [x]
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	não são considerados [ ] são sugeridos [ ] são exigidos [x]	não são considerados [ ] são sugeridos [ ] são exigidos [x]
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	não se envolve [ ] apóia [ ] organiza e incentiva [x]	não se envolve [ ] apóia [ ] organiza e incentiva [x]
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 110.586 no Procon 1.204 na Justiça 206	na empresa 86652 no Procon 674 na Justiça 130
% de reclamações e críticas solucionadas:	na empresa 82% no Procon 97% na Justiça 43%	na empresa 19% no Procon 77% na Justiça 20%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):	1.676.375,00	1.889.746,00
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	governo 47% colaboradores 7% acionistas 8% terceiros 12% retido 31%	governo 51% colaboradores 7% acionistas 7% terceiros 16% retido 19%

sumário GRI

		Comentário	Página
1.1	Declaração sobre a relevância da sustentabilidade	Mensagem do Conselho de Administração	13
		Mensagem do Presidente	14
1.2	Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades	Gestão de Riscos Mercado de Gás no Brasil e Desempenho da Comgás	36 a 38 28 a 32
2.1	Nome da organização	Perfil	9 a 11
2.2	Principais marcas, produtos e/ou serviços	Perfil	9 a 11
2.3	Estrutura operacional	Perfil	9 a 11
2.4	Localização da sede	Perfil	9 a 11
2.5	Número de países em que a organização opera	Perfil	9 a 11
2.6	Tipo e natureza jurídica da propriedade	Perfil	9 a 11
2.7	Mercados atendidos (regiões, setores e tipos de clientes/beneficiários)	Perfil	9 a 11
2.8	Porte da organização	Principais indicadores	Contracapa
2.9	Principais mudanças durante o período coberto pelo relatório referentes a porte, estrutura ou participação acionária	Perfil	9 a 11
2.10	Prêmios recebidos no período coberto pelo relatório	Ativos Intangíveis	41
3.1	Período coberto pelo relatório para as informações apresentadas	Sobre o Relatório	7
3.2	Data do relatório anterior mais recente	Sobre o Relatório	7
3.3	Ciclo de emissão de relatórios (anual, bienal)	Sobre o Relatório	7
3.4	Dados para contato	Sobre o Relatório	7
3.5	Processo para definição do conteúdo	Sobre o Relatório	7
3.6	Limite do relatório (países, divisões, subsidiárias, fornecedores)	Sobre o Relatório	7
3.7	Declaração sobre quaisquer limitações específicas quanto ao escopo ou ao limite do relatório	Sobre o Relatório	7
3.8	Base para a elaboração do relatório no que se refere a joint ventures, subsidiárias, etc.	Sobre o Relatório	7
3.9	Técnicas de medição de dados e as bases de cálculos	Sobre o Relatório	7
3.10	Consequências de quaisquer reformulações de informações anteriores	Sobre o Relatório	7
3.11	Mudanças significativas em comparação com anos anteriores	Sobre o Relatório	7
3.12	Tabela que identifica a localização das informações no relatório	Sumário GRI	65
3.13	Política e prática atual relativa à busca de verificação externa para o relatório	Não há verificação externa das informações apresentadas no relatório	
4.1	Estrutura de governança	Governança Corporativa	17 a 21
4.2	Indicação caso o presidente do mais alto órgão de governança também seja diretor	Governança Corporativa	17 a 21
4.3	Membros independentes ou não executivos do mais alto órgão de governança	Governança Corporativa	17 a 21
4.4	Mecanismos para que acionistas e empregados façam recomendações	Governança Corporativa	17 a 21
4.5	Relação entre remuneração e o desempenho	Governança Corporativa	17 a 21
4.6	Processos em vigor para assegurar que conflitos de interesse sejam evitados	Governança Corporativa	17 a 21
4.8	Declarações de missão e valores, códigos de conduta e princípios internos relevantes para o desempenho econômico, ambiental e social, assim como o estágio de sua implementação	Missão Visão e Valores	12 e 17 a 21

		Comentário	Página
4.11	Princípio da precaução	Gestão de Riscos	36 a 38
4.12	Cartas, princípios ou outras iniciativas externas subscritas ou endossadas	A empresa não subscreve pactos e não é associada a entidades sociais.	
4.13	Participação em associações e/ou organismos nacionais/internacionais	Governo e Sociedade	54 e 55
4.14	Relação de grupos de stakeholders engajados pela organização.	Relacionamento com público interno	43 a 48
4.15	Base para a identificação e seleção de stakeholders com os quais se engajar	Relacionamento com Público Interno Fornecedores Comunidade Governo e Sociedade	43 a 48 49 e 50 52 a 54 54 e 55

Desempenho Econômico

EC1	Valor econômico direto gerado e distribuído (DVA)	Desempenho Econômico-Financeiro	34
EC2	Implicações financeiras, riscos e oportunidades de mudanças climáticas	Mercado de Gás no Brasil e Desempenho da Comgás	28 a 32
EC3	Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido	Relacionamento com Público Interno	48
EC5	Salário mais baixo comparado ao salário mínimo local	Relacionamento com Público Interno	48
EC6	Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais	Relacionamento com Fornecedores	49
EC7	Procedimentos para contratação local	As contratações feitas pela Comgás consideram a capacitação dos colaboradores, não havendo política específica para privilegiar a seleção local.	
EC8	Investimentos em infraestrutura e serviços na comunidade	Comunidade	52 a 54

Desempenho Ambiental

EN3	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária	Gestão Ambiental	60
EN4	Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária	Não há este tipo de consumo na Comgás.	
EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia	Ativos intangíveis Estratégia e Negócios	40 25
EN7	Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas	Não há este tipo de consumo na Comgás.	
EN8	Total de retirada de água por fonte	Gestão Ambiental	59 e 60
EN10	Água reciclada e reutilizada	Gestão Ambiental	60 e 61
EN11	Localização e tamanho da área da Empresa em áreas protegidas ou alta biodiversidade	Gestão Ambiental	58 e 59
EN12	Descrição de impactos significativos sobre a biodiversidade	Gestão Ambiental	58 e 59
EN13	Habitats protegidos ou restaurados	Gestão Ambiental	58 e 59
EN14	Gestão de impactos na biodiversidade	Gestão Ambiental	58 e 59
EN15	Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação	Não existem.	
EN16	Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, por peso	Gestão Ambiental	60
EN17	Outras emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso	A Comgás não realiza o cálculo de emissões indiretas.	
EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas	Gestão Ambiental	57 a 61
EN19	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso	Gestão Ambiental	60

		Comentário	Página
EN20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso	Gestão Ambiental	60
EN21	Descarte total de água, por qualidade e destinação	Gestão Ambiental	60 e 61
EN22	Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição	Gestão Ambiental	61
EN24	Peso de resíduos perigosos transportados, importados, exportados ou tratados	A Comgás não transporta resíduos considerados perigosos nos termos da Convenção de Basileia.	
EN26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços	Gestão Ambiental	57 a 61
EN28	Multas e sanções por não conformidade com leis e regulamentos ambientais	A companhia não recebeu multas significativas relacionadas à gestão ambiental	
EN29	Impactos ambientais do transporte de produtos, bens e materiais e trabalhadores	Gestão Ambiental	60 e 61
EN30	Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo	Gestão Ambiental	61

Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente

LA1	Trabalhadores por tipo de emprego contrato de trabalho e região	Relacionamento com público interno	45
LA2	Número total e taxa de rotatividade de empregados, por faixa etária, gênero e região	Relacionamento com público interno	45
LA3	Benefícios que não são oferecidos a empregados temporários ou de meio período	Relacionamento com público interno	47 e 48
LA4	Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva	Relacionamento com público interno	45
LA5	Prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais	As mudanças são informadas aos colaboradores por meios dos veículos de comunicação formais estabelecidos pela Comgás, e os prazos variam de acordo com o processo previsto.	
LA6	Percentual dos empregados representados em comitês formais de segurança e saúde		75%
LA7	Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos	Estratégia e negócios	39
LA8	Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco	Relacionamento com público interno	46 a 48
LA9	Temas relativos à segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos	Os acordos coletivos firmados abrangem esses temas. Todas as questões estão abrangidas pela Política de SSMQ e integram o sistema de gestão da Comgás.	
LA10	Média de horas de treinamento por ano, por funcionário, por categoria funcional	Relacionamento com Público Interno	47
LA11	Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua e fim da carreira	Relacionamento com Público Interno	46 a 48
LA12	Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho	Relacionamento com Público Interno	46
LA14	Proporção de salário base entre homens e mulheres, por categoria funcional	Relacionamento com Público Interno	48

Direitos Humanos

HR1	Contratos de investimentos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos	Relacionamento com Fornecedores	49 e 50
HR3	Treinamento para empregados em direitos humanos	Relacionamento com Público Interno	46 a 48

		Comentário	Página
HR4	Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas	Não foram registrados casos em 2010.	
HR6	Operações com risco significativo de ocorrência de trabalho infantil	A Comgás não identifica riscos de ocorrência de trabalho em seu quadro de infantil fornecedores, avaliados periodicamente em relação a aspectos de responsabilidade social corporativa. Os contratos incluem cláusulas relativas ao tema e estabelecem compromissos e o alinhamento ao Código de Conduta da Comgás.	
HR7	Operações identificadas com risco de trabalho forçado ou análogo ao escravo	A Comgás não identifica riscos de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo em seu quadro de fornecedores, avaliados periodicamente em relação a aspectos de responsabilidade social corporativa. Os contratos incluem cláusulas relativas ao tema e estabelecem compromissos e o alinhamento ao Código de Conduta da Comgás.	
HR8	Pessoal de segurança treinado em direitos humanos	Relacionamento com Público Interno	46 a 48
HR9	Número total de casos de violação de direitos dos povos indígenas e medidas tomadas	Não houve casos em 2010.	

Sociedade

SO1	Programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades	Comunidade	52 a 54
SO2	Unidades de negócios submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção	Governança Corporativa Gestão de Riscos Governo e Sociedade	17 a 21 36 a 38 54 e 55
SO3	Empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção	Governança Corporativa Governo e Sociedade	17 a 21 54 e 55
SO4	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção	Nenhum caso foi registrado no ano.	
SO5	Posições e participação na elaboração de políticas públicas e lobbies	Governo e Sociedade	54 e 55
SO6	Contribuições para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas	Por lei, a Comgás não pode fazer este tipo de contribuição.	
SO7	Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio	Não houve ocorrências no período.	
SO8	Multas e sanções por não conformidade com leis e regulamentos	Não houve multas ou sanções significativas no período.	

Responsabilidade sobre o produto

PR3	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem	Não há rotulagem no serviço de distribuição e comercialização de gás natural.	
PR4	Casos de não conformidade relacionados a informações e rotulagem	Não há rotulagem no serviço de distribuição e comercialização de gás natural.	
PR5	Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas	Relacionamento com Clientes	51 e 52
PR6	Adesão às leis, normas e códigos voluntários de comunicações de marketing	A Comgás não aderiu a nenhum programa ou código de regulação relacionados a marketing. Sua comunicação zela pela ética e respeito aos públicos com que interage.	
PR7	Casos de não conformidade com comunicações de marketing	A Comgás não aderiu a nenhum programa ou código de regulação relacionados a marketing. Sua comunicação zela pela ética e respeito aos públicos com que interage.	

demonstrações financeiras

Balanços patrimoniais 71
Demonstrações do resultado 73
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 74
Demonstrações dos fluxos de caixa 76
Demonstrações do valor adicionado 77
Notas explicativas do administrador às demonstrações financeiras 78
1. Informações gerais 78
2. Resumo das principais políticas contábeis 78
2.1 Base de apresentação 78
2.2 Apresentação das informações por segmentos 79
2.3 Conversão de moeda estrangeira 79
2.4 Caixa e equivalentes de caixa 79
2.5 Ativos financeiros 79
2.6 Valor justo 81
2.7 Instrumentos derivativos e atividades de hedge 81
2.8 Contas a receber 81
2.9 Estoques 81
2.10 Ativos não circulantes destinados à venda 82
2.11 Intangível 82
2.12 Impairment de ativos não financeiros 83
2.13 Fornecedores 83
2.14 Empréstimos e financiamentos 83
2.15 Passivos contingentes e obrigações legais 83
2.16 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes) 84
2.17 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido 84
2.18 Obrigações com benefícios de aposentadoria 85
2.19 Arrendamentos - contrato de aluguel 85
2.20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio 85
2.21 Capital social 86
2.22 Reconhecimento da receita 86
3. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor 87
4. Estimativas e julgamentos contábeis críticas 87
5. Gestão de risco financeiro 88
6. Ativo (passivo) regulatório 93
7. Instrumentos financeiros por categoria 94
8. Qualidade do crédito dos ativos financeiros 95
9. Caixa e equivalentes de caixa 95
10. Contas a receber - clientes 95
11. Outras contas a receber 96
12. Estoques 96
13. Impostos indiretos a compensar 97
14. Ativos destinados à venda 97
15. ICMS a recuperar 97
16. Contas a receber - realizável a longo prazo 97
17. Intangível 98
18. Empréstimos e financiamentos 101
19. Instrumentos financeiros derivativos 103
20. Debêntures 104
21. Fornecedores 104
22. Partes relacionadas 105
23. Imposto de renda e contribuição social 106
24. Provisão para contingências 107
25. Patrimônio líquido 108
26. Obrigações com benefícios de aposentadoria 110
27. Informações por segmento 112
28. Receita 114
29. Despesas por natureza 115
30. Receitas e despesas financeiras 116
31. Resultado por ação 116
32. Seguros 116
33. Compromissos assumidos 117
34. Adoção inicial dos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 117

COMPANHIA DE GÁS DE SÃO PAULO - COMGÁS

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e relatório dos auditores independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Gás de São Paulo (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Gás de São Paulo em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 31 de janeiro de 2010, sem ressalvas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 2010, examinamos também os ajustes descritos na Nota 34 que foram efetuados para alterar as demonstrações contábeis de 2009. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2009 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações contábeis de 2009 tomadas em conjunto.

São Paulo, 17 de março de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Peter August Herzog
Contador CRC 1SP235079/O-3

BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

ATIVO	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 9)	145.380	194.273	39.726
Contas a receber - clientes (Nota 10)	370.018	430.344	490.921
Outras contas a receber (Nota 11)	10.714	23.043	33.308
Estoques (Nota 12)	160.151	111.205	82.340
Impostos indiretos a compensar (Nota 13)	37.803	36.237	60.749
Outros	23.602	18.617	15.319
	747.668	**813.719**	**722.363**
Ativos destinados à venda (Nota 14)	16.028	14.479	14.688
	763.696	**828.198**	**737.051**
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 23)	-	53.766	208.693
ICMS a recuperar (Nota 15)	9.481	9.674	9.859
Contas a receber (Nota 16)	21.710	3.992	4.325
Depósitos judiciais	13.510	13.598	12.554
Outros	1.366	2.185	1.304
	46.067	**83.215**	**236.735**
Intangível (Nota 17)	3.038.079	2.848.701	2.645.266
	3.084.146	**2.931.916**	**2.882.001**
TOTAL DO ATIVO	**3.847.842**	**3.760.114**	**3.619.052**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS (CONTINUAÇÃO)

31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
CIRCULANTE			
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 19)	46.380	30.325	18.305
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	342.462	599.300	576.911
Debêntures não conversíveis (Nota 20)	4.805	4.029	6.070
Fornecedores (Nota 21)	424.105	408.344	645.660
Companhias controladoras (Nota 22)	1.172	9.638	10.594
Salários e encargos sociais	36.466	36.265	37.646
Impostos e contribuições a recolher	61.142	67.954	50.604
Dividendos e juros sobre capital próprio	92.299	32.105	129.107
Imposto de renda e contribuição social a pagar (Nota 23)	105.887	48.965	129.249
Outras contas a pagar	2.963	8.446	12.607
	1.117.681	**1.245.371**	**1.616.753**
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	1.006.106	916.455	882.984
Debêntures não conversíveis (Nota 20)	100.000	100.000	100.000
Adiantamento de clientes e outros	28.468	29.473	23.537
Obrigações com benefícios de aposentadoria (Nota 26)	133.916	124.129	117.629
Provisão para contingências (Nota 24)	61.444	41.034	39.056
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 23)	23.827	-	-
	1.353.761	**1.211.091**	**1.163.206**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social realizado (Nota 25)	636.985	636.863	326.570
Reservas de capital	1.292	25.661	84.147
Reservas de reavaliação	13.169	14.344	15.750
Reservas de lucro	724.954	626.784	412.626
	1.376.400	**1.303.652**	**839.093**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**3.847.842**	**3.760.114**	**3.619.052**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	2010	2009
Receita (Nota 28)	**4.095.343**	**4.116.279**
Vendas de gás	3.816.780	3.868.538
Receita de Construção - ICPC 01	257.647	224.693
Outras receitas	20.916	23.048
Custo do gás	**(2.575.560)**	**(2.444.000)**
Custo do gás	(1.960.475)	(1.849.442)
Transporte e outros	(357.438)	(369.865)
Construção - ICPC 01	(257.647)	(224.693)
Lucro bruto	**1.519.783**	**1.672.279**
Despesas com vendas	(92.819)	(99.399)
Despesas gerais e administrativas	(448.692)	(387.021)
Outras despesas operacionais	(6.446)	(30.491)
Lucro operacional	**971.826**	**1.155.368**
Despesas financeiras líquidas (Nota 30)	**(134.590)**	**(175.731)**
Receitas financeiras	31.379	27.333
Despesas financeiras	(165.969)	(203.064)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**837.236**	**979.637**
Imposto de renda e contribuição social (Nota 23)	(257.256)	(289.243)
Lucro líquido do exercício	**579.980**	**690.394**
Lucro líquido por ação básico e diluído atribuído aos acionistas da Companhia, expressos em reais por ação (Nota 31)		
Preferenciais	5,21	6,20
Ordinárias	4,74	5,64

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

		Reservas de capital		
	Capital	Incentivos fiscais	Para futura capitalização	Reserva especial de ágio
Em 1º de janeiro de 2009	**326.570**	**1.201**	**58.576**	**24.370**
Integralização de ações	293	-	(293)	
Pagamentos de ações preferenciais classe B (Nota 25 (a))	-	-	(33.823)	(24.370)
Capitalização das reservas de lucros	310.000	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-
Impostos de renda e contribuição social sobre a realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-
Destinação do lucro				
Reserva legal	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-
Dividendos pagos	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-
Retenção de lucros	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2009	**636.863**	**1.201**	**24.460**	**-**
Integralização de ações	122		(122)	
Pagamentos de ações preferenciais classe B (Nota 25 (a))	-	-	(24.247)	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-		
Impostos de renda e contribuição social sobre a realização da reserva de reavaliação	-	-		-
Lucro líquido do exercício	-	-		-
Destinação do lucro				
Reserva legal	-	-		-
Dividendos propostos	-	-		-
Dividendos pagos	-	-		-
Juros sobre capital próprio	-	-		-
Retenção de lucros	-	-		-
Em 31 de dezembro de 2010	**636.985**	**1.201**	**91**	**-**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

		Reservas de lucros		
Reserva de reavaliação	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
15.750	**65.313**	**347.313**	**-**	**839.093**
-	-	-	-	-
-	-	-	-	(58.193)
-	(49.828)	(260.172)	-	-
(2.130)	-	-	2.130	-
724	-	-	(724)	-
-	-	-	690.394	690.394
-	18.464	-	(18.464)	
-	-	-	(28.101))	(28.101)
-	-	(71.043)		(71.043)
-	-	-	(68.498)	(68.498)
-	-	576.737	(576.737)	-
14.344	**33.949**	**592.835**	**-**	**1.303.652**
-	-	-	-	-
-	-	-	-	(24.247)
(1.867)	-	-	1.867	-
692	-	-	(692)	-
-	-	-	579.980	579.980
-	29.058	-	(29.058)	-
-	-	-	(83.696)	(83.696)
-	-	(336.898)		(336.898)
-	-	-	(62.391)	(62.391)
-	-	406.010	(406.010)	-
13.169	**63.007**	**661.947**		**1.376.400**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	2010	2009
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**837.236**	**979.637**
Ajustes por		
Depreciações e amortizações (Nota 17)	210.257	202.525
Valor contábil líquido das baixas de ativo intangível (Nota 17)	5.458	3.275
Juros e variação monetária sobre empréstimos e debêntures	136.283	172.833
Provisão para contingências trabalhistas, cíveis e administrativas/depósitos judiciais	20.499	1.978
Benefício pós-emprego CVM nº 600	9.786	6.501
Provisão para devedores duvidosos (Nota 10)	5.132	17.228
Outros	-	(1.397)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**1.224.651**	**1.382.580**
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	37.474	49.821
Impostos a compensar e ICMS a recuperar - imobilizado	(1.373)	25.754
Estoques	(48.944)	(28.866)
Fornecedores	15.762	(237.316)
Impostos, taxas e contribuições	(13.196)	21.974
Provisões de férias, participação nos lucros e resultados	4.964	(345)
Créditos diversos, despesas antecipadas e outros	6.613	(4.269)
Adiantamento de cliente e outros	(15.124)	338
Caixa proveniente das operações	**1.210.827**	**1.209.671**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(124.571)	(219.413)
Caixa líquido proveniente das operações	**1.086.256**	**990.258**
Caixa líquido atividades de investimentos	**(405.093)**	**(409.235)**
Adições ao intangível	(405.093)	(409.235)
Caixa líquido atividades financiamento	**(730.056)**	**(426.476)**
Captação de empréstimos/financiamentos	519.935	910.619
Amortização de principal - empréstimos/financiamentos	(670.889)	(859.275)
Juros pagos - empréstimos financiamentos	(135.687)	(155.522)
Juros sobre capital próprio	(54.570)	(64.298)
Pagamento de dividendos	(364.598)	(199.807)
Pagamentos de ações preferenciais classe B	(24.247)	(58.193)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(48.893)**	**154.547**
Saldo inicial de caixa e equivalentes	**194.273**	**39.726**
Saldo final de caixa e equivalentes	**145.380**	**194.273**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	2010	2009
Receitas	**5.152.199**	**5.222.774**
Receita de venda de gás	4.882.831	4.995.935
Outras receitas operacionais	23.153	25.497
Provisão para devedores duvidosos	(4.986)	(17.228)
Receita de construção - ICPC 01	257.647	224.693
Outras (despesas) receitas	(6.446)	(6.123)
Custos e despesas	**(3.297.501)**	**(3.158.389)**
Custo do gás e transportes	(2.899.909)	(2.799.765)
Custo de produtos e serviços vendidos	(16.256)	(12.665)
Custo de construção - ICPC 01	(257.647)	(224.693)
Materiais, serviços e outras despesas	(123.689)	(121.266)
Valor adicionado bruto	**1.854.698**	**2.064.385**
Retenções	**(209.702)**	**(201.972)**
Amortizações	(209.702)	(177.602)
Amortização de ágio	-	(24.370)
Valor adicionado líquido gerado	**1.644.996**	**1.862.413**
Valor adicionado recebido em transferência	**31.379**	**27.333**
Receitas financeiras	31.379	27.333
Valor adicionado a distribuir	**1.676.375**	**1.889.746**
Distribuição do valor adicionado	**1.676.375**	**1.889.746**
Pessoal e encargos	114.578	101.639
Impostos, taxas e contribuições	787.338	879.654
Despesas financeiras e aluguéis	194.480	218.060
Dividendos	83.696	28.101
Juros sobre capital próprio	62.391	68.498
Lucros retidos	433.892	593.794

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS (a "Companhia") tem como seu principal objeto social a distribuição de gás natural canalizado em parte do território do Estado de São Paulo (aproximadamente 180 municípios, inclusive a região denominada Grande São Paulo) para consumidores dos setores industrial, residencial, comercial, automotivo, termogeração e cogeração.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, e está registrada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA). A COMGÁS é controlada diretamente pela Integral Investments B.V. que é controlada pela BG São Paulo Investments B.V. (com participação de 83,5%) e pela Shell Gas B.V. (com participação de 16,5%) que tem como controladores finais a BG Group plc. e a Royal Dutch Shell plc., respectivamente.

Em 31 de maio de 1999, o Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado foi assinado entre os novos controladores e o poder concedente representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP) (antiga Comissão de Serviços Públicos de Energia (CSPE)).

O Contrato outorga e regula a concessão para a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado com prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado uma única vez por 20 anos mediante requerimento da Concessionária.

A ARSESP é responsável por garantir a execução do contrato e por regular, controlar e monitorar as operações de energia no Estado de São Paulo.

O contrato de concessão supracitado descreve as obrigações da COMGÁS, as regras para os procedimentos de revisão tarifária e os indicadores de qualidade e de segurança para os quais a Companhia deve cumprir. A Portaria ARSESP nº 160/01 definiu condições gerais de fornecimento de gás canalizado.

Adicionalmente, o contrato de concessão determina que as tarifas praticadas pela Companhia devem ser revisadas uma vez ao ano, no mês de maio, com o objetivo de realinhar o seu preço ao custo do gás e ajustar a margem de distribuição pela inflação.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria em 18 de janeiro de 2011, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nas normas estabelecidas pela CVM e nos Pronunciamentos e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e complementadas pelo Plano de Contas do Serviço Público de Distribuição de Gás Canalizado, instituído pela Portaria ARSESP no 22 de 19 de novembro de 1999.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também

o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior

complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

A Companhia não possui investimentos em controladas/coligadas e/ou outras transações que gerem efeitos a serem contemplados na demonstração do resultado abrangente.

2.2 Apresentação das informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a diretoria-executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados e divulgados em reais, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional").

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez diária, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) mantidos para negociação ao valor justo "por meio de resultado", (b) empréstimos e recebíveis, (c) mantidos até o vencimento e (d) disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Mantidos para negociação ao valor justo "por meio do resultado"

Os ativos financeiros mantidos para negociação têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses ativos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica "Despesas financeiras líquidas".

As operações com instrumentos derivativos são classificadas nesse grupo e avaliadas conforme descrito acima.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

(b) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos e recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo.
Os empréstimos e recebíveis são reconhecidos inicialmente ao valor justo e subsequentemente atualizados de acordo com a taxa efetiva da respectiva transação. Os empréstimos e recebíveis vencíveis em até 12 meses após a data do balanço são classificados no circulante e os demais são classificados no não circulante.

Compreende-se como taxa efetiva aquela fixada nos contratos e ajustada pelos respectivos custos de cada transação.

(c) Ativos mantidos até o vencimento

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimento definido e para os quais a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de mantê-los até o vencimento.

São avaliados pelo custo amortizado a taxa de juros efetiva, sendo os juros reconhecidos contra o resultado. A Companhia não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

(d) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. A Companhia não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo, quando aplicável. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Comgás tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.
Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros não são compensados, exceto pelos derivativos, cujo valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5.4 Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia periodicamente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de

impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

2.6 Valor justo

O valor justo dos investimentos com cotação pública se baseia nos preços atuais de mercado. Para os ativos financeiros sem mercado ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem a comparação com operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções.

2.7 Instrumentos derivativos e atividades de *hedge*

Os instrumentos derivativos são registrados pelo valor justo e suas variações monetárias são reconhecidas no resultado do período.

Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco *hedgeado*. A Companhia só aplica a contabilização de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos e de variação cambial de empréstimos, passando-os para taxas flutuantes no mercado local (percentual do CDI). O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de *swaps* é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". Caso haja ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva esta variação será reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras - líquidas". As variações no valor justo dos empréstimos protegidas por *hedge*, atribuíveis ao risco de taxa de juros e/ou câmbio, são reconhecidas na demonstração do resultado como "Despesas financeiras".

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilização do *hedge*, o ajuste no valor contábil de um item protegido por *hedge*, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

2.8 Contas a receber

São reconhecidas pelos valores faturados, ajustados pelo valor presente, quando aplicável. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

2.9 Estoques

O saldo de gás/transporte pago e não utilizado (take/ship or pay) está valorizado pelo método Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair (PEPS).

Os materiais diversos são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado.

2.10 Ativos não circulantes destinados à venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda, se o valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de uma operação de venda, e não pelo uso contínuo.

2.11 Intangível

(a) Contrato de concessão

A Companhia possui contrato de concessão pública de serviço de distribuição de gás, conforme descrito na Nota 1, aonde o poder concedente controla quais serviços devem ser prestados e a que preço, bem como detém, participação significativa na infra-estrutura ao final da Concessão. Esse contrato de concessão representa o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, durante a vigência do contrato. Assim sendo, a Companhia reconhece como ativo intangível esse direito.

Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. Os custos de financiamento diretamente relacionados à construção são também capitalizados.

A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo. Outrossim, não há previsão na regulação da ARSESP que suporte auferir ganho nesta atividade.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura em linha com as disposições da ARSESP, conforme divulgado na Nota 17.

A amortização dos componentes do ativo intangível é descontinuada quando o respectivo ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Sujeito a avaliação do Poder Concedente, a Companhia tem a opção de requerer uma única vez a prorrogação dos serviços de distribuição por mais 20 anos. Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia direito à indenização a ser determinada com base nos levantamentos e avaliações observando os valores contábeis a serem apurados nessa época.

(b) Contratos com clientes - fidelização

Os gastos com implantação de sistema de gás (compreendendo tubulação, válvulas e equipamentos em geral) para novos clientes são registrados como intangível e amortizados no período de vigência do contrato.

(c) Programas de computador *(softwares)*

Licenças adquiridas de programas de computador *(softwares)* são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 17.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas. Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 17.

2.12 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.13 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, quando significativos são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo no recebimento dos recursos. São subsequentemente apresentados ao custo amortizado, ou seja, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido *(pro rata temporis)*, ou pelo valor justo quando estiver protegido *(hedge)*. Quando relevantes, os custos de transação são contabilizados como redutores dos empréstimos e reconhecidos no resultado ao longo do período da dívida, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.15 Passivos contingentes e obrigações legais

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como

prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e obrigações legais são registradas como exigíveis.

2.16 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.17 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e

quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.18 Obrigações com benefícios de aposentadoria

(a) Benefícios pós-emprego

A Comgás oferece os seguintes benefícios pós-emprego:

• Assistência à saúde, concedida aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após esta data somente empregados com 20 anos de contribuição ao INSS e 15 anos de trabalho ininterruptos na Comgás em 31 de maio de 2000 têm direito a este benefício, desde que, na data de concessão da aposentadoria estejam trabalhando na Comgás.

• Suplementação de aposentadoria, concedida através de um plano de contribuição definida, por meio de um plano gerador de benefícios livres (PGBL).

O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação aos benefícios pós-emprego é calculado anualmente por atuários independentes.

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios pós-emprego representa o valor presente das obrigações, excluindo ganhos e perdas atuariais não reconhecidas. O custo de proporcionar estes benefícios é apropriado na demonstração de resultados durante os períodos que beneficiam os serviços do participante. Os custos dos serviços correntes são refletidos no lucro operacional e os custos de financiamento são refletidos no financiamento dos custos no período em que ocorrem. Em conformidade com o método "corredor", ganhos e perdas atuariais que excedam 10% das obrigações do plano são distribuídos ao longo do restante da vida útil média dos empregados participantes do plano e são refletidas no lucro operacional.

(b) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta diversas metas além do lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada *(constructive obligation)*.

2.19 Arrendamentos - contrato de aluguel

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

2.20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas

da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados de acordo com o estatuto social.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.21 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

2.22 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela distribuição de gás no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada cliente.

(a) Receita por prestação de serviços - faturada

A receita de prestação de serviços de distribuição de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, sendo reconhecida ao resultado no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes.

(b) Receita por prestação de serviços - não faturada

Receita não faturada refere-se à parte do gás fornecido, para o qual a medição e o faturamento aos clientes ainda não ocorreram, conforme descrito na Nota 10. Este valor é calculado com base estimada referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês. O volume real cobrado pode ser diferente da estimativa. A Companhia acredita que, com base na experiência anterior com operações semelhantes, o valor não faturado não difere significativamente dos valores reais.

(c) Receita de construção - ICPC 01

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 - "Contratos de Construção". Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos.

Tendo em vista que não existe margem definida pelo Poder Concedente para esse serviço e considerando que a administração não entende a construção como fonte de receita e, portanto de resultado.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

À medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira.

3. NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS EXISTENTES QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

Pronunciamentos, orientações e ou interpretações de CPCs não aprovados e que ainda não estão em vigor

Tópico	Exigências-chave
CPC 42 - "Contabilidade e Evidenciação em Economia Altamente Inflacionária"	Aguarda avaliação do IASB, contudo mesmo quando aprovado não gerará impacto para a Comgás pois na adoção do CPC 37 (IFRS 01) - Primeira Adoção, já aplicamos o mesmo e realizamos o ajuste necessário conforme Nota 34 item c(vii).

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICAS

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) *Impairment* do contas a receber

A provisão para devedores duvidosos é estabelecida quando existe evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todas as quantias devidas de acordo com os termos do crédito original.

A Companhia faz uma análise individual dos devedores significativos e os outros numa base conjunta, e se houver qualquer evidência de que a Companhia não receberá o valor em aberto, a provisão é registrada.

(b) Provisões

As provisões são reconhecidas no período em que se torne provável que haverá uma saída futura de recursos resultantes de operações ou acontecimentos passados que podem ser razoavelmente estimados. O momento do reconhecimento requer a aplicação de julgamento para fatos e circunstâncias existentes, que podem ser sujeitos a alterações.

São reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada *(constructive obligation)* como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Apesar da possibilidade de resultados fora dos limites esperados nos últimos anos, a experiência da Companhia foi de que as estimativas utilizadas na determinação do nível adequado de disposições foram materialmente adequadas na antecipação de resultados reais.

(c) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia está sujeito ao imposto de renda. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(d) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

A Companhia não possui instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativo. A Companhia se utiliza das melhores práticas para escolher métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia não possui ativos financeiros disponíveis para venda, para os quais não há negociações em mercados ativos.

(e) Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 26.

(f) Receita não faturada

Conforme mencionamos na Nota 2.22 - Reconhecimento da receita - letra b - a receita não faturada refere-se à parte do gás fornecido, para o qual a medição e o faturamento aos clientes ainda não ocorreram.

5. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

(a) Principais riscos associados à estratégia financeira da Companhia

Política para gerenciamento de riscos e utilização de derivativos

A Companhia mantém uma Política de Tesouraria, aprovada em Conselho de Administração, com revisões periódicas, que determina a padronização e o objetivo que as operações financeiras deverão seguir dentro da Companhia. Além disso, esta política determina a metodologia de avaliação de risco de crédito da contraparte (operações de câmbio, derivativos, aplicações financeiras e garantias) e estipulam quais são os instrumentos financeiros permitidos.

A administração dos riscos associados das operações financeiras é feita através da aplicação da Política de Tesouraria e pelas estratégias definidas pelos administradores da Companhia. Este conjunto de regras estabelece diretrizes para o gerenciamento dos riscos, sua mensuração e consequente mitigação dos riscos de mercado, previsão de fluxo de caixa e estabelecimento de limites de exposição. Para tanto todas as operações financeiras realizadas devem ser as melhores alternativas possíveis tanto financeira quanto economicamente e nunca deverão ser feitas com o objetivo de especulação, isto é, deverá sempre existir uma exposição que justifique a contratação da operação.

Com o objetivo de promover a melhor gestão do caixa da Companhia, a administração segue a política interna de manutenção de linhas destinadas ao gerenciamento do capital de giro e destinadas a investimentos em linha com as projeções de fluxos de caixas futuros, cujas estimativas não possuem diferenças relevantes em relação ao caixa realizado, em virtude da estabilidade do negócio da Companhia, sendo que a estimativa dos fluxos de caixas futuros possui caráter previsível e sua mensuração é confiável.

Como parte de suas operações, a Companhia está exposta aos riscos decorrentes de flutuações nas taxas de juros e de câmbio. A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivados, a fim de controlar a exposição deste tipo, em conformidade com as políticas de tesouraria. A Companhia celebra contratos de câmbio futuro e de *swaps* cambiais para reduzir os riscos de determinados fluxos de caixa em moeda estrangeira, e para gerenciar a composição da moeda estrangeira de seus ativos e passivos. Alguns contratos combinam simultaneamente em moeda estrangeira e operações de *swap* de taxas.

Quando houver liquidez suficiente no mercado financeiro, a Companhia buscará contratar as operações de derivativos com valores e prazos exatamente iguais aos fluxos de caixa das exposições em negociação. Analisando sempre a melhor alternativa e respeitando a política de gerenciamento de risco, acima mencionada, com relação ao percentual mínimo de *hedge* a ser contratado, de 75% do valor nocional, para valores acima de US$ 500 mil.

A Companhia calcula o valor justo da taxa de juros e a variação da taxa de câmbio usando valorização de mercado, quando disponíveis, ou, se não estiver disponível, descontando todos os fluxos de caixa futuros pela curva de juros de mercado na data do balanço.

(b) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de dividendos pagos.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, que envolvem o patrimônio líquido e montante de endividamento. Este índice *(covenant)*, assim como outros, é utilizado por instituições financeiras em contratos de empréstimos. Ao final de 2010, assim como em 2009, o resultado destes *covenants* estavam dentro dos parâmetros estabelecidos nos acordos contratuais.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2010 é de 98,40% e de 111,67% em 31 de dezembro de 2009.

(c) Riscos associados

(i) Risco de taxas de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros em função das suas posições ativas e passivas. Este risco pode ser coberto por meio da utilização de *swaps*, onde a Companhia pode trocar posições prefixadas para pós-fixadas em reais (percentual do CDI ou outra taxa flutuante em reais).

(ii) Risco cambial

As operações financeiras contratadas para financiamento de investimentos e capital de giro podem ser vinculadas em moeda estrangeira. O risco decorrente desta possibilidade é a perda e restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando possivelmente os saldos de passivo denominados nestas moedas. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *hedge*, que permite à Companhia trocar os riscos de variação destas moedas através de *forwards* ou *swaps*.

(iii) Risco de crédito

Não existe concentração de crédito em grandes consumidores em volume superior a 10% das vendas. Este risco é representado por contas a receber de consumidores da Comgás em todos os segmentos, que, no entanto, é atenuado pela venda a uma base de clientes pulverizada.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia dispunha dos seguintes principais instrumentos financeiros:

• Caixa e equivalentes de caixa - conforme Nota 9.

• Contas a receber - clientes - conforme Nota 10.

• Empréstimos e financiamentos - conforme Nota 18.

• Instrumentos financeiros derivativos - conforme Nota 19.

A Companhia atua no mercado de crédito bancário, captando recursos em moeda nacional e estrangeira para financiar seus investimentos e capital de giro, ficando exposta a riscos decorrentes das variações das taxas de câmbio e juros das moedas estrangeiras.

A Política de Tesouraria proíbe a utilização de instrumentos derivativos para fins especulativos, sendo permitidos somente para proteção de riscos previamente identificados (operações de proteção - *hedge* - sendo somente *swaps* e *forwards* os instrumentos autorizados).

Para se proteger da exposição cambial e das taxas de juros dos contratos de financiamento em moeda estrangeira, a Política de Tesouraria determina a cobertura cambial do principal e dos juros até o vencimento final da operação de empréstimo, para pelo menos 75% do valor total (valor nocional).

Quando não houver *swap* cambial disponível no mercado financeiro para cobrir o prazo total da operação, este deve ser feito pelo maior prazo possível.

(iv) Risco de liquidez

Risco de liquidez é representado por descasamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em se desfazer rapidamente de um ativo ou de obter recursos, afetando a capacidade financeira.

A Companhia está exposta ao risco de liquidez, incluindo os riscos associados com o refinanciamento de empréstimos e financiamentos à medida que suas respectivas datas de vencimentos se aproximam, com o risco que as linhas de crédito não estejam disponíveis para atender as necessidades de caixa e compromissos futuros da Companhia alem do risco de que os ativos financeiros não possam ser facilmente convertidos em recursos sem que haja perda de valor.

Para a mitigação desse risco a Companhia adota duas diretrizes gerais:

A Companhia tem como política a manutenção da taxa de juros para seus credores em taxas flutuantes em moeda local. Caso esses empréstimos e financiamentos sejam captados a taxas diferentes dessas, a Companhia utilizará instrumentos derivativos.

A Companhia administra o risco de liquidez através da manutenção de linhas de crédito adequadas aos seus compromissos e mantendo seus ativos financeiros em depósitos de curto prazo com liquidez diária.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros derivativos liquidados pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados.

2010

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Instrumentos financeiros não derivativos					
Derivativos usados para *hedge*	457.987	798.436	642.769	219.285	2.118.477
Fornecedores e outras contas a pagar	427.068	-	-	-	427.068
	885.055	**798.436**	**642.769**	**219.285**	**2.545.545**

2009

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Instrumentos financeiros não derivativos					
Derivativos usados para *hedge*	745.105	354.086	790.551	76.463	1.966.205
Fornecedores e outras contas a pagar	416.790	-	-	-	416.790
	1.161.895	**354.086**	**790.551**	**76.463**	**2.382.995**

2010

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Instrumentos financeiros não derivativos					
Derivativos usados para *hedge*					
Saídas (Comgás)	100.815	51.958	138.840	194.898	486.511
Entradas (Comgás)	67.166	16.054	118.855	168.046	370.121

	2009				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Instrumentos financeiros não derivativos					
Derivativos usados para *hedge*					
Saídas (Comgás)	28.224	22.358	-	-	50.582
Entradas (Comgás)	13.852	11.849	-	-	25.701

(d) *Swaps* dos financiamentos em moeda estrangeira

Conforme especificado no item "Instrumentos financeiros derivativos - conforme Nota 19", os *swaps* contratados transformam na prática, o passivo em moeda estrangeira em um passivo em reais indexado ao CDI - eliminando a exposição ao câmbio e a taxa de juros internacional (fixa ou flutuante). O valor nominal, as taxas e os vencimentos da ponta ativa dos *swaps* são idênticos ao financiamento. Os *swaps* serão realizados no mercado de balcão e não é exigido qualquer depósito de garantia na operação.

São considerados *swap* sem caixa. Os detalhes da operação estão explícitos na tabela abaixo.

A Comgás os carregará até o vencimento e sua contabilização é feita no grupo de financiamentos de curto e de longo prazo.

Os critérios de determinação, métodos e premissas aplicadas na apuração dos valores justos são referentes ao "mercado ativo - preço cotado", e estão de acordo com a sistemática estabelecida em contratos firmados entre as partes.

Seguem os valores dos instrumentos financeiros derivativos resumidos a seguir:

			Percentual		
Descrição	Contraparte	Moeda original	Ativo	Passivo	Vencimento final
BNDES - Cesta I	Banco Votorantim	Cesta de moedas	17,15 a.a.+VC	122 CDI	Outubro de 2011
BNDES - Cesta II	Banco Votorantim	Cesta de moedas	17,26 a.a.+VC	96,5 CDI	Outubro de 2011
IFC repasse Itaú BBA	Banco Itaú BBA	USD	9,88 a.a.+VC	110 CDI	Dezembro de 2011
EIB II - 1. liberação	Bancos diversos	USD	3,881 a.a.+VC	96,69 CDI	Junho de 2020
EIB II - 2. liberação	Bancos diversos	USD	2,936 a.a.+VC	95,20CDI	Setembro de 2020

Não existem diferenças relevantes entre o valor de mercado e o valor justo desses instrumentos.

(e) Análise de sensibilidade

A Comgás, conforme determinado na Instrução da CVM nº 475, desenvolveu uma análise de sensibilidade identificando os principais fatores de riscos que podem gerar variações nos seus instrumentos financeiros: empréstimos, financiamentos e derivativos. As análises de sensibilidade são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos a eventos futuros. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos aqui estimados, devido a subjetividade inerente ao processo de preparação destas análises.

Essas variações podem gerar impactos nos resultados e/ou fluxos de caixa futuros da Comgás conforme a seguir:

• Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxa de juros variáveis (CDI) foram mantidos com base nas curvas na apuração de 31 de dezembro de 2010.

• Os efeitos aqui demonstrados referem-se às variações no resultado para os próximos 12 meses.

•• Cenário I (provável) - manutenção nos níveis de juros e câmbio conforme níveis observados em 31 de dezembro de 2010.

•• Cenário II 25% - deterioração em 25% em cada um dos fatores de risco em relação ao observado de 31 de dezembro de 2010.

•• Cenário III 50% - deterioração em 50% em cada um dos fatores de risco em relação ao observado de 31 de dezembro de 2010.

Descrição	Risco	Cenário I (provável)	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Conta-corrente regulatória (*)	Variação da SELIC	12.234	15.365	17.053
Dívida em moeda estrangeira				
Dívida	Variação do US$	-	(62.956)	(126.041)
Derivativo (ponta ativa)	Variação do US$	-	62.100	125.075
Efeito líquido	-	-	(856)	(966)
Derivativo (ponta passiva)	Variação do CDI	(99.036)	(104.780)	(111.424)
Dívida em moeda nacional				
Dívida CDI	Variação do CDI	(17.010)	(19.757)	(22.540)
Dívida TJLP	Variação da TJLP	(89.511)	(103.615)	(117.559)
SELIC	-	10,75	13,61	16,55
US$	-	1,666	2,083	2,499
CDI	-	10,64	13,47	16,38
TJLP	-	6,00	7,50	9,00

(*) Efeitos da conta-corrente regulatória descritos na Nota 6.

(f) Estimativa do valor justo

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados num mercado ativo (por exemplo, derivados de taxa de juros) é determinado usando técnicas de avaliação. A Companhia utiliza uma variedade de métodos e faz suposições que são baseadas em condições de mercado existentes na data de cada balanço.

A partir de 1º janeiro de 2009, a Companhia adotou as alterações ao CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

• Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).

• Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).

• Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2010.

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativos				
Derivativos usados para *hedge*		252.726		252.726
Total do ativo		**252.726**		**252.726**
Passivos				
Derivativos usados para *hedge*		(299.106)		(299.106)
Total do passivo		**(299.106)**		**(299.106)**

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2009.

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativos				
Derivativos usados para hedge		20.875		20.875
Total do ativo		**20.875**		**20.875**
Passivos				
Derivativos usados para hedge		(51.200)		(51.200)
Total do passivo		**(51.200)**		**(51.200)**

6. ATIVO (PASSIVO) REGULATÓRIO

As tarifas para o fornecimento de gás para os diferentes segmentos de clientes são autorizadas pelo órgão regulador. De acordo com os termos do Contrato de Concessão, as diferenças entre o componente de custo do gás incluídos nas tarifas cobradas aos clientes e o custo real de gás incorrido, são apurados em uma base mensal e debitado ou creditado numa conta de regulamentação (conta-corrente regulatória).

Periodicamente, encargos ou créditos são determinados pelo regulador com o objetivo de amortizar o montante acumulado nesta conta.

	31 de dezembro	
	2010	**2009**
Custo de gás a recuperar/(repassar)	(220.778)	27.937
Créditos de tributos a recuperar/(repassar)	(9.402)	1.476
Ajuste a valor presente sobre tributos	521	(64)
	(229.659)	**29.349**
Ativo (passivo) saldo inicial	29.349	528.289
Ativo (passivo) saldo final	(229.659)	29.349
Receita não reconhecida no resultado antes do IR/CS	**259.008**	**498.940**
Ativo (passivo) regulatório	242.092	519.868
Atualização	5.173	(32.351)
Outros	11.743	11.423

O saldo desta conta é considerado como um ativo ou passivo de acordo com o plano de contas do regulador e para fins de imposto de renda. No entanto, essa conta é excluída das demonstrações financeiras preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, uma vez que o respectivo saldo não é considerado como um ativo ou um passivo, tal como a sua realização ou liquidação depende de novas aquisições por parte dos consumidores da Companhia. Portanto, os saldos apresentados acima não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras aqui apresentadas.

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Derivativos usados para *hedge*	Disponível para venda	Total
31 de dezembro de 2010					
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Depósitos judiciais	13.510	-	-	-	13.510
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	447.548	-	-	-	447.548
Caixa e equivalentes de caixa	145.380	-	-	-	145.380
	606.438	**-**	**-**	**-**	**606.438**

	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Passivos financeiros derivativos	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2010				
Passivo, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos	1.348.568	-	-	1.348.568
Instrumentos financeiros derivativos	-	46.380	-	46.380
Debêntures	-	-	104.805	104.805
	1.348.568	**46.380**	**104.805**	**1.499.753**

	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Derivativos usados para *hedge*	Disponível para venda	Total
31 de dezembro de 2009					
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Depósitos judiciais	13.598	-	-	-	13.598
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	485.024	-	-	-	485.024
Caixa e equivalentes de caixa	194.273	-	-	-	194.273
	692.895	**-**	**-**	**-**	**692.895**

	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Passivos financeiros derivativos	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2009				
Passivo, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos	1.515.755	-	-	1.515.755
Instrumentos financeiros derivativos	-	30.325	-	30.325
Debêntures	-	-	104.029	104.029
	1.515.755	**30.325**	**104.029**	**1.650.109**

8. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

(a) A Comgás possui uma carteira de 988 mil clientes, dos segmentos residencial, comercial, industrial, veicular, cogeração e termogeração, não havendo concentração significativa em nenhum dos seus clientes, diluindo assim o risco de inadimplência.

(b) Caixa e equivalentes de caixa de acordo com a qualidade creditícia das contrapartes.

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo (*)			
AAA	84.261	11.617	39.726
AA	51.116	176.914	-
A	10.003	5.742	-
	145.380	**194.273**	**39.726**

(*) Escala amplamente aceita e conhecida pelo mercado financeiro com metodologia divulgada pelas agências internacionais de classificação de risco

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo de caixa e equivalente de caixa está substancialmente representado por aplicações em CDBs (certificados de depósitos bancários), aplicações em títulos privados e LCA (letra de crédito do agronegócio), sendo que esses instrumentos possuem liquidez imediata conferida pela instituição financeira que os emitiu.

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Recursos em banco e em caixa	5.459	11.617	27.225
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)	35.187	17.142	-
Aplicações em títulos privados	104.734	20.098	-
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	145.416	12.501
	145.380	**194.273**	**39.726**

10. CONTAS A RECEBER - CLIENTES

(a) A composição das contas a receber de clientes é a seguinte:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Contas de gás a receber	195.575	192.414	182.140
Contas de gás parceladas	11.691	8.768	13.456
Devedores por venda de equipamentos	21.044	15.577	12.950
Ajuste a valor presente	(1.625)	(942)	(1.407)
Receita não faturada	199.153	265.215	320.542
Provisão para *impairment* de contas a receber	(55.820)	(50.688)	(36.760)
	370.018	**430.344**	**490.921**

As contas de gás parceladas referem-se a parcelamento de valores a receber de clientes em atraso. Os casos vencidos que apresentam riscos de realização estão devidamente provisionados.

A receita não faturada refere-se a parte do fornecimento de gás do mês, cuja medição e faturamento aos clientes ainda não foram efetuados.

(b) As perdas registradas nos períodos de doze meses findos em 2010 e 2009 estão abaixo demonstradas:

	2010	2009
1º de janeiro	**50.688**	**36.760**
Provisão para *impairment* de contas a receber	5.132	17.319
Contas a receber de clientes baixados durante o exercício como incobráveis	-	(3.391)
31 de dezembro	**55.820**	**50.688**

As contas a receber de clientes estão reconhecidas pelo valor justo e devidamente divulgadas nas demonstrações financeiras.

(c) Sumário do contas a receber de clientes por vencimento:

	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009	1º de janeiro 2009
Valores a vencer	81.765	55.948	90.681
Vencidos			
Até 30 dias	7.842	39.320	38.765
Acima de 30 dias	105.968	97.146	52.964
	195.575	**192.414**	**182.140**

11. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Take or pay - clientes	3.777	3.919	4.540
Contas a receber de clientes por expansão da rede	1.170	1.170	1.179
Cauções	-	6.133	6.254
Recobráveis por interferências na rede	-	6.267	5.099
Recobráveis Petrobras	1.541	1.541	9.146
Outras	4.226	4.013	7.090
	10.714	**23.043**	**33.308**

O valor de Take or pay - clientes referem-se à diferença entre o consumo real e os volumes mínimos obrigatórios contratados.

Os saldos das contas "Cauções" e "Recobráveis" por interferência na rede foram reclassificados para o grupo "Ativo realizável a longo prazo".

As outras contas a receber estão reconhecidas pelo valor justo e devidamente divulgadas nas demonstrações financeiras.

12. ESTOQUES

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Gás/transporte pago e não utilizado (take/ship or pay) - Petrobras	78.143	39.605	2.938
Gás/transporte pago e não utilizado (take/ship or pay) - BG Comércio e Importação Ltda.	-	3.305	10.810
Estoque de materiais para construção	52.875	47.520	47.353
Produto acabado	1.163	1.143	1.813
Materiais diversos	27.970	19.632	19.426
	160.151	**111.205**	**82.340**

A recuperação dos saldos referente ao "Gás/transporte pago e não utilizado", dar-se-á automaticamente, sem ônus para a Comgás, na medida em que se utilize o gás e o transporte acima do percentual estipulado nos contratos, conforme divulgado na Nota 20.

13. IMPOSTOS INDIRETOS A COMPENSAR

A composição dos Impostos a compensar é a seguinte:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
ICMS a recuperar	29.595	27.531	47.706
ICMS sobre ativos	8.543	8.976	11.669
Ajuste a valor presente	(473)	(391)	(807)
Outros	138	121	2.181
	37.803	**36.237**	**60.749**

14. ATIVOS DESTINADOS À VENDA

Em 24 de setembro de 2010, a administração iniciou negociações para a venda do terreno e edificações na região da Mooca, classificado no ativo circulante pelo valor de custo corrigido pela depreciação do período em que o referido imóvel foi utilizado pela administração, até setembro de 2008.

A administração estima que a venda do referido imóvel será realizada durante o exercício a findar em 31 de dezembro de 2011.

15. ICMS A RECUPERAR

Corresponde a parcela de ICMS a recuperar sobre a compra de ativos no montante de R$ 9.481 (31 de dezembro de 2009 - R$ 9.674 e 1º de janeiro de 2009 - R$ 9.859), ajustados a valor presente, e refere-se aos créditos oriundos da compra de ativos, os quais poderão ser utilizados para reduzir o ICMS a pagar em parcelas mensais ao longo de 48 meses.

16. CONTAS A RECEBER - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

A composição dos valores a receber no realizável a longo prazo está abaixo demonstrada:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Cauções	7.747	-	-
Recobráveis por interferências na rede	7.834	-	-
Devedores por venda de equipamentos	6.573	3.299	3.775
Ajuste a valor presente	(444)	(176)	(319)
Outras contas a receber	-	869	869
	21.710	**3.992**	**4.325**

Os saldos das contas “Cauções” e “Recobráveis” por interferências na rede foram reclassificados do grupo ativo circulante.

O valor de cauções refere-se a valores cobrados pelos órgãos públicos pelo prazo de execução de obras da Companhia. O saldo de recobráveis por interferências na rede refere-se a valores a serem reembolsados por terceiros em virtude de danos causados na rede de distribuição de gás.

17. INTANGÍVEL

	Saldos em 1º de janeiro de 2009	Movimentações			Saldos em 31 de dezembro de 2009
		Adições	Transferências	Baixa	
Intangível em serviços					
Contrato de concessão	2.919.123	-	237.949	(8.023)	3.149.049
Amortização acumulada (ii)	(765.598)	(116.474)	-	4.748	(877.324)
	2.153.525	**(116.474)**	**237.949**	**(3.275)**	**2.271.725**
Fidelização do cliente	266.330	-	84.000	-	350.330
Amortização acumulada (i)	(135.314)	(42.507)	-	-	(177.821)
	131.016	**(42.507)**	**84.000**	**-**	**172.509**
Software e outros	101.954	-	87.477	(24.369)	165.062
Amortização acumulada (i)	(38.568)	(43.544)	-	24.369	(57.743)
	63.386	**(43.544)**	**87.477**	**-**	**107.319**
Total do intangível em serviços	2.347.927	(202.525)	409.426	(3.275)	2.551.553
Intangível em andamento	297.339	409.235	(409.426)	-	297.148
Total do intangível	**2.645.266**	**206.710**	**-**	**(3.275)**	**2.848.701**

(i) Taxa média ponderada de 20% a.a.
(ii) Taxa média ponderada apresentada no quadro a seguir:

	Saldos em 31 de dezembro de 2009	Movimentações			Saldos em 31 de dezembro de 2010
		Adições	Transferências	Baixa	
Intangível em serviços					
Contrato de concessão	3.149.049	435	194.306	(11.800)	3.331.990
Amortização acumulada (ii)	(877.324)	122.980	-	6.342	(993.962)
	2.271.725	**(122.545)**	**194.306**	**(5.458)**	**2.338.028**
Fidelização do cliente	350.330	(2.419)	102.819	-	450.730
Amortização acumulada (i)	(177.821)	(56.540)	-	-	(234.361)
	172.509	**(58.959)**	**102.819**	**-**	**216.369**
Software e outros	165.062	-	24.633	-	189.695
Amortização acumulada (i)	(57.743)	(30.737)	-	-	(88.480)
	107.319	**(30.737)**	**24.633**	**-**	**101.215**
Total do intangível em serviços	2.551.553	(212.241)	321.758	(5.458)	2.655.612
Intangível em andamento	297.148	407.077	(321.758)	-	382.467
Total do intangível	**2.848.701**	**194.836**	**-**	**(5.458)**	**3.038.079**

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, em 1º de janeiro de 2009, a Companhia reclassificou para a rubrica "Intangível" os ativos imobilizados relacionados ao Contrato de Concessão, divulgado na Nota 2.11 (item a), sendo que esses ativos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 são compostos como segue:

Valores contábeis líquidos	Taxa média ponderada a.a.%	1º de janeiro de 2009	Movimentação			31 de dezembro de 2009
			Adições/ Transferências	Amortização	Baixa	
Intangível	20	2.070	(2.050)	-	(20)	-
Terrenos	-	12.500	-	-	(80)	12.420
Tubulações	3,4	1.732.538	174.004	(82.084)	(647)	1.823.811
Edificações e benfeitorias	2,7	48.469	2.704	(1.500)	-	49.673
Máquinas e equipamentos	5,4	309.616	68.830	(21.559)	(1.813)	355.074
Equipamentos de transporte	20	10.560	5.111	(3.391)	(704)	11.576
Equipamentos e móveis administrativos	10	37.772	(10.650)	(7.940)	(11)	19.171
		2.153.525	**237.949**	**(116.474)**	**(3.275)**	**2.271.725**

Valores contábeis líquidos	Taxa média ponderada a.a.%	31 de dezembro de 2009	Movimentação			31 de dezembro de 2010
			Adições/ Transferências	Amortização	Baixa	
Intangível	20	-	-	-	-	-
Terrenos	-	12.420	8.155	-	(1.450)	19.125
Tubulações	3,4	1.823.811	145.895	(84.599)	(1.302)	1.883.805
Edificações e benfeitorias	2,7	49.673	6.205	(1.568)	(297)	54.013
Máquinas e equipamentos	5,4	355.074	23.719	(23.177)	(1.470)	354.146
Equipamentos de transporte	20	11.576	2.085	(3.581)	(249)	9.831
Equipamentos e móveis administrativos	10	19.171	8.682	(10.055)	(690)	17.108
		2.271.725	**194.741**	**(122.980)**	**(5.458)**	**2.338.028**

Os valores reconhecidos no "Intangível" e acima demonstrados representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão, líquidos de amortização.

A amortização, calculada com base na vida útil estimada para os ativos construídos em conformidade com o contrato de concessão e integrante da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços, totalizou a R$ 122.980 e foi devidamente apropriada ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (31 de dezembro de 2009 - R$ 116.474).

O imposto de renda e a contribuição social imputados ao saldo da reavaliação, cuja depreciação não é dedutível para fins de apuração do lucro tributável, totalizam R$ 6.768 em 31 de dezembro de 2010 (31 de dezembro 2009 - R$ 7.460). O valor líquido referente a realização da reserva de reavaliação não é considerado na base de cálculo para distribuição de dividendos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia capitalizou o montante de R$ 21.753 (31 de dezembro de 2009 - R$ 9.697) referentes a juros incidentes sobre os empréstimos captados para a construção desses ativos.

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

		31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2009		1º de janeiro de 2009	
	Encargos %	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda nacional							
BNDES (Projeto II)	TJLP + 4,0 a.a.	19.097	-	23.000	19.017	23.069	41.787
BNDES (Projeto III)	TJLP + 4,0 a.a.	38.645	47.849	39.084	85.852	39.200	123.981
BNDES (Projeto IV) - Direto	TJLP + 3,2 a.a.	38.383	113.372	38.532	151.162	38.634	188.725
BNDES (Projeto IV) - Direto c/ Fiança	TJLP + 2,8 a.a.	92.554	273.552	88.265	369.337	21.568	400.200
BNDES (Projeto III)- Bco. Votorantim	TJLP + 4,7 a.a.	15.825	19.582	16.009	35.134	16.061	50.739
BNDES (Projeto III)- Bco. Bradesco	TJLP + 4,7 a.a.	15.825	19.582	16.009	35.134	16.061	50.739
BNDES (Projeto V)	TJLP + 2,8 a.a.	27.302	321.502	653	165.149	-	-
BNDES (PEC)	TJLP + 5,5 a.a	29.468	23.313	5.100	45.833	-	-
Capital de giro	107,69 do CDI	-	-	360.692		252.575	-
		277.099	**818.752**	**587.344**	**906.618**	**407.168**	**856.171**
Em moeda estrangeira (*)							
BNDES (Cesta de Moedas)	12,67 a.a.	4.667	-	6.333	4.781	9.054	13.739
Banco Itaú/BBA - (Repasse IFC) - USD	8,11 a.a.	4.928	-	5.623	5.056	7.906	13.074
EIB II - primeira liberação - USD	3,88 a.a.	5.557	129.814	-	-	-	-
EIB II - segunda liberação - USD	2,94 a.a.	1.883	57.540	-	-	-	-
HSBC - USD	2,03 a.a.	48.328	-	-	-	-	-
Banco Europeu de Investimentos - USD	6,82 a.a.	-	-	-	-	93.926	-
Capital de giro com *swap* - USD	5,00 a.a.	-	-	-	-	58.857	-
		65.363	**187.354**	**11.956**	**9.837**	**169.743**	**26.813**
		342.462	**1.006.106**	**599.300**	**916.455**	**576.911**	**882.984**

(*) Conforme divulgado na Nota 5, para todos os empréstimos em moeda estrangeira são contratados instrumentos financeiros derivativos visando proteger a Companhia de eventuais oscilações na taxa de câmbio.

Os montantes não circulantes têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2010
2012	281.872
2013	207.014
2014	198.211
2015	85.610
2016 em diante	233.399
	1.006.106

O valor justo dos empréstimos e financiamentos atuais, circulantes e não circulantes, são iguais ao seus valores contábeis, uma vez que o impacto do desconto dado entre suas taxas de contrato e de repactuação não é significativo.

Durante o exercício não houve descumprimentos ou violações dos acordos contratuais junto aos credores.

As taxas originais, antes das operações de *swap*, dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são as seguintes:

Descrição	Encargos
BNDES (Projeto II) - Cesta de Moedas (*swap* Votorantim)	Variação cambial + 12,67% a.a. sobre porção em Cesta de Moedas
Banco Itaú/BBA (Repasse IFC)	Variação cambial + 8,11% a.a.
Bank EIB (II) 1. liberação	Variação cambial + 3,88% a.a.
Bank EIB (II) 2. liberação	Variação cambial + 2,94%a.a.

Os financiamentos do BNDES têm amortizações de principal e pagamento de juros mensais, exceto os que estão em período de carência. Para estes financiamentos, as garantias oferecidas são:

• Projeto II - recebíveis da Companhia, cujo custodiante é o Banco Itaú.

• Projeto III - recebíveis da Companhia, cujo custodiante é o Banco Bradesco.

• Projeto IV - operação direta com o BNDES: Recebíveis da Companhia, cujo custodiante é o Banco Itaú; Operação direta com o BNDES: Fiança bancária dos Bancos Itaú, Votorantim, Bradesco e Santander, na proporção de 25% cada banco.

• Projeto V - operação indireta com o BNDES: Fiança bancária do Banco Itaú BBA com 100% do financiamento garantido.

O financiamento obtido junto ao Banco Itaú/BBA (Repasse IFC) tem amortizações de principal e pagamento de juros semestrais.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia desembolsou a totalidade do seu contrato de empréstimo de € 100.000 mil assinado com o EIB. O segundo saque totalizou o equivalente a R$ 69.580 (US$ 39.922 mil). Este financiamento é amparado por garantias bancárias prestadas pelos bancos Santander e Banco Espírito Santo (BES) com 50% para cada instituição. O prazo de vencimento é de dez anos para o financiamento destinado à expansão, modernização e reforço da rede de distribuição de gás canalizado e outros investimentos dos anos de 2010, 2011 e primeiro semestre de 2012 para dar suporte à operação da Companhia.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Valores reconhecidos em relação a instrumentos financeiros derivativos

		31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Em moeda estrangeira	**Encargos - %**	**Circulante**	**Circulante**	**Circulante**
BNDES (Cesta de Moedas)	113 do CDI	6.900	14.131	16.277
Banco Itaú/BBA - (Repasse IFC)	110,0 do CDI	8.836	16.194	18.168
EIB II - primeira liberação	96,69 do CDI	18.441	-	-
EIB II - segunda liberação	95,20 do CDI	9.616	-	-
HSBC	99,70 do CDI	2.486	-	-
NDF	-	101	-	-
EIB	94,7 do CDI	-	-	(17.134)
Compror Unibanco	130,5 do CDI	-	-	994
		46.380	**30.325**	**18.305**

	2010		2009		2008	
	Ativa	**Passiva**	**Ativa**	**Passiva**	**Ativa**	**Passiva**
BNDES (Cesta de Moedas)	4.179	(11.080)	10.196	(24.327)	21.180	(37.458)
Banco Itaú/BBA-(Repasse IFC)	4.928	(13.764)	10.679	(26.873)	20.983	(39.151)
EIB II - primeira liberação	135.121	(153.561)	-	-	-	-
EIB II - segunda liberação	60.386	(70.002)	-	-	-	-
HSBC	48.112	(50.598)	-	-	-	-
NDF	-	(101)	-	-	-	-
Banco Europeu de Investimentos	-	-	-	-	93.970	(76.836)
Capital de Giro com *Swap*	-	-	-	-	58.077	(59.070)
	252.726	**(299.106)**	**20.875**	**(51.200)**	**194.210**	**(212.515)**

Como mencionado na gestão de riscos financeiros (Nota 5), a Companhia está exposta a taxas de juros e risco cambial. Todos os instrumentos derivativos são designados como de proteção em conformidade com as políticas da Companhia de gestão de riscos.

Devido à alta volatilidade da variação da taxa de câmbio entre reais e dólares dos EUA a Companhia não adota a contabilidade de cobertura dos seus instrumentos de derivativos *(swaps)*. Todos os instrumentos derivativos *(swaps)* são mensurados ao valor justo e os empréstimos objeto dos derivativos.

A administração avalia que na apuração feita, com base na análise de riscos e nas características das exposições mapeadas e dos instrumentos contratados para mitigação de riscos, em 31 de dezembro de 2010, os resultados das operações de derivativos serão substancialmente compensados por variações correspondentes nos itens protegidos. Desta forma, a Administração entende que as operações de instrumentos derivativos contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que possam gerar prejuízos materiais oriundos de variação cambial, juros ou quaisquer outras formas de variação.

20. DEBÊNTURES

	Emissão	Série	Quantidade	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	Remuneração %
Circulante	Segunda	Única	1	4.805	4.029	6.070	CDI + 1,5 a.a.
Não circulante	Segunda	Única	1	100.000	100.000	100.000	CDI + 1,5 a.a.
				104.805	**104.029**	**106.070**	

Em 5 de agosto de 2008, a Companhia concluiu a emissão de uma debênture simples, indivisível e não conversível em ações pelo valor nominal de R$ 100.000. As amortizações de principal ocorrerão em agosto de 2012, 2013 e 2014 com pagamentos de 33,33%, 33,33% e 33,34%, respectivamente. Os pagamentos de juros serão feitos anualmente sem repactuação. Em agosto de 2010 foi efetuado o segundo pagamento de juros no valor de R$ 10.557. O valor justo da debênture, conforme comentário da mensuração dos empréstimos e financiamentos acima, será igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto dado entre suas taxas de contrato e de repactuação não é significativo.

21. FORNECEDORES

A composição da conta "Fornecedores" é a seguinte:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Fornecedores de gás / transporte	349.870	327.647	577.045
Fornecedores de mats./serviços	74.235	80.697	68.615
	424.105	**408.344**	**645.660**

A Companhia tem contratos de suprimento de gás natural, nas seguintes condições:

• Contrato com a Petrobras na modalidade firme, iniciado em janeiro de 2008 e com vigência até dezembro de 2013 e com quantidade diária contratada de 4,15 milhões de m³/dia.

• Contrato com a Petrobras na modalidade firme, com vigência até junho de 2019 e quantidade diária de gás boliviano contratada de 8,75 milhões de m³/dia, que se reduz a 8,1 milhões de m³/dia em maio de 2011.

• Contrato com a Petrobras na modalidade firme flexível, na qual a Petrobras fornecerá o gás natural ou ressarcirá o custo adicional referente ao consumo de combustível alternativo pelo cliente nesta modalidade, com quantidade contratada de 1,0 MMm³/dia de gás natural. Iniciado em janeiro de 2008 com vigência até dezembro de 2012.

• Contrato com a Petrobras para fornecimento de gás na modalidade interruptível, com quantidade contratada inicial zero podendo chegar a 1,5 MMm³/dia. Iniciado em janeiro de 2008 com vigência até abril de 2011.

• Dois Contratos de gás do Programa Prioritário de Termeletricidade (PPT) com a Petrobras, para abastecimento de 3,06 MMm³/dia, sendo 2,76 MMm³/dia com a UTE-Fernando Gasparian e 0,3 MM m3/dia com a Corn Products.

• Contrato de curto prazo com a Petrobras realizado através de leilão eletrônico, no qual a Comgás contratou uma quantidade de 3,0 MMm³/dia para o período de dezembro de 2010 a março de 2011.

• Contrato de compra e venda de gás semanal (curtíssimo prazo) com a Petrobras para o período de dezembro de 2010 a março de 2011, no qual a Comgás poderá adquirir gás através de plataforma eletrônica e cuja quantidade diária contratada varia de acordo com os pedidos realizados pela Comgás e aceitos pela Petrobras.

• Contrato com a Gás Brasiliano na modalidade firme, com quantidade contratada de até 12 MMm³/ano, iniciado em abril de 2008 com vigência até novembro de 2012.

• Contrato firme de compra e venda de gás natural com a BG Comércio e Importação Ltda., com quantidade diária contratada de 0,650 MMm³/dia e prazo de vigência previsto até 31 de maio de 2011, foi resilido em 31 de agosto de 2010.

Os contratos de suprimento de gás têm características específicas, como obrigações de retirada mínima de gás por parte da Comgás (take or pay para commodity e ship or pay para transporte), ou seja, caso a Companhia consuma abaixo das obrigações contratuais, deverá efetuar o pagamento das diferenças entre o consumo e os volumes mínimos obrigatórios contratados, podendo compensá-los (através do consumo) ao longo do período de vigência do respectivo contrato. Os montantes pagos foram reconhecidos na rubrica "Estoques" na linha "Transporte pago e não utilizado" (Nota 11).

Os contratos de fornecimento de gás têm os preços compostos por duas parcelas: uma indexada a uma cesta de óleos combustíveis no mercado internacional e reajustada trimestralmente; e outra reajustada anualmente com base na inflação local e/ou americana. O custo do gás é praticado em R$/m³, sendo o gás boliviano calculado em US$/MMBTU, com correção mensal da variação cambial.

22. PARTES RELACIONADAS

(a) Companhias controladoras

O saldo a pagar referente a Companhias Controladoras em 31 de dezembro de 2010 é o seguinte:

	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2009	Movimentação		31 de dezembro de 2010
			Despesas/ atualizações	Pagamentos	
Grupo BG - OSA/CSA	9.885	8.177	(1.860)	(6.154)	163
	9.885	**8.177**	**(1.860)**	**(6.154)**	**163**
Grupo Shell - CSA	709	1.461	4.432	(4.884)	1.009
	709	**1.461**	**4.432**	**(4.884)**	**1.009**
	10.594	**9.638**	**2.572**	**(11.038)**	**1.172**

Os contratos estão assim divididos:

(i) Grupo BG

• *Operational Services Agreement (OSA)* - a BG fornece pessoal operacional e serviços operacionais com a finalidade de manter, operar, desenvolver, e caso apropriado, expandir as operações da Companhia de forma segura e eficiente e dentro do quadro regulatório.

• *Commercial Services Agreement (CSA)* - a BG deixará a disposição o pessoal comercial e os serviços comerciais de forma a dar suporte administrativo na condução do negócio da Companhia.

• Contrato de compra de gás com BG Comércio e Importação Ltda.: com relação aos contratos de fornecimento de gás com a BG Comércio e Importação Ltda., conforme descrito na Nota 21, temos:

	Saldos em			Custo do gás	
	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	2009	2010
BG Comércio Fornecimento de gás	31.620	19.689	-	239.127	169.860
	31.620	**19.689**	**-**	**239.127**	**169.860**

(ii) Grupo Shell

• *Commercial Services Agreement (CSA)* - a Shell deixará a disposição o pessoal comercial e os serviços comerciais de forma a dar suporte administrativo na condução do negócio da Companhia.

(b) Remuneração de administradores e diretores

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, no ano estão apresentadas a seguir:

	2010	2009
Salários e demais benefícios de curto prazo	9.998	9.197
	9.998	**9.197**

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2010	2009
Lucro antes de IR/CS	837.236	979.637
Reversão juros sobre capital próprio	(62.391)	(68.498)
Lucro antes da tributação	774.845	911.139
Amortização do ágio, líquido de provisão para integridade do patrimônio líquido	-	24.370
Lucro sem amortização do ágio	774.845	935.509
Alíquota - %	34	34
Imposto de renda e contribuição social nominais	(263.447)	(318.073)
Conciliação		
Benefícios gerados pela incorporação inversa líquido de ativos/passivos fiscais diferidos	-	24.370
Débitos/créditos permanentes de IRPJ e CSLL	6.191	4.460
	(257.256)	**(289.243)**

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT), instituído pela MP nº 449/08, por meio do qual as apurações dos tributos sobre o lucro, da contribuição para o PIS e da COFINS, para o biênio 2008-2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e os critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro de 2007. A Companhia consignará a referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) no ano de 2010.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	Obrigação de benefícios de aposentadoria	Provisões	Perdas valor justo	Ativo/ (passivo) regulatório	Outros	Total
Ativo de imposto diferido						
Em 1º de janeiro de 2009	**39.994**	**22.188**	**4.447**	**179.498**	**(27.535)**	**218.592**
Debitado (creditado) à demonstração do resultado	2.210	9.657	(1.884)	(169.519)	3.370	(156.166)
Em 31 de dezembro de 2009	**42.204**	**31.845**	**2.563**	**9.979**	**(24.165)**	**62.426**
(Creditado) debitado à demonstração do resultado	3.327	6.278	15.973	(88.063)	1.935	(60.550)
Em 31 de dezembro de 2010	**45.531**	**38.123**	**18.536**	**(78.084)**	**(22.230)**	**1.876**

	Saldo da reserva de reavaliação	Ganhos de valor justo	Reavaliação de terrenos	Outros	Total
Passivo de imposto diferido					
Em 1º de janeiro de 2009	**5.136**	**1.226**	**3.001**	**536**	**9.899**
Debitado (creditado) à demonstração do resultado	(703)	-		(536)	(1.239)
Em 31 de dezembro de 2009	**4.433**	**1.226**	**3.001**		**8.660**
Debitado (creditado) à demonstração do resultado	(692)	17.735	-	-	17.043
Em 31 de dezembro de 2010	**3.741**	**18.961**	**3.001**	**-**	**25.703**

O crédito relacionado à provisão de plano de benefício pós-emprego tem um período estimado de realização financeira de 25 a 30 anos e os créditos tributários sobre as demais diferenças temporárias têm prazo estimado de três anos.

24. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2009	Atualizações/ ingressos	Baixas	31 de dezembro de 2010
Trabalhistas	12.511	12.516	731	(2.131)	11.116
Cíveis	15.932	17.347	14.568	(1.357)	30.558
Fiscais	10.613	11.171	8.599	-	19.770
	39.056	**41.034**	**23.898**	**(3.488)**	**61.444**

(a) Os processos trabalhistas são na sua maioria originários do período anterior a assinatura do Contrato de Concessão pelos atuais controladores e referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, e responsabilidade solidária, dentre outros. Em 31 de dezembro de 2010, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R$ 1.317 (31 de dezembro de 2009 - R$ 1.679 e em 1º de janeiro de 2009 - R$ 1.027) os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela administração, portanto, sem constituição de provisão.

(b) Os processos cíveis são advindos do curso normal das atividades da Companhia, envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos de acidentes ocorridos na rede. Em 31 de dezembro de 2010, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R$ 63.650 (31 de dezembro de 2009 - R$ 43.962 e em 1º de janeiro de 2009 - R$ 14.554), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela administração, portanto, sem constituição de provisão.

(c) As contingências fiscais referem-se a autuações fiscais ocorridas em anos anteriores. Em 31 de dezembro de 2010, existem também outros processos de natureza tributária, que totalizam R$ 63.770 (31 de dezembro de 2009 - R$ 38.127 e em 1º de janeiro de 2009 - R$ 30.723), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela administração, portanto, sem constituição de provisão.

A administração da Companhia, embasada na posição de seus assessores jurídicos, entende que a provisão constituída é suficiente para cobrir desembolsos de eventuais desfechos desfavoráveis desses processos.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital autorizado da Companhia é de R$ 671.672. Em 31 de dezembro de 2010, o capital social integralizado é de R$ 636.985 (R$ 636.863 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 326.570 em 1º de janeiro de 2009), representado por 93.910.898 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e 25.911.899 ações preferenciais sem valor nominal e sua composição é a que segue:

Quantidades de ações - milhares

	Ordinárias	Percentual	Preferenciais	Percentual	Total	Percentual
Acionistas						
Integral Investments BV	82.521	87,87	3.649	14,08	86.170	71,91
MCAP POLAND Fundo Inv. em ações	889	0,95	8.102	31,27	8.991	7,50
Shell Brazil Holding BV	7.594	8,09	-	0,00	7.594	6,34
TARPON	1.654	1,76	4.537	17,51	6.191	5,17
Outros	1.253	1,33	9.624	37,14	10.877	9,08
	93.911	**100,00**	**25.912**	**100,00**	**119.823**	**100,00**

(b) Dividendos

Aos acionistas, de acordo com o Estatuto Social (artigo 36), é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a legislação societária.

O Estatuto Social da Comgás (artigo 46) também determina que o Conselho de Administração poderá aprovar o crédito ou crédito de juros sobre capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, os quais poderão ser imputados ou não ao dividendo obrigatório, a critério do Conselho de Administração da Companhia, conforme autoriza a legislação aplicável.

Conforme Ata do Conselho de Administração de 23 de fevereiro de 2010, ratificada pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGO/E) de 29 de março de 2010 foi deliberado a destinação de R$ 28.101 retidos em reservas de lucros em 31 de dezembro de 2009 para distribuição de dividendos em 2010.

Os pagamentos foram definidos em uma única parcela, a qual foi paga pela Companhia em 31 de maio de 2010, dentro do exercício social.

Adicionalmente, e conforme a deliberação do Conselho de Administração em 26 de abril de 2010, a Companhia efetuou o pagamento de dividendos relativos ao lucro dos exercícios anteriores, no valor de R$ 286.898.

O pagamento desse montante foi efetuado dentro do exercício social de 2010, em três parcelas, pagas da seguinte forma:

- A primeira parcela no valor de R$ 76.898, paga em 30 de junho de 2010.
- A segunda parcela no valor de R$ 110.000, paga em 31 de agosto de 2010.
- A terceira parcela no valor de R$ 100.000, paga em 30 de novembro de 2010.

Adicionalmente, e conforme Ata do Conselho de Administração de 25 de outubro de 2010 foi deliberado a destinação de R$ 50.000 retidos em reservas de lucros em 31 de dezembro de 2009 para distribuição de dividendos intermediários, definidos em uma única parcela, a qual foi paga pela Companhia em 17 de dezembro de 2010, dentro do exercício social.

Dividendos	
Lucro disponível p/ distribuição em 31 de dezembro de 2010	579.980
Movimentação de lucros acumulados	1.175
	581.155
Constituição da reserva legal (5%)	29.058
Base de cálculo dos dividendos	552.097
Dividendos mínimos 2010	138.024
Juros sobre capital próprio bruto	(62.391)
IR sobre juros capital próprio	8.063
Juros sobre capital próprio líquido	(54.328)
Total dos dividendos a destinar em dezembro de 2010	**83.696**
Dividendos - ações ordinárias	64.208
Dividendos - ações preferenciais	17.716
Adicional de 10% - preferenciais	1.772
Total dos dividendos a destinar em dezembro de 2010	**83.696**

(c) Juros sobre o capital próprio

Em 1º de julho de 2010 o Conselho de Administração aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, referente ao exercício de 2010, no valor de R$ 34.421, pago em 30 de julho de 2010.

Em 26 de agosto de 2010, o Conselho de Administração aprovou o segundo crédito de juros sobre o capital próprio, referente ao exercício de 2010, no valor de R$ 9.506, pago em 30 de setembro de 2010.

Em 25 de outubro de 2010, o Conselho de Administração aprovou o terceiro crédito de juros sobre o capital próprio, referente ao exercício de 2010, no valor de R$ 9.506, pago em 30 de novembro de 2010.

Em 16 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração aprovou o quarto e último crédito de juros sobre o capital próprio, referente ao exercício de 2010, no valor de R$ 8.958, a ser pago em 31 de janeiro de 2011.

Os juros sobre capital próprio pagos aos acionistas deverão ser imputados aos dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos em 2011, relativos ao exercício social de 2010, integrando tais valores ao montante de dividendos a serem distribuídos pela Companhia para todos os efeitos previstos na legislação societária.

Para atendimento às disposições de publicações societárias os juros sobre capital próprio foram contabilizados como "Despesa financeira", sendo revertido na própria rubrica para lucros acumulados por serem em essência distribuição de resultados, conforme preconiza a CVM e o CPC - Pronunciamento Conceitual Básico.

(d) Reserva de capital a integralizar

Conforme Ata do Conselho de Administração de 23 de fevereiro de 2010, ratificada pela Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 29 de março de 2010, foi deliberado a destinação deste valor da seguinte forma:

• R$ 24.247 foi repassado ao Acionista Controlador em agosto de 2010, a título de resgate final de ações preferenciais classe B.

• R$ 122 destinados ao aumento do capital social.

Estes valores foram registrados contabilmente para o grupo do Passivo Circulante e Capital social em março de 2010, respectivamente.

(e) Destinação do saldo do resultado do exercício

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral.

26. OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

As obrigações relativas aos planos de benefícios pós-emprego, os quais abrangem assistência médica e aposentadoria incentivada, auxílio-doença e auxílio-deficiente estão registrados conforme Deliberação CVM nº 600. Conforme laudo atuarial datado de 31 de dezembro de 2010, utilizamos as seguintes premissas:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Taxa de desconto	10,75	11,25	13,14
Taxa de inflação	4,5	4,5	5
Retorno esperado sobre os ativos do plano	10,75	11,25	13,14
Aumentos salariais futuros	7,65	7,65	8,15
Aumentos de planos de pensão futuros	4,5	4,5	5
Morbidade *(aging factor)*	3	3	3
Mortalidade geral (segregada por sexo)	AT-83	AT-83	AT-83
Mortalidade de inválidos	IAPB-57	IAPB-57	IAPB-57
Entrada em invalidez (modificada)	UP-84	UP-84	Tábua Mercer de Entrada em Invalidez
Rotatividade	0,3/ (Tempo de serviço + 1)	0,3/ (Tempo de serviço + 1)	0,3/ (Tempo de serviço + 1)

O valor do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais corresponde à parcela de ganho ou perda, que exceda o maior valor entre 10% do valor presente da obrigação atuarial e 10% do valor justo dos ativos do plano, amortizado pelo prazo médio do serviço futuro dos participantes do plano.

A composição do saldo relativo ao passivo atuarial está demonstrada a seguir:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Valor das obrigações atuariais	191.739	162.012	136.288
Perda atuarial não reconhecida	(44.698)	(26.464)	(10.040)
Valor justo dos ativos do plano	(13.125)	(11.419)	(8.619)
Passivo atuarial líquido	**133.916**	**124.129**	**117.629**

A movimentação do passivo atuarial no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 está demonstrada a seguir:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Passivo atuarial líquido	124.129	117.629	111.026
Despesa no exercício	18.203	16.414	16.029
Contribuições do empregador	(8.416)	(9.914)	(9.426)
Passivo atuarial líquido	**133.916**	**124.129**	**117.629**

As despesas reconhecidas ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro estão demonstradas a seguir:

	2010	2009
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	460	397
Juros sobre obrigação atuarial	17.655	17.315
Rendimento esperado dos ativos do plano	(1.388)	(1.216)
Amortização de perdas atuariais	1.476	(82)
Despesa no exercício	**18.203**	**16.414**

Os efeitos tributários decorrentes desta provisão estão registrados na linha IRPJ e CSLL diferidos, no Realizável a Longo Prazo (vide Nota 23).

A Companhia mantém com o Itaú Previdência e Seguros S.A., o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), plano de previdência aberta complementar, estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição variável, aprovado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A parcela da Companhia nas contribuições no exercício de 2010 foi de R$ 4.073 (R$ 3.972 no exercício de 2009), reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, rubrica "Despesas gerais e administrativas". O plano é o de renda fixa e tem como objetivo a concessão de benefício de previdência, sob a forma de renda mensal vitalícia.

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A composição da margem por segmento é a seguinte:

Segmentos	Residencial	Comercial	Industrial	Termogeração
Volumes m³ mil (não auditado)	162.849	101.169	3.688.066	307.620
Receita bruta	477.349	195.657	3.558.420	95.412
Deduções	(101.486)	(40.917)	(756.167)	-
Receita líquida	375.863	154.740	2.802.253	95.412
Conta-corrente	(13.519)	(6.196)	(207.863)	-
Custo	(79.282)	(49.535)	(1.804.625)	(85.389)
Resultado bruto	**283.062**	**99.009**	**789.765**	**10.023**
Reversão do conta-corrente (CPC)	-	-	-	-
Despesas/receitas operacionais	-	-	-	-
Despesas	-	-	-	-
Vendas	-	-	-	-
Gerais e administrativas	-	-	-	-
Outras despesas (receitas) operacionais	-	-	-	-
Financeiras	-	-	-	-
Receitas financeiras	-	-	-	-
Despesas financeiras	-	-	-	-
Resultado antes da tributação	-	-	-	-
Provisão p/IR e contribuição social	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**

Margem por segmento - 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010

Cogeração	Automotivo	Receita de construção	Outras receitas	Total
332.581	317.675	-	-	4.909.960
219.093	274.258	257.647	23.153	5.100.989
(46.556)	(58.283)	-	(2.237)	(1.005.646)
172.537	215.975	257.647	20.916	4.095.343
2.140	(16.654)	-	-	(242.092)
(129.528)	(152.953)	(257.647)	(16.601)	(2.575.560)
45.149	**46.368**	**-**	**4.315**	**1.277.691**
-	-	-	-	242.092
-	-	-	-	(682.547)
-	-	-	-	(547.957)
-	-	-	-	(92.819)
-	-	-	-	(448.692)
-	-	-	-	(6.446)
-	-	-	-	(134.590)
-	-	-	-	31.379
-	-	-	-	(165.969)
-	-	-	-	837.236
-	-	-	-	(257.256)
-	**-**	**-**	**-**	**579.980**

Segmentos	Residencial	Comercial	Industrial	Termogeração
Volumes m³ mil (não auditado)	143.980	95.399	3.313.937	20.706
Receita bruta	449.107	200.867	3.650.392	7.869
Deduções	(95.398)	(41.963)	(777.052)	(45)
Receita líquida	353.709	158.904	2.873.340	7.824
Conta-corrente	(10.778)	(12.912)	(427.987)	(116)
Custo	(76.470)	(51.191)	(1.748.907)	(7.425)
Resultado bruto	**266.461**	**94.801**	**696.446**	**283**
Reversão do conta-corrente (CPC)	-	-	-	-
Despesas/receitas operacionais	-	-	-	-
Despesas	-	-	-	-
Vendas	-	-	-	-
Gerais e administrativas	-	-	-	-
Outras despesas (receitas) operacionais	-	-	-	-
Financeiras	-	-	-	-
Receitas financeiras	-	-	-	-
Despesas financeiras	-	-	-	-
Resultado antes da tributação	-	-	-	-
Provisão p/IR e contribuição social	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**

28. RECEITA

A receita líquida de vendas para o exercício possui a seguinte composição:

	2010	2009
Vendas brutas de produtos e serviços	5.100.989	5.161.408
Impostos sobre vendas	(1.005.646)	(1.045.129)
Receita líquida	**4.095.343**	**4.116.279**

Margem por segmento - 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009

Cogeração	Automotivo	Receita de construção	Outras receitas	Total
318.139	368.804	-	-	4.260.965
226.928	376.055	224.693	25.497	5.161.408
(48.315)	(79.907)	-	(2.449)	(1.045.129)
178.613	296.148	224.693	23.048	4.116.279
(16.966)	(51.109)	-	-	(519.868)
(121.259)	(200.055)	(224.693)	(14.000)	(2.444.000)
40.388	**44.984**	**-**	**9.048**	**1.152.411**
-	-	-	-	519.868
-	-	-	-	(692.642)
-	-	-	-	(516.911)
-	-	-	-	(99.399)
-	-	-	-	(387.021)
-	-	-	-	(30.491)
-	-	-	-	(175.731)
-	-	-	-	27.333
-	-	-	-	(203.064)
-	-	-	-	979.637
-	-	-	-	(289.243)
-	**-**	**-**	**-**	**690.394**

29. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	2010	2009
Despesas com pessoal	141.068	123.232
Despesas com materiais/serviços	190.741	185.586
Despesas operacionais	6.446	30.491
Depreciação e amortização	209.702	177.602
Despesas por natureza	**547.957**	**516.911**

30. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2010	2009
Despesas financeiras		
Juros empréstimos/financiamentos/debêntures	(142.832)	(175.772)
IOF/despesas bancárias/comissões	(16.129)	(19.462)
Capitalização de juros	21.753	13.030
Juros CVM nº 600 - benefício pós-emprego	(18.114)	(17.712)
Outras	(956)	(86)
	(156.278)	**(200.002)**
Variações monetárias líquidas		
Empréstimos e financiamentos	(310)	(1.468)
Variações monetárias ativas	44	(86)
Variações monetárias passivas	(9.381)	(1.594)
	(9.647)	**(3.148)**
Receitas financeiras		
Encargos moratórios de clientes	12.230	13.329
Receitas de aplicações financeiras	11.825	7.872
Juros	1.724	1.544
Outras	5.556	4.674
	31.335	**27.419**
	(134.590)	**(175.731)**

31. RESULTADO POR AÇÃO

Não há diferença entre o lucro básico ou diluído por ação.

			2010
	Preferenciais	**Ordinárias**	**Total**
Lucro líquido do exercício	135.044	444.936	579.980
Quantidade de ações (milhares)	25.912	93.911	119.823
Resultado por ação - R$	5,21	4,74	4,84

			2009
	Preferenciais	**Ordinárias**	**Total**
Lucro líquido do exercício	160.753	529.641	690.394
Quantidade de ações (milhares)	25.912	93.911	119.823
Resultado por ação - R$	6,20	5,64	5,76

32. SEGUROS

As principais coberturas de seguros, efetuadas de acordo com a natureza e o grau de risco contra eventuais perdas de patrimônio da Companhia, são as seguintes:

Risco	Milhares de dólares
Risco operacional	81.790
Responsabilidade civil	100.000

33. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

(a) Compromissos para aquisição de ativos e metas regulatórias

Os compromissos para aquisição de intangível no montante de R$ 42.571 em 31 de dezembro de 2010 (R$ 34.536 em 31 de dezembro de 2009) são referentes a gastos já contratados e ainda não incorridos relacionados a aquisição, suporte e administração da rede de distribuição de gás, bem como a gastos administrativos e de tecnologia para a manutenção do negócio da Companhia.

Os compromissos regulatórios no montante de R$ 1.614.609 em 31 de dezembro de 2010 (R$ 1.915.350 em 31 de dezembro de 2009) foram definidos na última revisão tarifária, em maio de 2009, como base no plano de investimento definido pelo regulador, estão previstos para ocorrer até maio de 2014, final do ciclo tarifário atual.

(b) Compromissos com contratos de aluguel

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possui contratos de alugueis de imóveis e cujas despesas reconhecidas durante o exercício findo nessa data totalizaram a R$ 6.775 (2009 - R$ 7.200). Adicionalmente, a Companhia não possui contratos de arrendamentos mercantis financeiros.

34. ADOÇÃO INICIAL DOS PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS DO COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC)

O processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras - *International Financial Reporting Standards (IFRS)* ocorreu em duas etapas: (a) a primeira em 2008, com a emissão dos pronunciamentos contábeis CPC 01 ao CPC 14, que foram aplicados pela Companhia em suas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2008; (b) a segunda, desenvolvida em 2009, com a edição dos pronunciamentos contábeis CPC 15 ao CPC 40 e 43 (exceto o CPC 34 - ainda não emitido).

As novas práticas contábeis contidas nos pronunciamentos técnicos CPC 15 ao CPC 40 e 43 foram inicialmente adotadas nas informações financeiras intermediárias completas da Companhia no semestre findo em 30 de junho de 2010. Neste contexto, a data de transição adotada pela Companhia foi 1º de janeiro de 2009, data em que foram preparados os balanços patrimoniais de abertura.

A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 na preparação destas demonstrações financeiras anuais.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva.

(a) Isenções da aplicação retrospectiva completa - escolhida pela Companhia

A companhia optou por mensurar seus ativos e passivos pelos valores contábeis que foram incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas do controlador final, baseados na data de transição para as IFRSs do controlador final, conforme permitido pelo CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, Apêndice D - Isenções de outras IFRS's (D16).

(b) Exceções da aplicação retrospectiva seguidas pela Companhia

A Companhia aplicou as seguintes exceções obrigatórias na aplicação retrospectiva.

Exceção das estimativas

As estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 1º de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo").

As outras exceções obrigatórias não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação ao BR GAAP antigo nessas áreas:

- Reversão de ativos e passivos financeiros.
- Participação de não controladores.
- Exceção da contabilização de *hedge*

(c) Conciliação entre BR GAAP antigo e IFRS/CPCs

Abaixo seguem explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado e as conciliações apresentando a quantificação dos efeitos da transição.

(i) ICPC 01 - "Contratos de Concessão"

A Companhia reconheceu como intangível, em substituição ao imobilizado relativo à construção de infraestrutura para a prestação de serviços de distribuição de gás, o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, conforme divulgado na Nota 17. Adicionalmente para fins de divulgação, a construção de infraestrutura é considerada prestação de serviços ao Poder Concedente, sendo que a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, tendo em vista que não existe margem definida pelo Poder Concedente para esse serviço e considerando que a administração não entende a construção de infraestrutura como fonte de receita e, portanto, de resultado.

(ii) CPC 20 - "Custos de Empréstimos"

A Companhia adotou os critérios em que a taxa de capitalização de juros passou a ser a taxa efetiva, equivalente a média ponderada dos custos dos empréstimos que estiverem vigentes em cada período, resultando em um ajuste no montante de R$ 28.350 em 1º de janeiro de 2009.

(iii) CPC 22 - "Informações por Segmento"

A Companhia está divulgando as demonstrações financeiras por segmento operacional (Industrial, Residencial, Comercial, Automotivo, Termogeração e Cogeração), conforme descrito na Nota 27.

(iv) CPC 00 "Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis" e CPC 25 - "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"

A Companhia estornou os efeitos da conta-corrente regulatória, conforme mencionado na Nota 6.

(v) CPC 27 - "Ativo Imobilizado"

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, os bens do ativo imobilizado eram registrados ao custo e depreciados pelo método linear, considerando-se a estimativa da vida útil-econômica dos respectivos componentes. Reparos e manutenção eram apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas era acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros

ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo.

Conforme artigo 6º da Lei nº 11.638/07 os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até a sua efetiva realização ou estornados até o final do exercício social que esta lei entrou em vigor. A Companhia optou por manter os saldos das reservas de reavaliação até a sua efetiva realização.

Como resultado da adoção do ICPC 01, em 1º de janeiro de 2009, a Companhia reclassificou a totalidade do ativo imobilizado para a rubrica "Intangível", conforme divulgado na Nota 17. Adicionalmente, parte do ativo imobilizado referente a peças para reposição equivalente a R$ 47.522 em 31 de dezembro de 2009 (1º janeiro de 2009 - R$ 47.354) foi reclassificada para a rubrica "Estoques".

(vi) CPC 32 - "Tributos sobre o Lucro"

A Companhia passou a registrar os tributos correntes e diferidos pelos valores devidamente compensados, quando aplicável.

(vii) CPC 37 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade"

Como permitido pelo referido CPC, a contabilização de economia hiperinflacionária, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, foi aplicada em linha com o IAS 29 durante o período em que o país se enquadrava como economia hiperinflacionária, para fins locais, até 1995. Entretanto, de acordo com o IFRS, a economia brasileira ainda se enquadrava na definição de hiperinflacionária nos exercícios de 1996 e de 1997.

Em decorrência dessa adoção, a Companhia registrou no saldo de abertura de 1º de janeiro de 2009, o montante de R$ 46.921.

(viii) Lucros acumulados

Exceto pelos itens de reclassificação, todos os ajustes decorrentes das normas citadas acima foram registrados contra a conta de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2009.

Em consequência da adoção dos novos CPCs a Companhia efetuou reclassificações de valores não relevantes.

As seguintes conciliações apresentam a quantificação do efeito da transição para os CPCs nas seguintes datas:

- Patrimônio líquido na data de transição de 1º de janeiro de 2009.

- Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009.

- Lucro líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

(ix) Transferências entre contas

As transferências entre contas são decorrentes da revisão dos prazos de realização efetuada pela administração, conforme descrito a seguir:

- Contas a receber.

- Outras contas a receber.

- Ativos destinados a venda.

- Depósitos judiciais.

- Instrumentos financeiros derivativos.

(d) Conciliação do patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2009

	31 de dezembro de 2008 BR GAAP	Transferências entre contas (ix)	Conta-corrente regulatória (iv)	Intangível (i, ii e vii)
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	39.726	-	-	-
Contas a receber - clientes	470.876	20.407	-	-
Custo de gás a recuperar/repassar	528.289	-	(528.289)	-
Outras contas a receber	68.402	(35.094)	-	-
Estoques	34.986	-	-	-
Impostos indiretos à compensar	144.646	-	-	-
Ativos destinados à venda	-	14.688	-	-
Outros	15.321	(2)	-	-
	1.302.246	**(1)**	**(528.289)**	**-**
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
IRPJ e CSLL diferidos	66.629	-	-	-
ICMS a recuperar	9.859	-	-	-
Contas a receber	4.325	-	-	-
Depósitos judiciais	10.806	1.748	-	-
Outros	1.305	(1)	-	-
	92.924	**1.747**	**-**	**-**
Imobilizado	2.322.809	-	-	(2.275.455)
Intangível	294.540	-	-	2.350.726
	2.617.349	**-**	**-**	**75.271**
	2.710.273	**1.747**	**-**	**75.271**
Total do ativo	**4.012.519**	**1.746**	**(528.289)**	**75.271**

Método de avaliação dos estoques (v)	IR diferido e corrente (vi)	Outros	Efeito total da mudança para CPC	1º de janeiro de 2009 CPC
-	-	-	-	39.726
-	-	(362)	20.045	490.921
-	-	-	(528.289)	-
-	-	-	(35.094)	33.308
47.354	-	-	47.354	82.340
-	(83.897)	-	(83.897)	60.749
-	-	-	14.688	14.688
-	-	-	(2)	15.319
47.354	**(83.897)**	**(362)**	**(565.195)**	**737.051**
-	142.064	-	142.064	208.693
-	-	-	-	9.859
-	-	-	-	4.325
-	-	-	1.748	12.554
-	-	-	(1)	1.304
-	**142.064**	**-**	**143.811**	**236.735**
(47.354)	-	-	(2.322.809)	-
-	-	-	2.350.726	2.645.266
(47.354)	**-**	**-**	**27.917**	**2.645.266**
(47.354)	**142.064**	**-**	**171.728**	**2.882.001**
-	**58.167**	**(362)**	**(393.467)**	**3.619.052**

	31 de dezembro de 2008 BR GAAP	Transferências entre contas (ix)	Conta-corrente regulatória (iv)	Intangível (i, ii e vii)
Passivo				
Circulante				
Instrumentos financeiros derivativos	-	18.305	-	-
Empréstimos e financiamentos	574.068	2.843	-	-
Debêntures não conversíveis	6.070	-	-	-
Fornecedores	645.660	-	-	-
Companhias controladoras	10.594	-	-	-
Salários e encargos sociais	37.646	-	-	-
Impostos e contribuições a recolher	50.604	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	129.107	-	-	-
Provisão IRPJ e CSLL	213.145	-	-	-
Outras contas a pagar	12.611	(4)	-	-
	1.679.505	**21.144**	**-**	**-**
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	904.132	(21.148)	-	-
Debêntures não conversíveis	100.000	-	-	-
Adiantamento de clientes e outros	29.968	-	-	-
Obrigações com benefícios de aposentadoria	117.629	-	-	-
Provisão para contingências	37.307	1.749	-	-
IRPJ e CSLL diferidos	6.897	-	-	-
	1.195.933	**(19.399)**	**-**	**-**
Patrimônio líquido				
Capital social realizado	326.570	-	-	-
Reservas de capital	84.147	-	-	-
Reservas de reavaliação	18.751	-	-	-
Reservas de lucro	707.613	(1)	(528.289)	75.271
	1.137.081	**(1)**	**(528.289)**	**75.271**
Total do passivo e patrimônio líquido	**4.012.519**	**1.744**	**(528.289)**	**75.271**

Método de avaliação dos estoques (v)	IR diferido e corrente (vi)	Outros	Efeito total da mudança para CPC	1º de janeiro de 2009 CPC
-	-	-	18.305	18.305
-	-	-	2.843	576.911
-	-	-	-	6.070
-	-	-	-	645.660
-	-	-	-	10.594
-	-	-	-	37.646
-	-	-	-	50.604
-	-	-	-	129.107
-	(83.896)	-	(83.896)	129.249
-	-	-	(4)	12.607
-	**(83.896)**	**-**	**(62.752)**	**1.616.753**
-	-	-	(21.148)	882.984
-	-	-	-	100.000
-	-	(6.431)	(6.431)	23.537
-	-	-	-	117.629
-	-	-	1.749	39.056
-	(9.898)	3.001	(6.897)	
-	**(9.898)**	**(3.430)**	**(32.727)**	**1.163.206**
-	-	-	-	326.570
-	-	-	-	84.147
-	-	(3.001)	(3.001)	15.750
-	151.963	6.069	(294.987)	412.626
-	**151.963**	**3.068**	**(297.988)**	**839.093**
-	**58.169**	**(362)**	**(393.467)**	**3.619.052**

(e) Conciliação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009

	31 de dezembro de 2009 BR GAAP	Transferências entre contas (ix)	Conta-corrente regulatória (iv)	Intangível (i, ii e vii)
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	194.273	-	-	
Contas a receber - clientes	411.072	19.272	-	
Custo de gás a recuperar/repassar	29.349	-	(29.349)	
Outras contas a receber	56.794	(33.751)	-	
Estoques	63.684	(1)	-	
Impostos indiretos à compensar	126.097	-	-	
Ativos destinados à venda		14.479	-	
Outros	18.617	-	-	
	899.886	**(1)**	**(29.349)**	
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
IRPJ e CSLL diferidos	76.613	-	-	
ICMS a recuperar	9.674	-	-	
Contas a receber	3.992	-	-	
Depósitos judiciais	11.687	1.911	-	
Outros	2.185	-	-	
	104.151	**1.911**	**-**	
Imobilizado	2.445.146	-	-	(2.397.624)
Intangível	380.000	1	-	2.468.700
	2.825.146	**1**	**-**	**71.076**
	2.929.297	**1.912**	**-**	**71.076**
Total do ativo	**3.829.183**	**1.911**	**(29.349)**	**71.076**

Método de avaliação dos estoques (v)	IR diferido e corrente (vi)	Outros	Efeito total da mudança para CPC	31 de dezembro de 2009 CPC
-	-	-	-	194.273
-	-	-	19.272	430.344
-	-	-	(29.349)	-
-	-	-	(33.751)	23.043
47.522	-	-	47.521	111.205
-	(89.860)	-	(89.860)	36.237
-	-	-	14.479	14.479
-	-	-	-	18.617
47.522	**(89.860)**	**-**	**(71.688)**	**828.198**
-	(22.847)	-	(22.847)	53.766
-	-	-	-	9.674
-	-	-	-	3.992
-	-	-	1.911	13.598
-	-	-	-	2.185
-	**(22.847)**	**-**	**(20.936)**	**83.215**
(47.522)	-	-	(2.445.146)	-
-	-		2.468.701	2.848.701
(47.522)	**-**		**23.555**	**2.848.701**
(47.522)	**(22.847)**		**2.619**	**2.931.916**
-	**(112.707)**		**(69.069)**	**3.760.114**

	31 de dezembro de 2009 BR GAAP	Transferências entre contas (ix)	Conta-corrente regulatória (iv)	Intangível (i, ii e vii)
Passivo				
Circulante				
Instrumentos financeiros derivativos	-	30.325	-	-
Empréstimos e financiamentos	616.186	(16.886)	-	-
Debêntures	4.029	-	-	-
Fornecedores	408.344	-	-	-
Companhias controladoras	9.638	-	-	-
Salários e encargos sociais	36.265	-	-	-
Impostos e contribuições a recolher	67.954	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	32.105	-	-	-
Provisão IRPJ e CSLL	138.825	-	-	-
Outras contas a pagar	8.446	-	-	-
	1.321.792	**13.439**	**-**	**-**
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	929.894	(13.439)	-	-
Debêntures	100.000	-	-	-
Adiantamento de clientes e outros	29.473	-	-	-
Obrigações com benefícios de aposentadoria	124.129	-	-	-
Provisão para contingências	39.123	1.911	-	-
IRPJ e CSLL diferidos	5.659	-	-	-
	1.228.278	**(11.528)**	**-**	**-**
Patrimônio líquido				
Capital social realizado	636.863	-	-	-
Reservas de capital	25.661	-	-	-
Reservas de reavaliação	17.345	-	-	-
Reservas de lucro	599.244	-	(29.349)	71.076
	1.279.113	**-**	**(29.349)**	**71.076**
Total do passivo e patrimônio líquido	**3.829.183**	**1.911**	**(29.349)**	**71.076**

Método de avaliação dos estoques (v)	IR diferido e corrente (vi)	Outros	Efeito total da mudança para CPC	31 de dezembro de 2009 CPC
-	-	-	30.325	30.325
-	-	-	(16.886)	599.300
-	-	-	-	4.029
-	-	-	-	408.344
-	-	-	-	9.638
-	-	-	-	36.265
-	-	-	-	67.954
-	-	-	-	32.105
-	(89.860)	-	(89.860)	48.965
-	-	-	-	8.446
-	**(89.860)**	**-**	**(76.421)**	**1.245.371**
-	-	-	(13.439)	916.455
-	-	-	-	100.000
-	-	-	-	29.473
-	-	-	-	124.129
-	-	-	1.911	41.034
-	(8.660)	3.001	(5.659)	-
-	**(8.660)**	**3.001**	**(17.187)**	**1.211.091**
-	-	-	-	636.863
-	-	-	-	25.661
-	-	(3.001)	(3.001)	14.344
-	(14.187)	-	27.540	626.784
-	**(14.187)**	**(3.001)**	**24.539**	**1.303.652**
-	**(112.707)**	**-**	**(69.069)**	**3.760.114**

(f) Conciliação da demonstração do resultado do ano de 2009

	31 de dezembro de 2009 BR GAAP	Transferências entre contas (ix)	Aplicação do ICPC 01 (i)	Conta-corrente regulatória (iv)
Receita bruta de vendas e/ou serviços	4.942.784	-	224.693	(6.069)
Deduções da receita bruta	(1.058.362)	-		13.233
Receitas líquidas de vendas e/ou serviços	3.884.422	-	224.693	7.164
Custo de bens e/ou serviços vendidos	(2.737.365)	-	(224.693)	518.058
Resultado bruto	1.147.057	-	-	525.222
Despesas operacionais	(509.383)	-	-	-
Com vendas	(96.397)	-	-	-
Gerais e administrativas	(212.421)	-	-	-
Outras despesas (receitas) operacionais	(30.491)	-	-	-
Depreciações e amortizações	(170.074)	-	-	-
Financeiras	(215.212)	68.498	-	(32.351)
Receitas financeiras	59.684	-	-	(32.351)
Despesas financeiras	(274.896)	68.498	-	-
Resultado operacional	422.462	68.498	-	492.871
Result. antes tributação e participações	422.462	68.498	-	492.871
Prov. IR e contrib. social e adic. estadual	(123.093)	-	-	-
Reversão dos juros sobre capital próprio	68.498	(68.498)	-	-
Lucro líquido do exercício	**367.867**	**-**	**-**	**492.871**

Intangível (CPC 37 (vii))	Custo de empréstimos (ii)	IR diferido (vi)	Efeito total da mudança para CPC	31 de dezembro de 2009 CPC
-	-	-	218.624	5.161.408
-	-	-	13.233	(1.045.129)
-	-	-	231.857	4.116.279
-	-	-	293.365	(2.444.000)
-	-	-	525.222	1.672.279
(6.417)	(1.111)	-	(7.528)	(516.911)
-	-	-	-	(96.397)
-	-	-	-	(212.421)
-	-	-	-	(30.491)
(6.417)	(1.111)	-	(7.528)	(177.602)
-	3.334	-	39.481	(175.731)
-	-	-	(32.351)	27.333
-	3.334	-	71.832	(203.064)
(6.417)	2.223	-	557.175	979.637
(6.417)	2.223	-	557.175	979.637
-	-	(166.150)	(166.150)	(289.243)
-	-	-	(68.498)	-
(6.417)	**2.223**	**(166.150)**	**322.527**	**690.394**

COMGÁS

Rua Olimpíadas, 205 10º andar
04551-000 São Paulo SP Brasil
Tel.: 55 11 4504-5000
www.comgas.com.br

CRÉDITOS

Realização
Diretoria de Assuntos
Regulatórios e Institucionais
Gerência de Comunicação Institucional

Coordenação geral
Suzy Gasparini
Tatiana Bielefeld

Coordenação editorial e texto
Editora Contadino

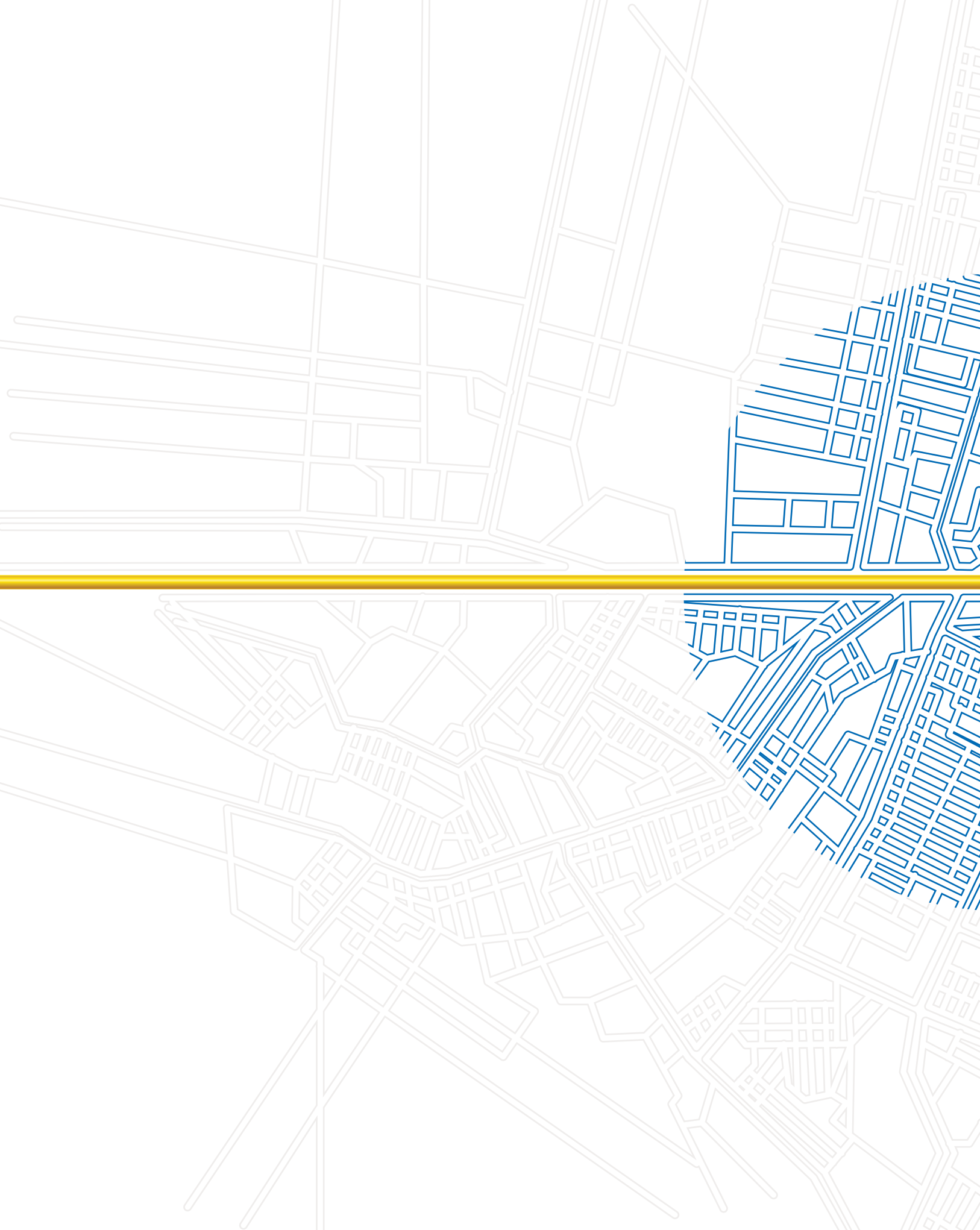
Projeto gráfico
FutureBrand BC&H

Revisão
Editora Contadino

Fotos
Rogério Lemos Montenegro

Impressão
Ativa Online

Relatório eletrônico
Grupo Conectt

Tiragem
300 impressos
400 eletrônicos

FSC
Fontes Mistas
Grupo de produto provenientes de florestas bem geridas e fontes controladas
Cert no. CU-COC-
www.fsc.org
©1996 Forest Stewardship Council